



GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

**Secretaria de Desenvolvimento Regional
Grande Florianópolis**

São José - 2012



**Secretaria de Estado do Planejamento
Secretaria de Desenvolvimento Regional
da Grande Florianópolis**

PDR

Plano de Desenvolvimento Regional



SÃO JOSÉ - 2012

- **Governador do Estado de Santa Catarina**
Raimundo Colombo
- **Vice-Governador do Estado de Santa Catarina**
Eduardo Pinho Moreira
- **Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis**
Deputado Renato Luiz Hinnig
- **Diretor Geral SDR Grande Florianópolis**
Flavio Boemcke Bernardes
- **Assessora de Comunicação**
Patrícia Antunes
- **Assistente de Secretário**
Jairo Alcioneu Duarte
- **Assistente Técnico**
Maria Aparecida Martins Sintônio
Joana Minucci Camargo Vitor
- **Gerente de Administração, Finanças e Contabilidade**
Loreni Bastos Flores
- **Gerente de Gestão de Pessoas**
Renato Manoel Pratis
- **Gerente de Planejamento e Avaliação**
Flávio José de Souza
- **Gerente de Apoio Operacional**
Cleo Cesar Xavier
- **Gerente de Tecnologia da Informação e Governança Eletrônica**
Rodrigo Wagner
- **Gerente de Saúde**
Eduardo Antônio Florindo
- **Gerente de Educação**
Mário Benedet Filho
- **Gerente de Infraestrutura**
Mara Teresinha Santos
- **Gerente de Turismo, Cultura e Esporte**
Dejair de Oliveira Júnior
- **Gerente de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Agricultura**
Júlio Cesar de Souza
- **Gerente de Assistência Social, Trabalho e Habitação**
Karoline Wollinger
- **Gerentes de Projetos Especiais**
José Luiz Sardá
Marcelo Santana
- **Assessoria Externa**
Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos – FEPESE
- **Consultores:**
Amanda Barbi Amaro Hofer
Isabela Toscan Mitterer
Joaquim Inácio Campos Nóbrega Junior
Luis Leonardo Seabra
Nathália Bernardinetti
Rafaela Amaro Nascimento
- **Instituições parceiras**
ACATE – Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia
CASAN – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento
CIDASC – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola
CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.
COHAB – Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina
FAPESC – Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina
FATMA – Fundação do Meio Ambiente
FECAM – Federação Catarinense de Municípios
FCC – Fundação Catarinense de Cultura
FCEE – Fundação Catarinense de Educação Especial
EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Prefeitura Municipal de Águas Mornas
Prefeitura Municipal de Angelina
Prefeitura Municipal de Anitápolis
Prefeitura Municipal de Antônio Carlos
Prefeitura Municipal de Biguaçu
Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos
Prefeitura Municipal de Palhoça
Prefeitura Municipal de Rancho Queimado
Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz
Prefeitura Municipal de São Bonifácio
Prefeitura Municipal de São José
Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara
SEA – Secretaria de Estado da Administração
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SDS – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável
SED – Secretaria de Estado da Educação
SEFAZ – Secretaria de Estado da Fazenda
SES – Secretaria de Estado da Saúde
SOL – Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte
SSP – Secretaria de Estado da Segurança Pública
UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina
- **Impressão**
Diretoria da Imprensa Oficial e Editora de Santa Catarina
- **Projeto Gráfico, Diagramação e Capa**
Valdir Siqueira

• Lista de Tabelas

Tabela 1: Formação dos Grupos por Subeixos Estratégicos (GSEE)	10
Tabela 2: Modelo da Matriz SWOT	11
Tabela 3: População e densidade demográfica dos municípios da Grande Florianópolis	13
Tabela 4: Variação populacional entre 1990 e 2010	15
Tabela 5: Índice de Desenvolvimento Humano – 2000	20
Tabela 6: Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – 2009	20
Tabela 7: Índice IDMS da Grande Florianópolis	22
Tabela 8: Composição do IDMS	23
Tabela 9: Cobertura de Saneamento Básico	26
Tabela 10: Taxa da criação de empresas e empregos 2004-2008 (%)	28
Tabela 11: Número de empresas formais por porte nos municípios – 2008	28
Tabela 12: Empresas formais por setores da economia por municípios – 2008	29
Tabela 13: Principais ocorrências impactantes ao meio ambiente	33
Tabela 14: Percentual de domicílios atendidos por coleta de lixo domiciliar	34
Tabela 15: Percentual de cobertura de Estratégia da Saúde da Família (ESF) em 2011	36
Tabela 16: Percentual de Domicílios em Situação de Pobreza	37
Tabela 17: Taxa da criação de empregos 2004-2008 (%)	38
Tabela 18: Empregos formais por setor da economia – 2008	39
Tabela 19: Déficit Habitacional – 2000-2006	40
Tabela 20: Projeção Populacional e de Analfabetismo	42
Tabela 21: Meta de Alfabetização	43
Tabela 22: Metas projetadas IDEB séries iniciais	44
Tabela 23: Metas projetadas IDEB séries finais	44
Tabela 24: Escolas Estaduais Abaixo da Meta do IDEB em 2009	45
Tabela 25: Escolas Estaduais com IDEB classificado como baixo	45
Tabela 26: IDEB e Metas por Município (Séries Iniciais)	45
Tabela 27: IDEB e Metas por Município (Séries Finais)	46
Tabela 28: Taxa de abandono por nível de ensino e por município	47
Tabela 29: Número de Homicídios na Grande Florianópolis – 2000 e 2010	48
Tabela 30: Registro de ocorrências por furto e roubo – 2011	49
Tabela 31: Ocorrências por tráfico e porte de drogas	49
Tabela 32: Percentual de Servidores com Curso Superior Completo – 2010	52
Tabela 33: Receita corrente líquida e investimento público per capita – 2010	52

• Lista de Gráficos

Gráfico 1: População rural e urbana	15
Gráfico 2: Pirâmide Etária da Grande Florianópolis – 2000	16
Gráfico 3: Pirâmide Etária da Grande Florianópolis – 2010	16
Gráfico 4: Evolução Populacional dos municípios da Grande Florianópolis – 1970 a 2010	17 e 18
Gráfico 5: PIB per capita dos municípios – 2009	19
Gráfico 6: Frota de Veículos – 2005 e 2010	25
Gráfico 7: Frota de Veículos – 2005 e 2010	26
Gráfico 8: Número de empresas formais por porte na Grande Florianópolis – 2008	30
Gráfico 9: Empresas formais por setores da economia na Grande Florianópolis – 2008	32
Gráfico 10: Valor da produção nos estabelecimentos (Mil Reais) – 2006	32
Gráfico 11: Anos Potenciais de Vida Perdidos por óbitos – 2007-2011	32
Gráfico 12: Taxa de Analfabetismo na Grande Florianópolis – 2000 e 2010 (%)	41
Gráfico 13: Taxa de Analfabetismo por Município – 2000 e 2010	42

• Lista de Figuras

Figura 1: Eixos da agenda de desenvolvimento para a região da Grande Florianópolis	12
--	----

• Lista de Mapas

Mapa 1: Densidade demográfica na região da Grande Florianópolis	14
Mapa 2: PIB nas 36 SDRs	19
Mapa 3: IDMS da região da Grande Florianópolis	22
Mapa 4: Mapa Rodoviário da SDR Grande Florianópolis	24
Mapa 5: Densidade Demográfica na Grande Florianópolis – 2010	31
Mapa 6: Distribuição das escolas na região da Grande Florianópolis	41

• SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 OBJETIVOS	9
3 METODOLOGIA	9
4 EXPERIÊNCIA DA SDR EM RELAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	12
5 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	13
5.1 ECONOMIA E MEIO AMBIENTE	23
5.1.1 Infraestrutura	23
5.1.2 Iniciativas Empreendedoras	27
5.1.3 Agricultura e Meio Ambiente	31
5.2 SOCIAL	35
5.2.1 Saúde	35
5.2.2 Assistência Social, Trabalho e Habitação	37
5.2.3 Educação	40
5.2.4 Cultura, Turismo e Esporte	47
5.2.5 Segurança	48
5.3 TECNOLOGIA	50
5.3.1 Ciência, Tecnologia e Inovação	50
5.4 POLÍTICA PÚBLICA	50
5.4.1 Gestão Pública	50
6 ANÁLISE DO CENÁRIO REGIONAL	53
6.1 EIXO: ECONOMIA E MEIO AMBIENTE	53
6.1.1 Infraestrutura	53
6.1.2 Iniciativas Empreendedoras	54
6.1.3 Agricultura e Meio ambiente	54
6.2 EIXO: SOCIAL	55
6.2.1 Saúde	55
6.2.2 Assistência Social, Trabalho e Habitação	55
6.2.3 Educação e Cultura	56
6.2.4 Segurança	56

6.3 EIXO: CIÊNCIA, TECNOLOGIA INOVAÇÃO	57
6.3.1 Ciência, Tecnologia e Inovação	57
6.4 EIXO: POLÍTICA PÚBLICA	57
6.4.1 Gestão Pública	57
7 DETALHAMENTO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	58
7.1 EIXO: ECONOMIA E MEIO AMBIENTE	58
7.1.1 Infraestrutura	58
7.1.2 Iniciativas Empreendedoras	58
7.1.3 Agricultura e Meio Ambiente	59
7.2 EIXO: SOCIAL	59
7.2.1 Saúde	59
7.2.2 Assistência Social, Trabalho e Habitação	59
7.2.3 Educação e Cultura	59
7.2.4 Segurança	60
7.3 EIXO: CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	60
7.3.1 Ciência, Tecnologia e Inovação	60
7.4 EIXO: POLÍTICA PÚBLICA	60
7.4.1 Gestão Pública	60
8 DETALHAMENTO DOS PROJETOS	61
8.1 EIXO: ECONOMIA E MEIO AMBIENTE	61
8.1.1 Infraestrutura	61
8.1.2 Iniciativas Empreendedoras	62
8.1.3 Agricultura e Meio Ambiente	63
8.2 EIXO: SOCIAL	64
8.2.1 Saúde	64
8.2.2 Assistência Social, Trabalho e Habitação	65
8.2.3 Educação e Cultura	66
8.2.4 Segurança	70
8.3 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	71
8.3.1 Ciência, Tecnologia e Inovação	71
8.4 POLÍTICA PÚBLICA	71
8.4.1 Gestão Pública	71
9 REFERÊNCIAS	75

1 INTRODUÇÃO

O estado de Santa Catarina é pioneiro no projeto de descentralização da Gestão Governamental por meio da criação de 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional, que representam o Governo Estadual nas microrregiões do estado. Esta característica vem sendo reconhecida como bem-sucedida em nível mundial, levando em consideração o fato de que, para que haja desenvolvimento conjunto de todo o estado de Santa Catarina e o surgimento de políticas públicas efetivas, devem-se levar em consideração as características locais. As Secretarias de Desenvolvimento Regional têm como objetivos principais articular e motivar o desenvolvimento econômico sustentável, o desenvolvimento social, o engajamento, a integração e participação da sociedade civil organizada e colaborar no planejamento e na realização das ações dos Planos Estaduais.

O município de São José é sede da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, que abrange treze municípios: Águas Mornas, Angelina, Anitápolis, Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, São José, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio e São Pedro de Alcântara.

A Secretaria de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, com o apoio da Secretaria de Estado do Planejamento e da Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos – FEPESE, é responsável pela elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) da região da Grande Florianópolis, com o objetivo maior de que os municípios de sua abrangência desenvolvam-se integral, constante e sustentavelmente. O PDR é o elemento norteador dos investimentos a curto, médio e longo prazos, de acordo com as necessidades e demandas presentes, levando em consideração um planejamento até o ano de 2018 (SPG SC, 2011).

Para garantir um bom desenvolvimento regional, é necessário um processo de planejamento com a participação dos atores sociais locais, de modo a explorar e aproveitar as potencialidades do território e remover os entraves ao seu pleno desenvolvimento. Logo, observa-se a premissa de que para um bom desenvolvimento local, a participação é um princípio de ação. Também se entende que uma política pública eficaz compreende a identificação de um problema, proposição de alternativas de solução, a tomada de decisão, a implementação da solução e a avaliação das políticas, envolvendo os atores sociais locais públicos e privados, e a sociedade civil organizada. É um processo complexo, que começa por meio de um planejamento específico e baseado na realidade local, que norteia as ações de curto, médio e longo prazos, considerando as condições de realização presentes.

A partir do levantamento de um conjunto de informações sobre aspectos econômicos, ambientais e sociais de cada município, foi possível obter um recorte da situação regional, cujos dados, pela sua abrangência e possibilidades de comparação, tornam possível um exame detalhado das necessidades mais prementes da Regional e das áreas onde o estímulo é fundamental e estratégico para o desenvolvimento futuro.

Para o levantamento dessas informações, foram organizadas oficinas temáticas divididas em quatro eixos: Economia e Meio Ambiente, Social, Tecnologia e Política Pública. Essas oficinas foram ministradas por atores sociais diversos com afinidade e/ou conhecimento específico em relação a cada tema. Além destes, fizeram parte também representantes dos diversos municípios, organizações e setores que compõem a realidade regional, bem como dos diversos subeixos que compõem a área temática. As oficinas foram de fundamental importância na etapa de diagnóstico regional. Ainda no processo de elaboração deste plano, seguiram-se as orientações constantes no Manual de Elaboração do PDR, da Secretaria de Estado do Planejamento.

O processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional deve ser entendido como uma ação estratégica, que visa orientar de forma sistematizada a construção de novas relações interinstitucionais, contribuir para a consolidação da política de descentralização administrativa e de regionalização do desenvolvimento e, ao mesmo tempo, estimular a criação de identidades regionais. Busca-se, com a construção dos Planos de Desenvolvimento Regional, definir uma visão futura do território, estabelecer estratégias a serem adotadas para o alcance dos objetivos do território, além de metas e indicadores de desenvolvimento (SPG SC, 2011).

2 OBJETIVOS

Por ser parte de um projeto da Secretaria de Estado do Planejamento para o desenvolvimento do estado como um todo, o Plano de Desenvolvimento Regional – PDR tem como objetivos estratégicos gerais a todas as Regionais:

- fomentar o desenvolvimento sustentável da região abrangida pela SDR, assegurando a melhoria da qualidade de vida da população;
- contemplar iniciativas que assegurem o desenvolvimento regional nos seguintes eixos estratégicos: Economia e Meio Ambiente (Infraestrutura, Iniciativas Empreendedoras, Agricultura e Meio Ambiente), Social (Saúde, Assistência Social, Trabalho e Habitação, Educação, Cultura e Segurança), Tecnologia (Ciência, Tecnologia e Inovação) e Política Pública (Gestão Pública), estabelecidos no Plano Catarinense de Desenvolvimento – PCD;
- assegurar a integração e o alinhamento com o PCD e demais iniciativas de desenvolvimento regional promovidas pelo poder público, pelo mercado e pela sociedade civil organizada;
- contemplar iniciativas estratégicas de responsabilidade do estado catarinense prevendo ações, indicadores de resultado, metas, prazos, recursos financeiros e agentes responsáveis;
- promover a interação/inserção das iniciativas estratégicas do PDR com o PPA – Plano Plurianual, LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, e LOA – Lei Orçamentária Anual (SPG SC, 2011).

3 METODOLOGIA

A metodologia adotada parte do princípio de integração e abrangência das informações disponíveis nos diversos setores – público, privado e sociedade civil –, além dos Diagnósticos e Documentos de Planejamento do estado para cada área de gestão e para as Regionais. Neste íterim, os primeiros procedimentos adotados no desenvolvimento deste PDR foram: a criação do Grupo de Gestores Regionais – GGR, composto pela Diretoria Geral da SDR Grande Florianópolis, por representantes da Universidade do Estado de Santa Catarina, pelo secretário adjunto de Estado do Planejamento e pela Coordenadoria da equipe responsável pelo desenvolvimento do PDR; e a criação do Grupo de Desenvolvimento Regional – GDR, composto pelos prefeitos municipais, pela Diretoria Geral da SDR Grande Florianópolis, pela Universidade do Estado de Santa Catarina, por membros das gerências da SDR, pelo secretário adjunto do Planejamento e pela Coordenadoria da equipe responsável pelo desenvolvimento do PDR.

As etapas subsequentes tiveram o intuito de reunir e sintetizar as informações disponíveis a respeito das ações e indicadores de desenvolvimento da região. Logo, fez-se necessária a análise dos instrumentos de gestão:

- Plano Catarinense de Desenvolvimento – PCD;
- PDR 2005/2006 e diagnósticos regionais anteriores;
- Plano Plurianual – PPA 2012-2015;
- Plano de Governo “As pessoas em primeiro lugar” – Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa;
- LOA 2012 e LDO 2012;

A partir da discussão da síntese destes documentos no GGR e no GDR e por indicação dos mesmos, buscaram-se indicadores dos subeixos determinados pelo Manual de Elaboração e pelo Plano Catarinense de Desenvolvimento. Foram importantes, neste contexto, os instrumentos de gestão da EPAGRI, FATMA, SOL, SES, SED, SPG, SEA, SEFAZ, ACATE, SEBRAE, documentos federais e demais documentos elaborados por instituições de ensino e sistemas subjacentes. Após essas etapas, buscou-se comparar a síntese dos instrumentos de gestão estadual com os indicadores encontrados, no intuito de compreender e alinhar as informações do contexto estadual de planejamento com a realidade regional e de verificar ainda:

- o alinhamento (convergência) entre os instrumentos de Gestão – suas diretrizes, seus objetivos, projetos e ações;
- se os objetivos, projetos/ações definidos nos planos foram realizados/executados;
- quais fatores que impediram a realização dos projetos/ações definidos nos planos;
- a performance dos indicadores de desenvolvimento existentes para a região.

Esses indicadores e variáveis foram utilizados no desenvolvimento de um material demonstrativo que foi exposto na reunião de representantes dos Grupos por Subeixos Estratégicos (GSEE) – descritos na tabela 01, nomeados, por esta Regional, de Oficinas Temáticas.

Tabela 1: Formação dos Grupos por Subeixos Estratégicos (GSEE)

Eixos Estratégicos (Dimensões)	Subeixos
Economia e Meio Ambiente	- Infraestrutura - Iniciativas empreendedoras - Agricultura e Meio Ambiente
Social	- Saúde - Assistência Social, Trabalho e Habitação - Educação e Cultura - Segurança
Tecnologia	- Ciência - Tecnologia e Inovação
Política Pública	- Gestão Pública

Fonte: Plano Catarinense de Desenvolvimento, 2009/2012.

Na primeira etapa, cada Oficina Temática teve um líder para apresentação do material e registro das proposições mencionadas pelos participantes. Como ações posteriores, foram feitas atas com o conteúdo abordado em cada oficina e foram criados grupos de e-mails e blogs para postagens e discussões posteriores dos temas. Os participantes das oficinas incluíram representantes do governo estadual, da SDR Grande Florianópolis, dos municípios da Regional, das universidades da Região, membros da sociedade civil organizada e de associações empresariais.

Ainda nas oficinas, teve início o trabalho de análise do cenário regional por eixo estratégico, por meio da ferramenta de planejamento estratégico da Matriz SWOT, detalhada na tabela 02, que especifica, dentro de cada eixo estratégico, as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, para determinar qual é a melhor solução para uma demanda dentro de um determinado contexto. Além dessa etapa, também ocorreram, dentro das oficinas, a determinação de objetivos estratégicos, que são as diretrizes de atuação do presente PDR e que determinam os planos de ação a serem executados.

Tabela 2: Modelo da Matriz SWOT

	Auxilia na conquista dos objetivos	Atrapalha na conquista dos objetivos
Fatores Internos (de organização)	FORÇAS (Strengths)	FRAQUEZAS (Weakness)
Fatores externos (do ambiente)	OPORTUNIDADES (Opportunities)	AMEAÇAS (Threats)

Fonte: Adaptado a partir de Secretaria de Estado do Planejamento, 2011.

De posse dessas informações, buscou-se a inferência dos responsáveis pelas temáticas para determinar os projetos que comporiam o PDR em cada subeixo estratégico. Nessa etapa, envolveram-se os representantes das Secretarias Setoriais, buscando integrar as ações do estado com as ações regionais e manter um planejamento coerente entre as metas de governo e as necessidades regionais. Para os planos de ação, utilizou-se como base outra ferramenta de planejamento estratégico, o 5W2H, que especifica os elementos envolvidos na estratégia de ação, incluindo:

- o que deve ser feito para atingir as metas;
- quais as metas que o projeto abrange;
- os prazos;
- os responsáveis;
- os custos, quando disponíveis.

A segunda etapa das Oficinas Temáticas teve como principal objetivo a apresentação da estrutura preliminar do PDR e, dentro dos Grupos Temáticos, o apontamento de questões e sugestões de planos de ação não mencionados anteriormente. Com essas informações, e com a aprovação dos participantes, finalizou-se a estrutura do PDR para ser encaminhado à Secretaria de Estado do Planejamento.

Durante todo o processo, os gerentes e funcionários da SDR Grande Florianópolis passaram por treinamentos comportamentais e palestras motivacionais, minicursos de oratória e seminários para prepará-los para o desenvolvimento das atividades do plano e das etapas posteriores à sua entrega. O GGR e o GDR estiveram em constante contato com a equipe de consultores contratada para elaborar o documento, contribuindo para que o PDR ficasse adequado aos objetivos das lideranças da Região.

4 EXPERIÊNCIA DA SDR EM RELAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Desde 2003, os instrumentos de gestão do governo estadual têm se voltado para o vértice do desenvolvimento por regiões. A SDR Grande Florianópolis desenvolveu seu primeiro instrumento de gestão regional entre os anos de 2005 e 2006, com o desenvolvimento do Projeto Meu Lugar. O projeto foi fruto de uma parceria entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Governo do Estado de Santa Catarina, com o objetivo de implementar estratégias de planejamento participativo do desenvolvimento regional para transformar as então 30 regiões administrativas em territórios em desenvolvimento. Com essa proposta, foram desenvolvidos a Agenda para o Desenvolvimento da Região da Grande Florianópolis e o Diagnóstico Regional, cuja estrutura foi elaborada com a participação de entidades representativas da região.

A partir do Diagnóstico Regional foram elaboradas as Oficinas Temáticas das áreas de Infraestrutura, Agronegócios, Desenvolvimento Econômico e Tecnológico, Meio Ambiente, Social, Educação, Saúde e Organização do Lazer. Com a participação dos atores sociais e políticos envolvidos no desenvolvimento da região, foram identificadas as principais problemáticas e dificuldades envolvidas nos temas, e, de posse delas, foram sugeridas propostas de ação, que foram avaliadas enquanto prioridades. Definiram-se, também, quais os indicadores que avaliariam o progresso das ações e os atores responsáveis pelo seu cumprimento.

As propostas formuladas e hierarquizadas pelas oito oficinas temáticas foram consolidadas em sete grandes eixos de política de desenvolvimento regional, conforme figura 01. Algumas ações foram definidas em consonância com os planos estaduais, levando em consideração a proximidade da SDR Grande Florianópolis com a sede do governo, e puderam ser implementadas, enquanto outras ainda aguardam por solução.

Figura 1: Eixos da agenda de desenvolvimento para a região da Grande Florianópolis



Fonte: PDR Grande Florianópolis, 2005/2006.

Outras estratégias de desenvolvimento regional utilizadas pela SDR Grande Florianópolis nos anos de 2011 e 2012 incluem atividades de integração entre as equipes de trabalho, desenvolvimento de relatórios informativos sobre as atividades desenvolvidas pelo governo para distribuir à população e capacitação dos funcionários, no intuito de integrar as informações sobre as atribuições e responsabilidades dos órgãos de governo, proporcionando mais agilidade aos processos.

5 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Para o Diagnóstico Regional foram adotados oito indicadores de desenvolvimento regional: população, densidade demográfica, população por zona de moradia – rural ou urbana, variação populacional, Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice Firjan² de Desenvolvimento Municipal (IFDM), e o Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS) que são demonstrados nos gráficos 01 a XX e tabelas 03 a XX.

Tabela 3: População e densidade demográfica dos municípios da Grande Florianópolis

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	ÁREA (KM ²)	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (HAB./KM ²)
Águas Mornas	5.548	326,5	17
Angelina	5.250	500	10,5
Anitápolis	3.214	542,4	5,9
Antônio Carlos	7.458	229,1	32,6
Biguaçu	58.206	374,5	155,4
Florianópolis	421.240	671,6	627,2
Governador Celso Ramos	12.999	116,7	111,4
Palhoça	137.334	395	347,7
Rancho Queimado	2.748	286,4	9,6
Santo Amaro da Imperatriz	19.823	345	57,5
São Bonifácio	3.008	461,3	6,5
São José	209.804	151,1	1.388,5
São Pedro de Alcântara	4.704	139,6	33,7
Grande Florianópolis	891.336	4.539,2	196,4

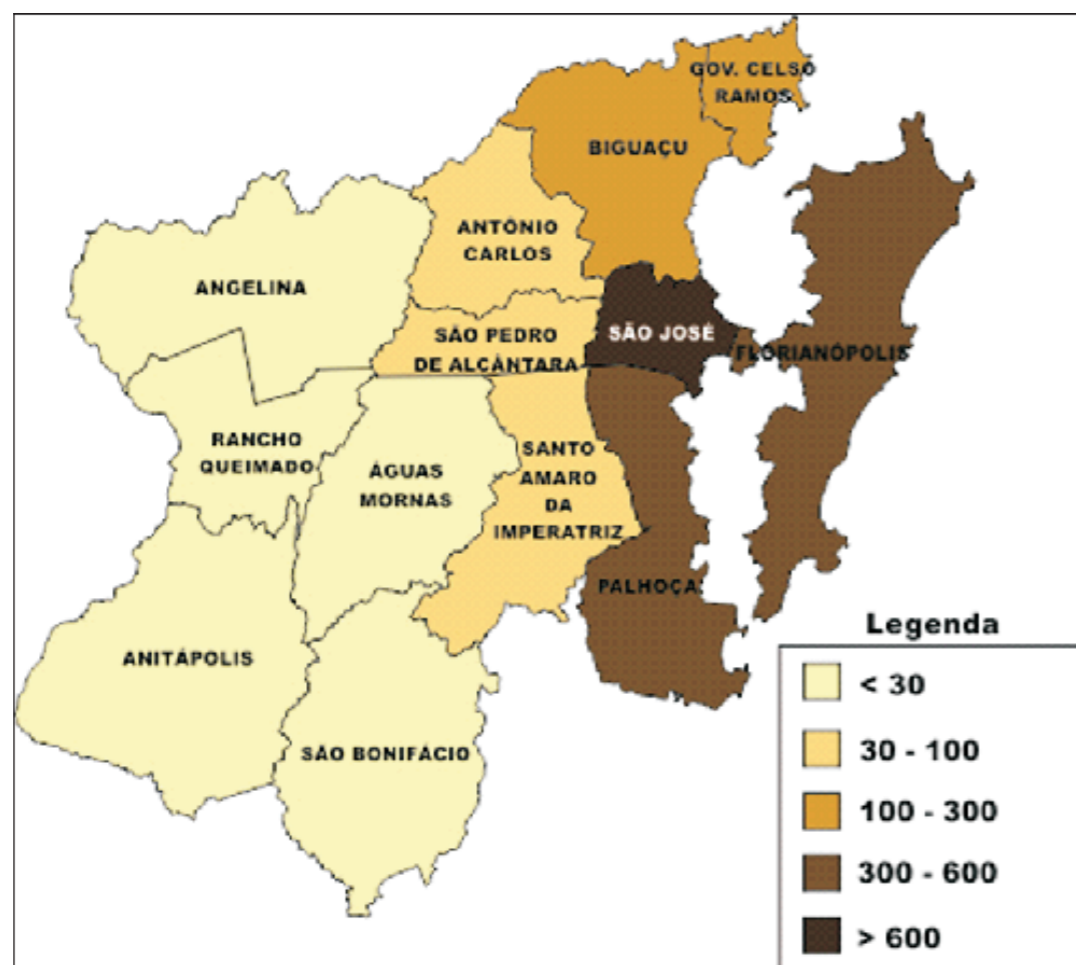
Fonte: IBGE, Censo 2010.

Juntos, os municípios da regional da Grande Florianópolis abrangem 891.336 habitantes, sendo que a cidade com maior população é Florianópolis, com 421.240 habitantes, e o município com menor população é Rancho Queimado, com 2.748 habitantes. Com relação ao número de habitantes por km², o município com maior densidade demográfica é São José, com 1.388,5 habitantes por km², e o município com menor densidade demográfica é Anitápolis, com 5,9 habitantes por km².

A análise do mapa 01 demonstra que os municípios a leste apresentam maiores densidades demográficas, sobretudo os municípios de São José, Florianópolis e Palhoça. O processo de conurbação, iniciado entre São José e Florianópolis, tem se expandido em direção aos municípios de Palhoça e Biguaçu. Conforme nos distanciamos do litoral, a densidade demográfica diminui gradativamente. As características diferenciadas dos municípios da região são evidenciadas quando se observam os índices de moradia rural e urbana da região, no gráfico 01.

² FIRJAN – Federação das Indústrias do Rio de Janeiro

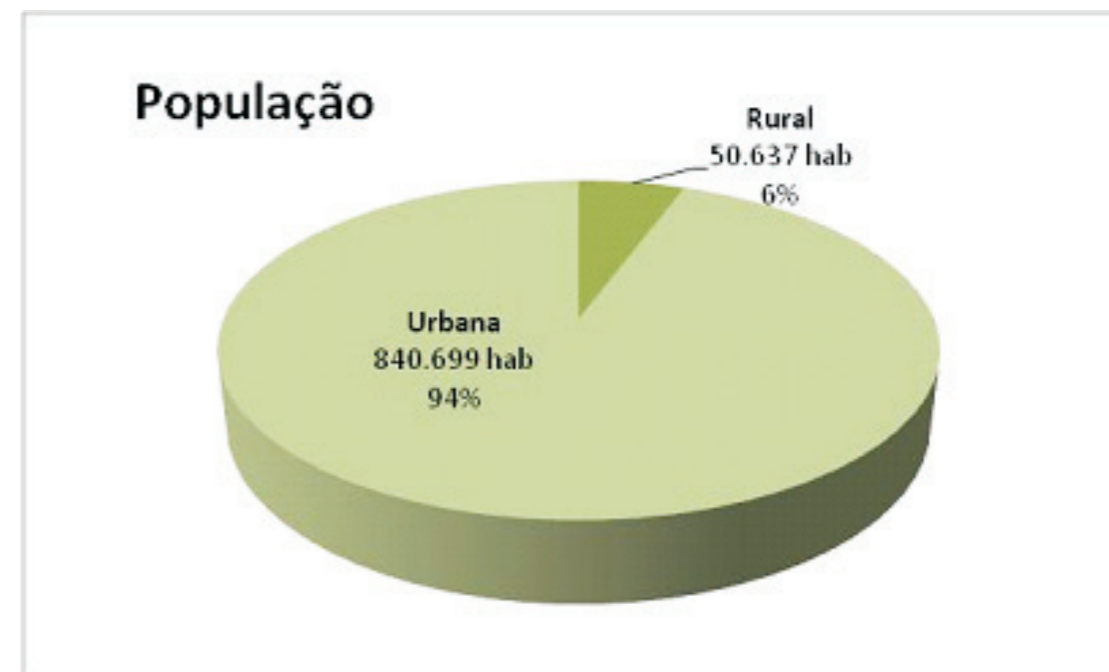
Mapa 1: Densidade demográfica na região da Grande Florianópolis



Fonte: Desenvolvido a partir de IBGE, Censo 2010.

Com relação à moradia, 6% da população (cerca de 50.637 pessoas) vivem no meio rural, enquanto 94% (cerca de 840.699 pessoas) vivem na zona urbana. Dentre os municípios com maior população rural, destacam-se Águas Mornas, Angelina, Anitápolis, Antônio Carlos, Rancho Queimado e São Bonifácio. Dois destes municípios – São Bonifácio e Rancho Queimado – estão entre os municípios com maior declínio da população, além de Angelina e Anitápolis, que também evidenciaram decréscimo, conforme tabela 04, podendo ser indicativo de êxodo rural.

Gráfico 1: População rural e urbana



Fonte: IBGE, Censo 2010.

Observando-se a variação populacional entre os anos de 2000 e 2010, pode-se perceber um declínio mais acentuado no número de habitantes nos municípios de Angelina e São Bonifácio, e também um leve declínio no município de Anitápolis. A variação populacional nos municípios de Florianópolis, Santo Amaro da Imperatriz, Palhoça e São Pedro de Alcântara apresentam um aumento significativo.

Comparando os dados populacionais de 1970 a 2010, apresentados nos gráficos 04a a 04m, é evidente a queda populacional nos municípios acima citados desde 1970. Já os municípios de Biguaçu, Florianópolis, Palhoça e São José apresentam as linhas de crescimento mais acentuada, ou seja, apresentam um crescimento acelerado da população. Alguns destes municípios mais que triplicaram sua população em quarenta anos (1970 a 2010), e continuam apresentando crescimento populacional. É o caso de Palhoça, por exemplo.

Tabela 4: Variação populacional entre 1990 e 2010

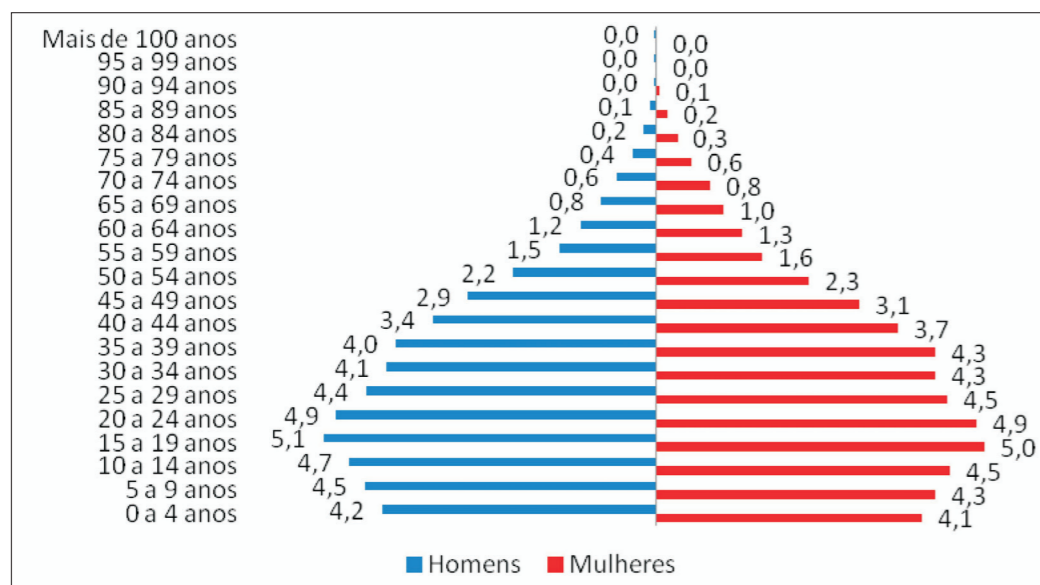
Município	Variação populacional 2000/2010 (%)
Águas Mornas	2,89
Angelina	-9,11
Anitápolis	-0,62
Antônio Carlos	15,87
Biguaçu	21,13
Florianópolis	23,05
Gov. Celso Ramos	12,19
Palhoça	33,54
Rancho Queimado	4,21
Sto. Amaro da Imperatriz	26,24
São Bonifácio	-6,53

São José	21,29
São Pedro de Alcântara	31,42
Grande Florianópolis	13,50
Santa Catarina	16,68
Brasil	12,33

Fonte: Adaptado a partir de Folha UOL, 2010.

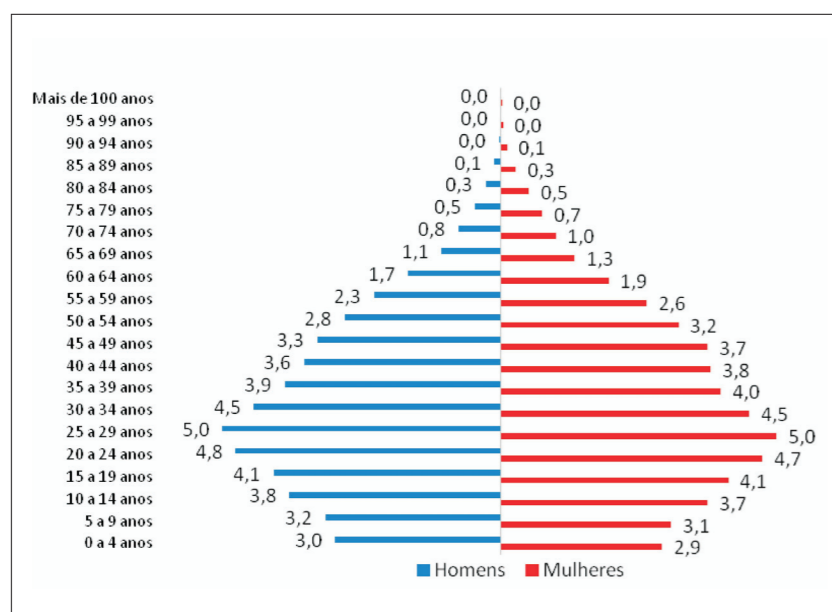
A região tem apresentado mudanças em sua pirâmide etária. Comparando-se os dados de 2000 e 2010, gráficos 02 e 03, nota-se que as faixas de 0 a 19 anos, tanto de homens como de mulheres, estão diminuindo sua população. Essa é uma característica comum a regiões mais bem desenvolvidas, onde a população adulta é a maioria sobre a população de jovens e crianças.

Gráfico 2: Pirâmide Etária da Grande Florianópolis – 2000



Fonte: IBGE – CENSO 2010.

Gráfico 3: Pirâmide Etária da Grande Florianópolis – 2010



Fonte: IBGE – CENSO 2010

Gráfico 4: Evolução populacional dos municípios da Grande Florianópolis – 1970 a 2010

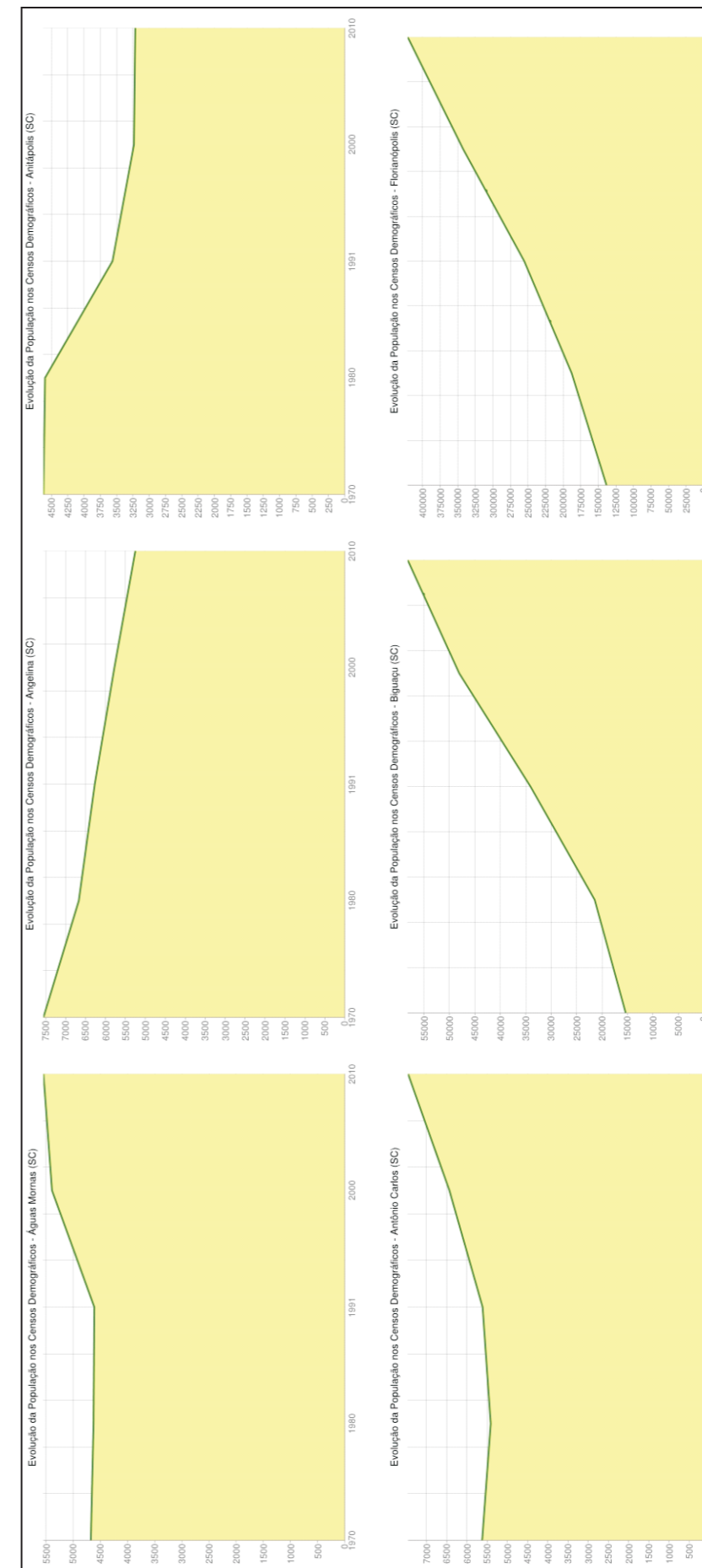
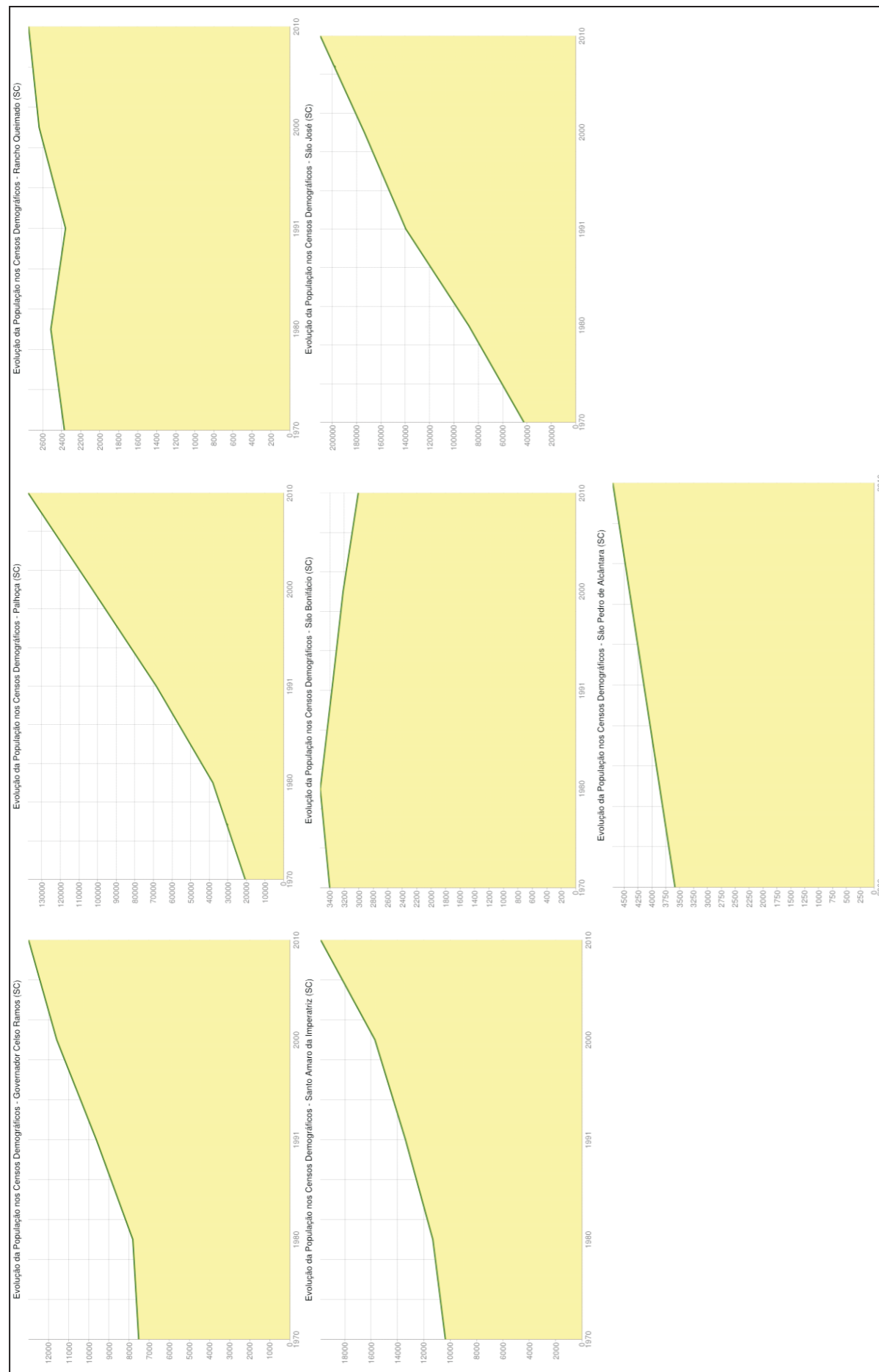
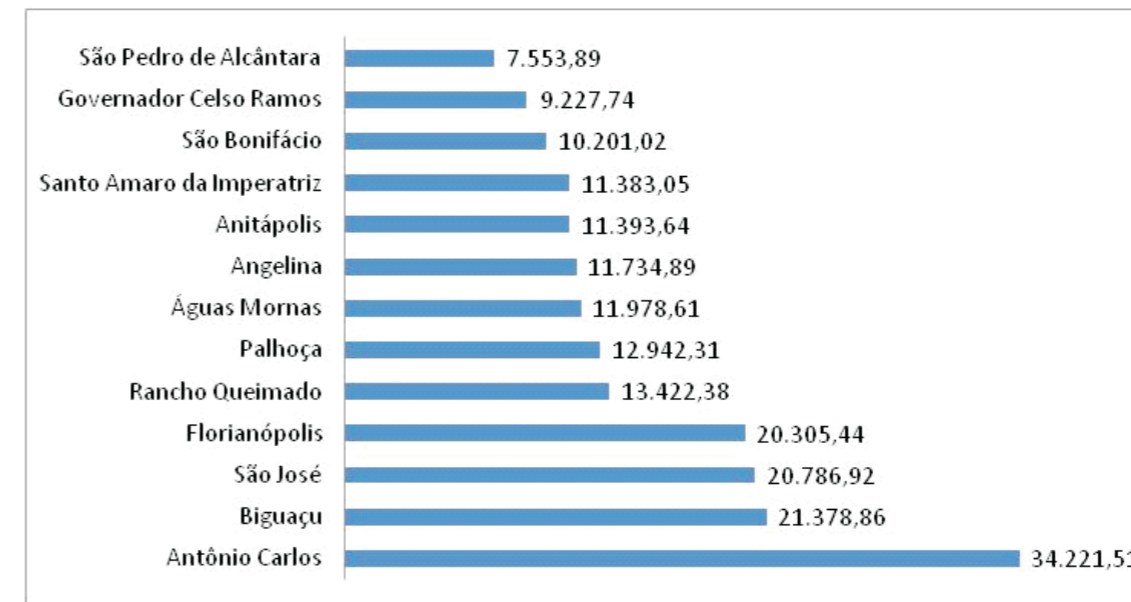


Gráfico 4: Evolução populacional dos municípios da Grande Florianópolis – 1970 a 2010



O PIB – Produto Interno Bruto – *per capita* dos municípios da região varia entre R\$ 7.553,89 (São Pedro de Alcântara) e R\$ 34.221,51 (Antônio Carlos), com um PIB regional *per capita* médio de R\$ 15.117,71. Os valores estão abaixo do PIB *per capita* de Santa Catarina (R\$ 21.214), mas acima do brasileiro (R\$ 14.184).

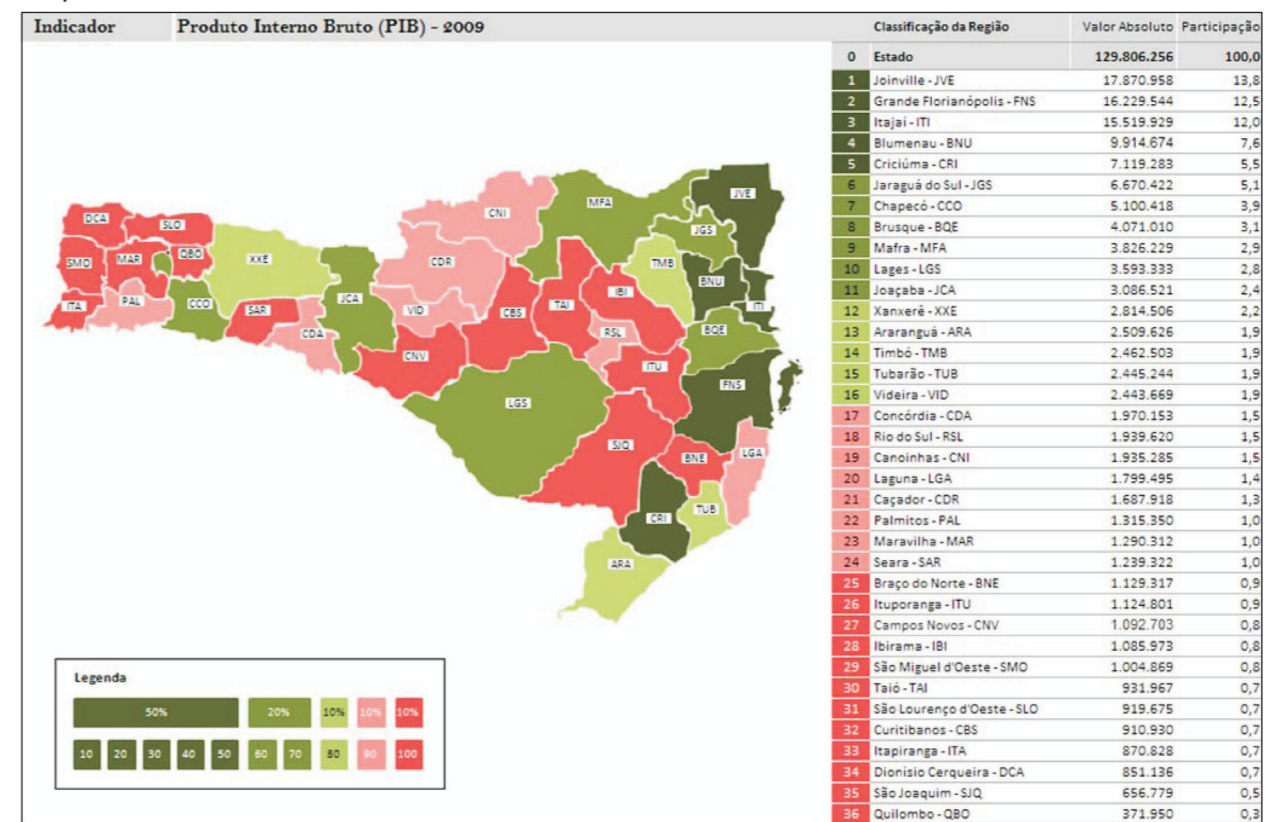
Gráfico 5: PIB per capita dos municípios – 2009



Fontes: IBGE Cidades@, 2012.

Comparando-se os dados do PIB com as outras SDRs, a da Grande Florianópolis aparece na 3ª posição, abaixo das SDRs Joinville e Itajaí. No entanto, em relação ao PIB *per capita*, a região está colocada na 15ª posição, de um total de 36 SDRs – Mapa 02.

Mapa 2: PIB nas 36 SDRs



Fonte: SPG, 2011

A tabela 5 apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios que compõem a região da Grande Florianópolis.

Tabela 5: Índice de Desenvolvimento Humano – 2000

Municípios	IDH
Florianópolis	0,88
São José	0,85
Sto Amaro da Imperatriz	0,84
Antônio Carlos	0,83
Biguaçu	0,82
Palhoça	0,82
São Pedro de Alcântara	0,80
Gov Celso Ramos	0,79
São Bonifácio	0,79
Águas Mornas	0,78
Angelina	0,77
Rancho Queimado	0,77
Anitápolis	0,77
Grande Florianópolis	0,81
Santa Catarina	0,82
Santa Catarina	0,795

Fonte: PNUD, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, SPG, 2012.

O IDH utiliza como critérios indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB *per capita*). Índices entre 0,500 e 0,799 são considerados Índices de Desenvolvimento Humano médios, e acima de 0,800 são índices considerados altos. Analisando os índices dos municípios da regional, pode-se perceber que aqueles com menor IDH na região são Rancho Queimado, Angelina e Anitápolis (0,77), enquanto os municípios com maior IDH da região são Florianópolis (0,88), São José (0,85) e Antônio Carlos (0,83). Mesmo os municípios com menor IDH encontram-se acima da média nacional (0,72).

Tabela 6: Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – 2009

Municípios	IDH
MUNICÍPIOS	IFDM
Florianópolis	0,868
São José	0,825
Palhoça	0,772
Biguaçu	0,761
Antônio Carlos	0,753
Santo Amaro da Imperatriz	0,749
São Bonifácio	0,727

Águas Mornas	0,726
Anitápolis	0,719
São Pedro de Alcântara	0,713
Rancho Queimado	0,697
Angelina	0,665
Governador Celso Ramos	0,665
Grande Florianópolis	0,742
Santa Catarina	0,795

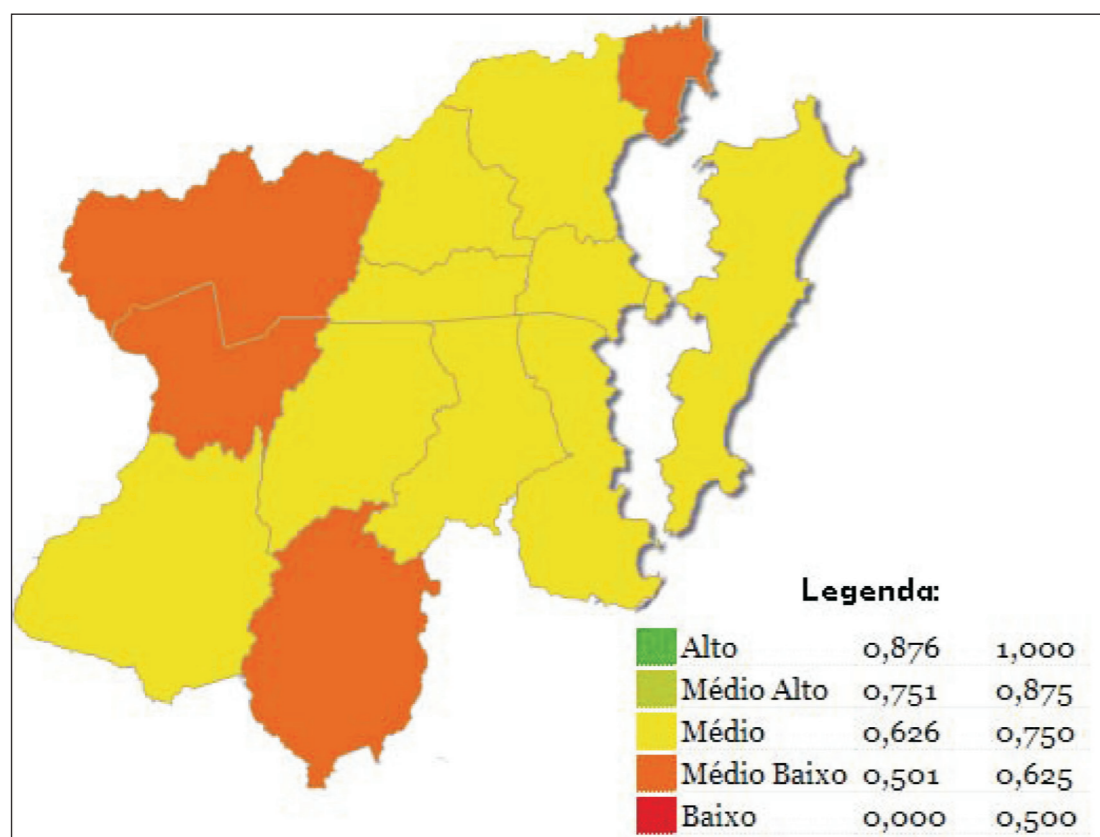
Fonte: FIRJAN, 2011

O IFDM é um índice criado pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro para acompanhar o desenvolvimento dos municípios brasileiros e considera as variáveis de educação, saúde, emprego e renda. No ano de 2009, o estado de Santa Catarina atingiu o índice de 0,795 pontos, ficando no nível de Desenvolvimento Moderado (entre 0,6 e 0,8 pontos). Já a regional da Grande Florianópolis atingiu o índice 0,742 pontos (Desenvolvimento Moderado), sendo que o nível de Alto Desenvolvimento é superior a 0,8 pontos. Analisando o índice por município, constatou-se que Florianópolis e São José estão classificados como Alto Desenvolvimento. Os demais municípios encontram-se na faixa de Desenvolvimento Moderado (tabela 6).

O IDMS – Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável é um índice criado pela Federação Catarinense de Municípios – FECAM, no ano de 2012, e serve como uma ferramenta para aplicação do conceito de desenvolvimento municipal sustentável construído a partir de uma série de indicadores fundamentais – sociocultural, economia e renda, ambiental e político-institucional – para diagnosticar o grau de desenvolvimento de um território. Configura-se como uma ferramenta de apoio à gestão capaz de evidenciar as prioridades municipais e regionais e situar as municipalidades em relação a um cenário futuro desejável.

A tabela 7 e o mapa 3 apresentam o IDMS dos municípios da Grande Florianópolis, onde é possível observar que os municípios de Angelina, Governador Celso Ramos, Rancho Queimado e São Bonifácio apresentam índice baixo, e os demais – Águas Mornas, Anitápolis, Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, São José e São Pedro de Alcântara – estão classificados como médio.

Mapa 3: IDMS da região da Grande Florianópolis



Fonte: FECAM, 2012

Tabela 7: Índice IDMS da Grande Florianópolis

Município	IDMS ²
Águas Mornas	0,634
Angelina	0,618
Anitápolis	0,643
Antônio Carlos	0,717
Biguaçu	0,743
Florianópolis	0,727
Governador Celso Ramos	0,562
Palhoça	0,684
Rancho Queimado	0,624
Santo Amaro da Imperatriz	0,728
São Bonifácio	0,595
São José	0,746
São Pedro de Alcântara	0,667

Fonte: FECAM, 2012

² IDMS – índice máximo: 1,000, sendo que: de 0,000 até 0,500 – índice muito baixo; de 0,500 até 0,625 – índice baixo; de 0,625 até 0,750 – índice médio; de 0,750 até 0,875 – índice bom; de 0,875 até 1,000 – índice muito bom.

A tabela 8 traz os indicadores que compõem o IDMS com os índices separados. Assim, podem-se observar as áreas que demandam uma maior atuação do poder público para incremento do índice final. O indicador de Economia e Renda é aquele que apresenta, em geral, valores mais baixos, seguido do indicador Político-Institucional, Sociocultural e, por fim, Ambiental.

Tabela 8: Composição do IDMS

Municípios	Sociocultural	Economia e Renda	Ambiental	Político-Institucional
Águas Mornas	0,751	0,541	0,585	0,661
Angelina	0,746	0,582	0,556	0,590
Anitápolis	0,701	0,588	0,601	0,682
Antônio Carlos	0,815	0,656	0,699	0,700
Biguaçu	0,763	0,752	0,804	0,653
Florianópolis	0,803	0,594	0,797	0,716
Governador Celso Ramos	0,704	0,553	0,606	0,383
Palhoça	0,690	0,794	0,688	0,562
Rancho Queimado	0,777	0,509	0,558	0,654
Santo Amaro da Imperatriz	0,763	0,726	0,836	0,586
São Bonifácio	0,755	0,394	0,581	0,649
São José	0,767	0,728	0,841	0,649
São Pedro de Alcântara	0,770	0,529	0,705	0,665
Grande Florianópolis	0,754	0,611	0,681	0,627

Fonte: FECAM, 2012

Além dos indicadores gerais – econômicos e populacionais –, é importante a análise dos indicadores de cada subeixo, cujos elementos são norteadores para o planejamento das ações. No desenvolvimento deste PDR, foram escolhidos indicadores para planejamento de ações, dentre as muitas variáveis envolvidas em cada universo.

5.1 ECONOMIA E MEIO AMBIENTE

5.1.1 Infraestrutura

O subeixo de infraestrutura apresenta a situação da região em relação à mobilidade urbana, ao saneamento básico, à energia elétrica e distribuição de gás natural. Essas são questões essenciais para o desenvolvimento regional e qualidade de vida da sua população.

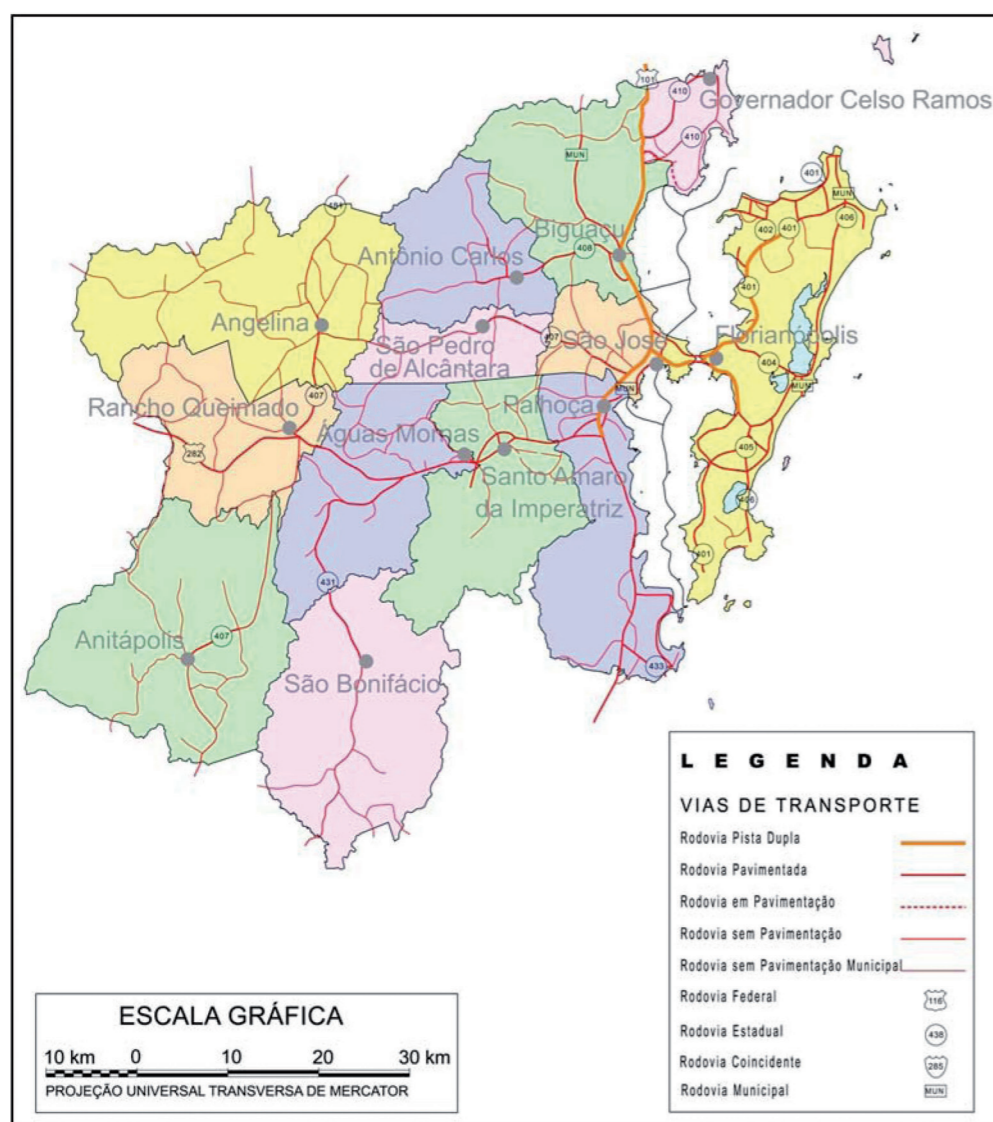
5.1.1.1 Mobilidade urbana

A região da Grande Florianópolis sofre um crescente agravamento da sua mobilidade urbana, o que se deve, basicamente, a três processos. O primeiro deles é o aumento do contingente e do adensamento populacionais, consequência da crescente atração da região, principalmente em termos turísticos e habitacionais, e sua exposição na mídia como um estado caracterizado pelas suas belezas naturais e qualidade de vida. O segundo é o de crescente urbanização, que ocorre de maneira desordenada, favorecendo a especulação imobiliária e causando impactos sociais, no meio ambiente e na infraestrutura da região. O terceiro processo é o aumento da frota de veículos, especialmente carros e motos, ocorrido em função das facilidades e volume de crédito a que a população tem acesso atualmente, e a falta de mais e melhores opções de transporte público integrado.

Esses processos são agravados, no caso da ilha de Florianópolis, pelas condições geográficas desfavoráveis (montanhas de um lado e mar de outro), que dificultam e encarecem as possíveis soluções para melhoria da mobilidade urbana, e pela ligação continente-ilha, hoje composta por duas pontes rodoviárias, que já superaram, de muito, a sua capacidade nominal de tráfego, sem que se tenha definida uma solução para uma nova alternativa. O processo de definição dessa solução, elaboração dos projetos de engenharia, obtenção de licenciamentos, licitação e construção provavelmente ultrapassarão o horizonte deste plano, agravando ainda mais a situação atual. Esse fato indica a necessidade de adoção de solução de transporte público de mais rápida implantação, como o VLP, cujo projeto está em andamento.

A região é servida por duas rodovias federais: BR-101 e BR-282; doze rodovias estaduais: SC-400, SC-401 a 408, SC-410, SC-431, SC-481; e Via Expressa Sul (Mapa 4).

Mapa 4: Mapa Rodoviário da SDR Grande Florianópolis



Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento, 2012.

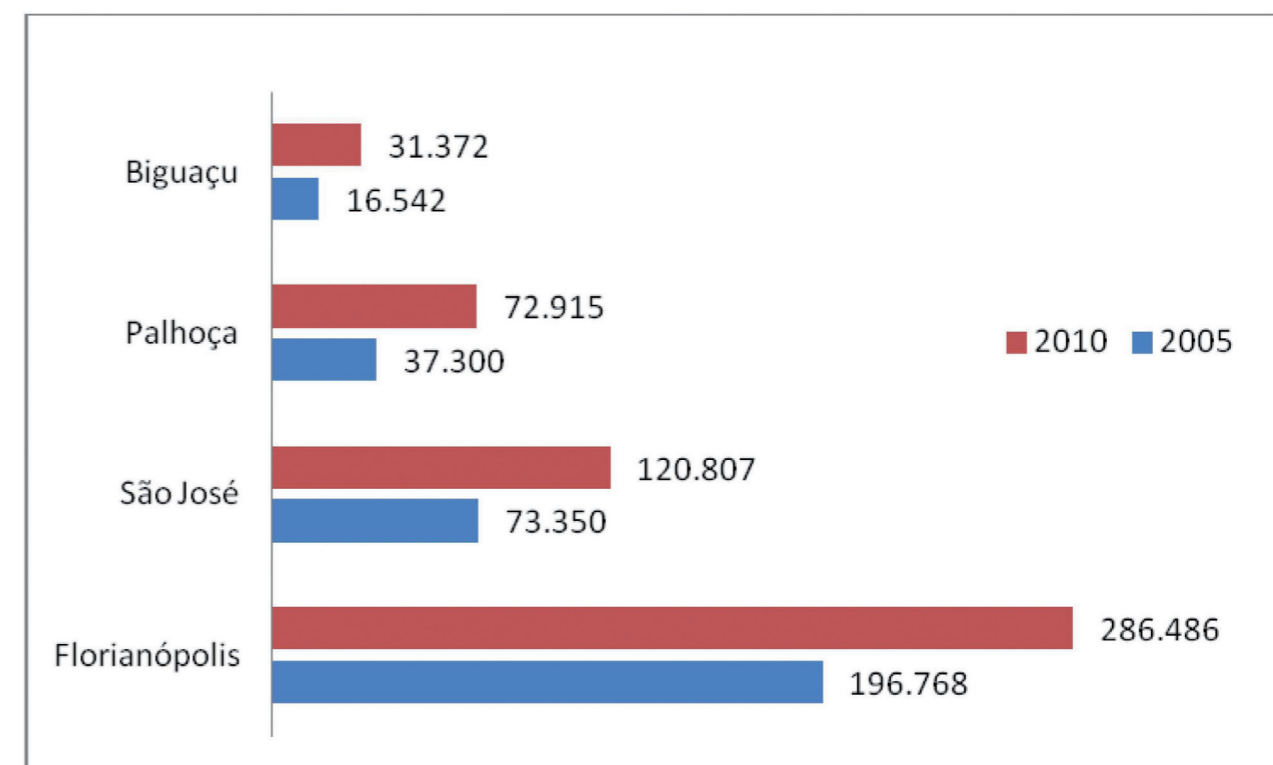
No entanto, a mobilidade da região é comprometida pelo alto número de veículos que transitam por suas vias, assim como também pelas opções de locomoção oferecidas à população. Os congestionamentos são constantes nas vias de acesso à capital, em ambos os sentidos – entrada e saída – e, também, nas principais vias de circulação no município. O mesmo problema pode ser observado nas vias de circulação municipal de São José.

A melhoria da mobilidade urbana deverá ser facilitada pela institucionalização da Região Metropolitana da Grande Florianópolis, o que permitirá o tratamento do tema de modo sistêmico, integrado e multimodal, agregando, por exemplo, o modal marítimo e integrando e ampliando as ciclovias. Outra facilidade será obter dados estatísticos que o IBGE coleta normalmente em todas as regiões metropolitanas constituídas.

Os gráficos 6A e 6B apresentam a frota de veículos dos municípios que compõem a SDR Grande Florianópolis. Em razão da disparidade entre os valores dos municípios, optou-se pela divisão em dois gráficos. No gráfico 6A, além da capital, estão os municípios que apresentam maiores problemas de congestionamentos nas rodovias e vias de acesso a outras localidades. No gráfico 6B, encontram-se as frotas dos outros municípios da região.

Neste primeiro gráfico (6), é possível observar um crescimento aproximado de 58% do número de frotas entre os anos de 2005 e 2010, nos quatro municípios com maior gargalo da região: Biguaçu, Palhoça, São José e Florianópolis. Já no gráfico 7, é possível verificar um crescimento aproximado de 57% no número de frotas no restante dos municípios, entre os mesmos anos.

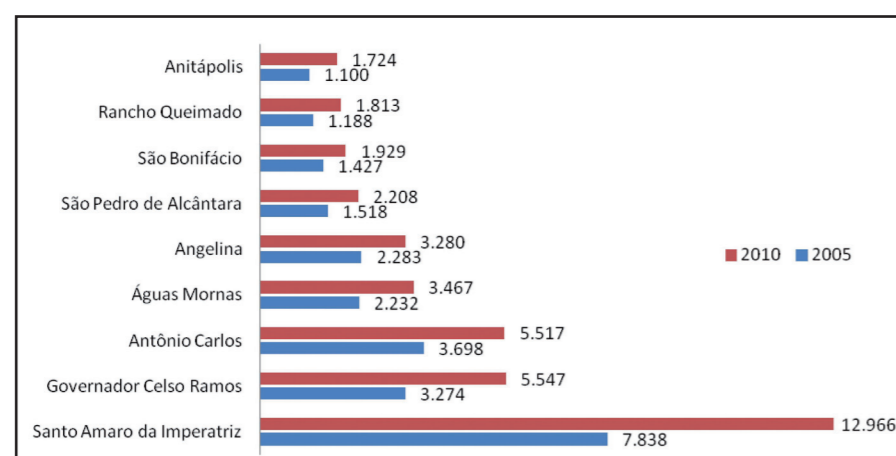
Gráfico 6: Frota de Veículos – 2005 e 2010



Fonte: Detran/SC – 2012

No gráfico 6, Florianópolis foi o município com maior crescimento –aproximadamente 46%. Já no gráfico 7, o município de Santo Amaro da Imperatriz foi o que apresentou o maior crescimento – aproximadamente 65%. Com isso, pode-se observar que o município de Santo Amaro da Imperatriz (interior) obteve maior crescimento que o município de Florianópolis (litoral).

Gráfico 7: Frota de Veículos – 2005 e 2010



Fonte: Detran/SC, 2012.

A disparidade entre a frota de Florianópolis em relação aos demais municípios da região, a presença das organizações estaduais e as oportunidades de estudo e trabalho na ilha são outros motivos pelos quais é neste município que se encontra a maior dificuldade de mobilidade urbana.

5.1.1.2 Saneamento básico

O Plano Nacional de Saneamento Básico 2011 (PLANSAB) aborda o tema de forma integrada num horizonte de 20 anos, nas suas quatro dimensões: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, e drenagem e manejo de águas pluviais urbanas. Em nível estadual, está em elaboração o Plano Estadual de Saneamento, que deverá orientar os investimentos prioritários no setor, especialmente com relação ao esgoto sanitário, dimensão em que Santa Catarina tem um desempenho medíocre, incompatível com o seu grau de desenvolvimento econômico e nível de qualidade de vida.

O Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS) classificou a Regional da Grande Florianópolis com um índice de 0,760, considerado como médio-alto na cobertura de saneamento básico, com uma cobertura de 73,59%. Esse indicador levou em consideração o percentual de domicílios atendidos direta ou indiretamente por coleta de lixo domiciliar, o percentual de domicílios com acesso à rede geral de esgoto ou fossa séptica, e o percentual de domicílios atendidos por rede pública de água.

Nesse indicador, a maior parte dos municípios está classificada entre médio e alto desenvolvimento. Os municípios de Angelina (63,41% de cobertura), Anitápolis (58,05% de cobertura), Rancho Queimado (53,60% de cobertura) e São Bonifácio (61,81% de cobertura) encontram-se classificados como médio-baixo. Os municípios com maior percentual de cobertura de saneamento básico são São José (94,38%), Florianópolis (88,64%), Biguaçu (85,33%), Palhoça (84,12%) e Santo Amaro da Imperatriz (83,90%) – tabela 9.

Tabela 9: Cobertura de Saneamento Básico

Municípios	%
Águas Mornas	68,88
Angelina	63,41
Anitápolis	58,05
Antônio Carlos	61,55
Biguaçu	85,33
Florianópolis	88,64
Governador Celso Ramos	74,71
Palhoça	84,12
Rancho Queimado	53,60

Santo Amaro da Imperatriz	83,90
São Bonifácio	61,81
São José	94,38
São Pedro de Alcântara	78,26
Grande Florianópolis	73,59

Fonte: Adaptado a partir de FECAM, 2012.

5.1.1.3 Energia Elétrica

O fornecimento de energia elétrica na região é realizado pela Celesc Distribuição S.A, subsidiária das Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC), *holding* que também atua nas áreas de geração de energia (Celesc Geração) e distribuição de gás natural. O atendimento da Grande Florianópolis é realizado pela Agencia Regional de Florianópolis.

A Celesc Distribuição tem investido para suprir as demandas de energia elétrica na temporada de verão, em função do turismo e da maior utilização de aparelhos de ar condicionado. Por outro lado, sendo uma sociedade anônima listada em bolsa de valores e supervisionada pela Agencia Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, tem de perseguir as metas acordadas no seu Contrato de Gestão e Resultados, que envolvem indicadores de desempenho e qualidade de serviços.

5.1.2 Iniciativas Empreendedoras

O estado de Santa Catarina vem apresentando variações no registro de empresas, acompanhando as variações da economia nacional. Constatou-se que, nos anos de 2000, 2008 e 2010, foram registradas respectivamente 24.097, 28.639 e 26.080 empresas no estado (JUCESC, 2011). O mesmo ocorre com o registro de pedidos de falência e concordata: nos anos de 2006, 2009 e 2011 houve respectivamente 14, 31 e 23 pedidos de falência no estado junto à JUCESC (JUCESC, 2012). Com base nesses dados, pode-se perceber que o número de pedidos de falência são poucos se comparados aos registros de empresas.

Com relação ao desempenho e índice de competitividade das micro e pequenas empresas catarinenses, o setor de agronegócios se destaca, embora com pequena diferença em relação aos setores de Comércio, Indústria e Serviços, demonstrando equilíbrio no desenvolvimento dos negócios catarinenses. O Relatório da Pesquisa Sensor, realizado pela empresa Foco Opinião e Mercado em parceria com o SEBRAE, demonstrou, em uma análise de regiões do estado, que a região com empresas com melhor desempenho geral em competitividade localiza-se na Grande Florianópolis (SEBRAE, 2011).

As estratégias utilizadas pelo SEBRAE e pelas associações empresariais incluem a capacitação para o empreendedorismo e para o gerenciamento de empresas, o fomento de novos negócios, consultoria empresarial gratuita, a criação de rede de relacionamentos e informações e o oferecimento de ferramentas de gestão.

5.1.2.1 Caracterização das empresas e empregos formais

A caracterização das empresas formais da região da Grande Florianópolis permite uma análise mais apurada da situação empresarial regional, levando-se em consideração os estudos de mercado necessários para se criar um novo empreendimento. A tabela 11 demonstra a taxa de criação de empresas e empregos entre os anos de 2004 e 2008. Pode-se perceber o crescimento das taxas em geral, com exceção da diminuição da taxa de criação de empregos em Águas Mornas e da diminuição da taxa de criação de empresas em São Pedro de Alcântara nesse período. Evidencia-se na região da Grande Florianópolis uma taxa de criação de empresas de 18,8% e uma taxa de criação de empregos de 31,3%, evidenciando um cenário positivo.

Os municípios que tiveram maior crescimento da taxa de criação de empresas no período foram Rancho Queimado (38,9%), Antônio Carlos (26,4%) e Santo Amaro da Imperatriz (26,3%). As menores taxas de criação de empresas situam-se nos municípios de São José (12,5%), Florianópolis (13,9%) e São Pedro de Alcântara (-3,2%).

Já com relação à taxa de criação de empregos, os municípios que tiveram aumento da criação de empregos foram Palhoça (61,3%), Antônio Carlos (55,8%) e Santo Amaro da Imperatriz (55%). Os municípios com declínio na taxa de criação de empregos foram São Pedro de Alcântara (10,2%), Anitápolis (2,4%) e Águas Mornas (-2,4%) (tabela 10).

Tabela 10: Taxa da criação de empresas e empregos 2004-2008 (%)

Município	Taxa de criação de empresas	Taxa de criação de empregos
Águas Mornas	22,6	-2,4
Angelina	16,1	20,0
Anitápolis	17,9	2,4
Antônio Carlos	26,4	55,8
Biguaçu	16,9	29,7
Florianópolis	13,9	24,2
Governador Celso Ramos	17,7	26,9
Palhoça	20,5	61,3
Rancho Queimado	38,9	47,9
Santo Amaro da Imperatriz	26,3	55
São Bonifácio	18,3	32,1
São José	12,5	43,7
São Pedro de Alcântara	-3,2	10,2
Grande Florianópolis	18,8	31,3

Fonte: Adaptado a partir de SEBRAE, 2010

O porte da empresa é classificado, pelo SEBRAE e pela Receita Federal, através do número de funcionários ou pela receita bruta anual, sendo que o microempreendedor individual abrange uma receita de até R\$ 60.000,00/ano e pode ter, no máximo, 01 funcionário; a microempresa abrange um faturamento de R\$ 360.000,00/ano e até 19 empregados (indústria) e até 9 empregados (comércio e serviços); a pequena empresa abrange um faturamento de até R\$ 3.600.000,00/ano e pode ter de 20 a 99 funcionários (indústria) e de 10 a 49 funcionários (comércio e serviços); a média empresa abrange de 100 a 499 funcionários (indústria) e de 50 a 99 funcionários (comércio e serviços); e a grande empresa abrange mais de 500 funcionários (indústria) e mais de 100 funcionários (comércio e serviços).

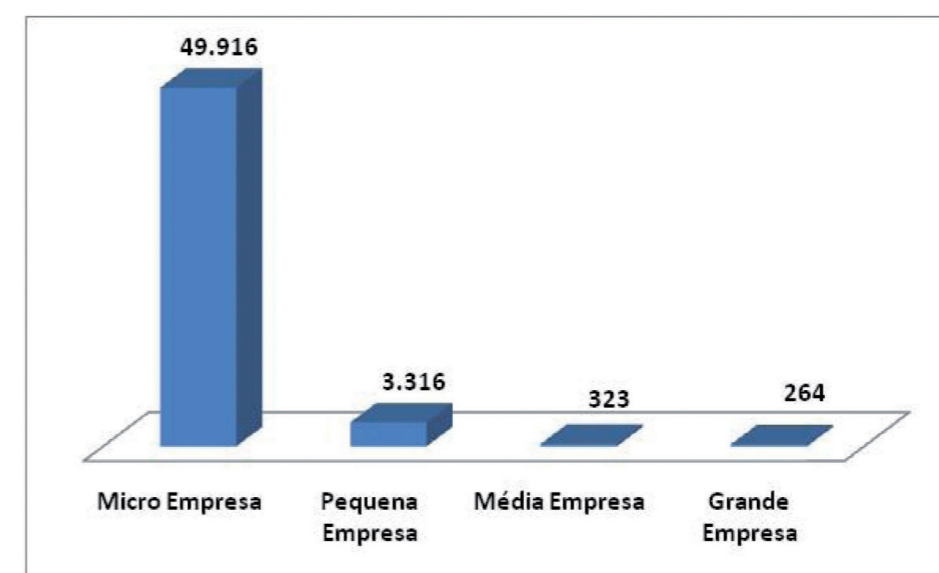
Tabela 11: Número de empresas formais por porte nos municípios – 2008

Município	Micro Empresa	Pequena Empresa	Média Empresa	Grande Empresa
Águas Mornas	192	6	2	1
Angelina	173	6	-	1
Anitápolis	133	4	-	1
Antônio Carlos	445	11	2	2
Biguaçu	1.758	122	10	3
Florianópolis	29.411	1.979	192	187
Governador Celso Ramos	387	16	1	2

Palhoça	4.865	273	33	11
Rancho Queimado	271	3	1	-
Santo Amaro da Imperatriz	1.011	64	4	3
São Bonifácio	144	4	-	1
São José	10.948	827	77	51
São Pedro de Alcântara	178	1	1	1

Fonte: Adaptado a partir de SEBRAE, 2010.

Gráfico 7: Número de empresas formais por porte na Grande Florianópolis – 2008



Fonte: Adaptado a partir de SEBRAE, 2010.

Percebe-se, na região da Grande Florianópolis, um elevado número de microempresas (49.916), com destaque para os municípios de Florianópolis (29.411), São José (10.948) e Palhoça (4.865). Os municípios que apresentam baixo número de empresas de grande porte são Rancho Queimado (-), São Bonifácio (1), São Pedro de Alcântara (1), Águas Mornas (1), Anitápolis (1), Angelina (1) e Antônio Carlos (2) (tabela 11 e gráfico 7).

Considerando-se as empresas formais por setores da economia (tabela 12 e gráfico 8), observa-se na região uma quantidade elevada de empresas atuando no setor terciário – comércio (21.265) e serviços (26.089) –, e uma parcela pequena de empresas atuando no setor primário (270). Os municípios com maior disparidade entre os setores primário e terciário são Florianópolis, Palhoça e São José. O município com menor disparidade é Antônio Carlos.

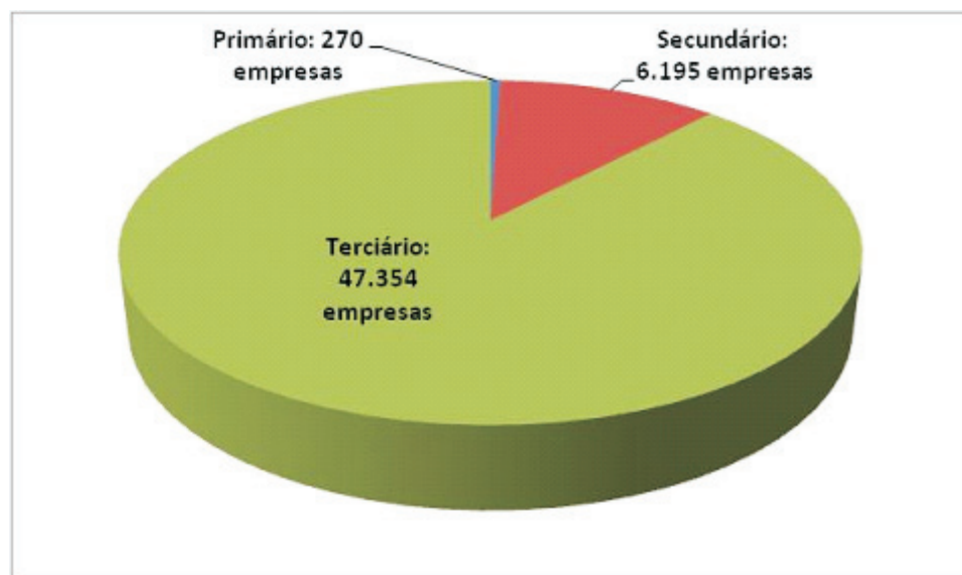
Tabela 12: Empresas formais por setores da economia por municípios – 2008

Município	Primário	Secundário	Terciário - Comércio	Terciário - Serviços
Águas Mornas	6	29	79	87
Angelina	2	23	81	74
Anitápolis	8	16	58	56
Antônio Carlos	32	71	185	172
Biguaçu	34	444	871	544
Florianópolis	79	2.462	11.135	18.093
Governador Celso Ramos	11	37	200	158
Palhoça	27	927	2.486	1.742

Rancho Queimado	18	34	65	158
Santo Amaro da Imperatriz	14	209	416	443
São Bonifácio	7	36	46	60
São José	27	1.879	5.579	4.418
São Pedro de Alcântara	5	28	64	84

Fonte: Adaptado a partir de SEBRAE, 2010.

Gráfico 8: Empresas formais por setores da economia na Grande Florianópolis – 2008



Fonte: Adaptado a partir de SEBRAE, 2010.

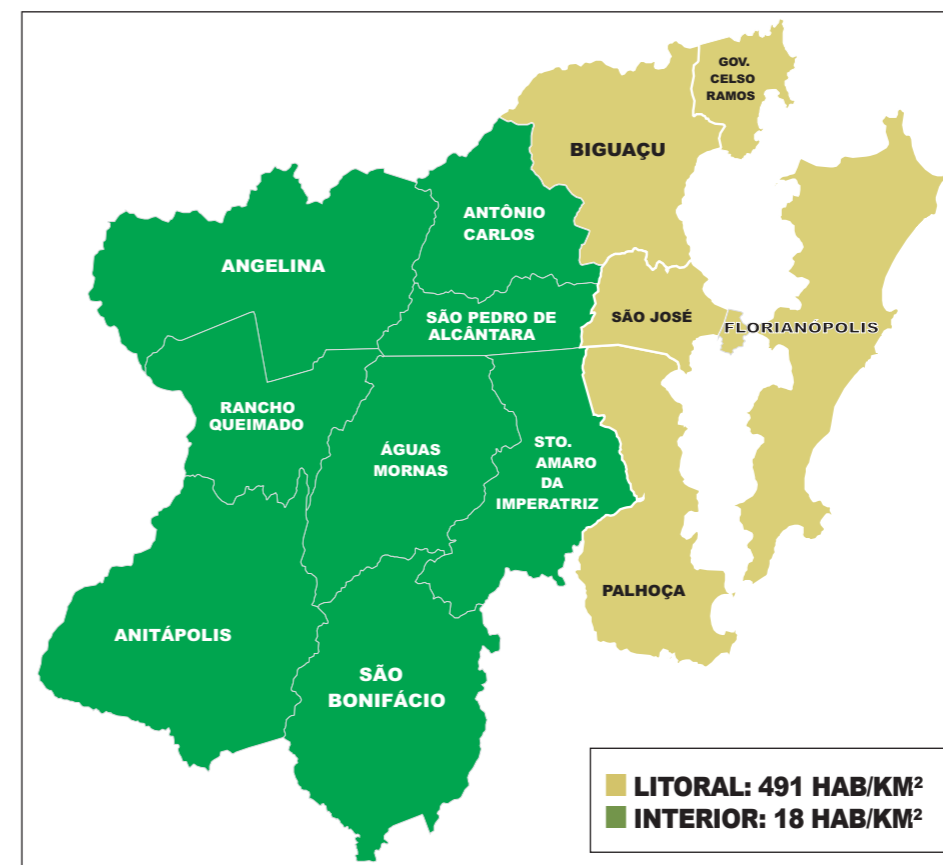
A dificuldade de se fazer um levantamento sobre o número de empresas informais torna complexo o desenvolvimento de políticas públicas voltadas a esse público. Sua interação com as empresas formais no mercado desestimula sua formalização, levando em consideração as dificuldades pelas quais as empresas passam nos primeiros anos de constituição, a burocracia envolvida nos processos e os altos custos envolvidos. Sem esses custos, seu preço torna-se mais baixo do que as empresas formais, aumentando sua competitividade de forma desleal.

Após a criação do programa Microempreendedor Individual, houve uma diminuição da informalidade. No entanto, após o primeiro ano de programa, algumas instituições têm constatado que o trabalhador que foi formalizado está entrando, a partir do segundo ano, na ilegalidade, já que os serviços contábeis passam a ser pagos e torna-se necessária a declaração de imposto de renda. Faz-se necessário um estudo sobre os microempreendedores individuais da região, visando identificar as falhas no processo e proposição de alternativas de solução.

5.1.3 Agricultura e Meio Ambiente

A atividade da agricultura e da pecuária na Regional da Grande Florianópolis é exercida com mais destaque pelos municípios não litorâneos, conforme exposto no mapa 4.

Mapa 5: Densidade Demográfica na Grande Florianópolis – 2010



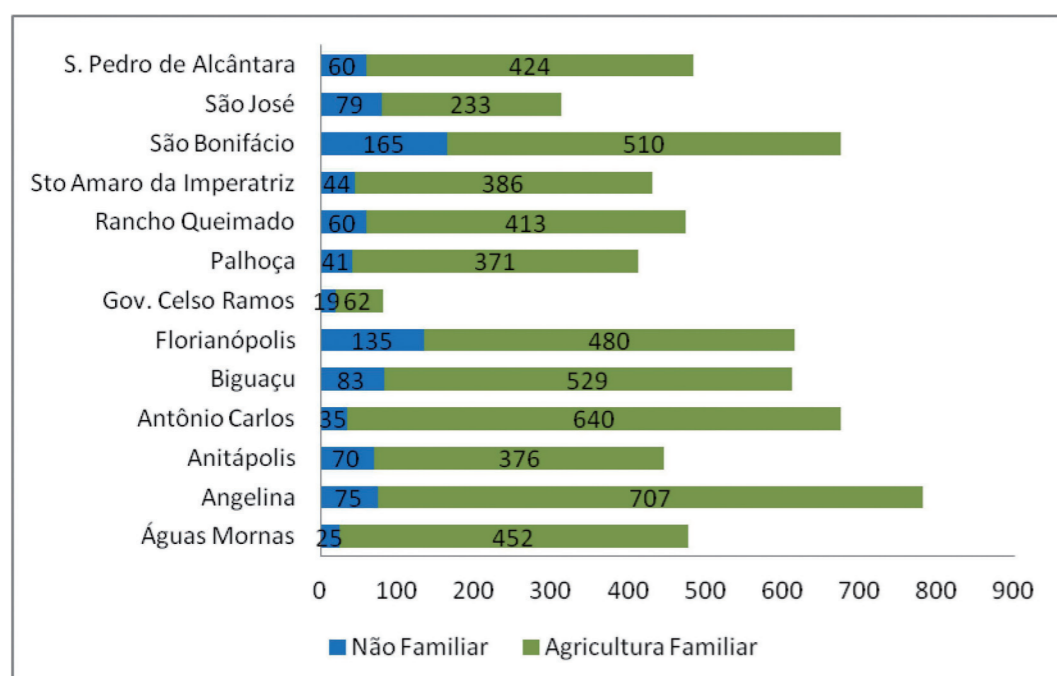
Fonte: IBGE, 2010 adaptada pelo autor.

O litoral da região da Grande Florianópolis é composto por apenas quatro municípios; no entanto, eles representam aproximadamente 94% da população da região. Tanto no litoral quanto no interior, a população predominante é urbana, respectivamente 96,8% e 53,7%.

A agropecuária tem 1,6% na participação do PIB da região. Apesar de esse número ser pouco expressivo comparado com outros setores econômicos da regional, podemos observar que, em alguns municípios, a agropecuária tem grande importância econômica. Os municípios de Águas Mornas, Angelina, Anitápolis, Rancho Queimado e São Bonifácio apresentam mais de 30% do seu PIB composto por atividade econômica do primeiro setor, ou seja, a agropecuária. Na região predomina a agricultura familiar, com uma movimentação financeira crescente entre lavouras temporárias e permanentes. Em algumas cidades, o êxodo rural tem feito com que o índice de movimentação financeira diminua, embora o incentivo à pesquisa e extensão agrícolas tenha feito com que o aumento da lucratividade do produtor seja significativo. Desenvolver o espaço rural, aumentar a competitividade e agregar valor aos produtos agrícolas são pontos estratégicos para diminuir o êxodo rural na região.

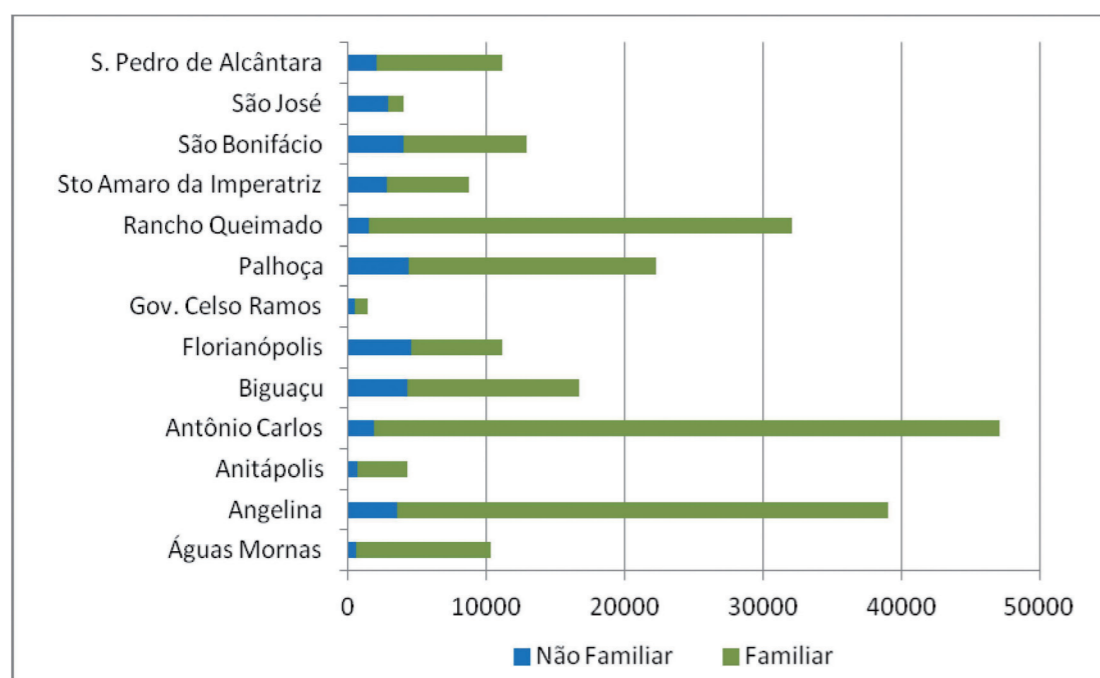
Podemos observar no gráfico 9 que na regional há predominância de estabelecimentos agropecuários familiares, e que são estes que possuem maiores valores de produção (gráfico 10). Os índices agropecuários regionais são inexpressivos e denotam a inclinação da região para outros setores econômicos.

Gráfico 9: Número de estabelecimentos agropecuários (unidades) - 2006



Fonte: IBGE – Censo Agropecuário – 2006.

Gráfico 10: Valor da produção nos estabelecimentos (Mil Reais) – 2006



Fonte: IBGE – Censo Agropecuário – 2006

A questão do meio ambiente é um fator determinante para a construção de um novo padrão de desenvolvimento. A região da Grande Florianópolis tem uma forte ligação dos aspectos econômicos com os naturais, seja no turismo, seja nos esportes radicais, seja no meio rural na utilização do solo e dos rios. O aumento da população nos grandes centros urbanos é uma preocupação constante para que o desenvolvimento econômico da região se construa em conjunto com a preservação do meio ambiente. Encontrar o equilíbrio entre as aspirações socioeconômicas da sociedade e a proteção ao meio ambiente é um objetivo que deve ser almejado por todos.

Por ter a maior densidade demográfica de Santa Catarina e ainda por possuir um território com importantes áreas preservadas, o crescimento da região deve ser compatível com a preservação ambiental. Para termos uma gestão ambiental mais eficiente, devem-se levar em conta algumas ações como:

- a preservação da qualidade da água por meio do saneamento básico;
- fiscalização, para evitar o desmatamento ilegal e a ocupação do homem em áreas de preservação ambiental;
- a redução de resíduos sólidos, por meio da educação ambiental e o incentivo à indústria de reciclagem.

5.1.3.1 Principais problemas ambientais

A identificação dos principais problemas ambientais encontrados em uma determinada região permite ações específicas para coibir ou reduzir a ocorrência de tais fenômenos, que, com grande incidência, ameaçam não apenas o ecossistema, como também a agropecuária e a economia dos municípios. O quadro 13 descreve as principais ocorrências impactantes ao meio ambiente na região da Grande Florianópolis.

Tabela 13: Principais ocorrências impactantes ao meio ambiente

Tipo de ocorrência/Município	Águas Mornas	Angelina	Anitápolis	Antônio Carlos	Biguaçu	Florianópolis	Gov. Celso Ramos	Palhoça	Rancho Queimado	Santo Amaro da Imperatriz	São Bonifácio	São José	São Pedro de Alcântara
Alteração ambiental que tenha afetado as condições de vida da população	-	Sim	-	-	-	Sim	-	Sim	-	-	-	Sim	-
Poluição do ar	-	-	-	-	-	Sim	-	-	-	-	-	Sim	-
Poluição do recurso água	Sim	-	-	-	Sim	Sim	Sim	Sim	-	Sim	-	Sim	Sim
Escassez do recurso água	-	Sim	-	-	Sim	Sim	Sim	-	Sim	Sim	-	-	Sim
Assoreamento de corpo d'água no município	Sim	Sim	-	-	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	Sim	-
Contaminação do solo	Sim	Sim	-	Sim	Sim	Sim	-	Sim	-	-	Sim	Sim	-
Degradação de áreas legalmente protegidas	Sim	Sim	-	-	Sim	Sim	Sim	Sim	-	Sim	-	-	-
Desmatamento	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	-	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Alteração que tenha prejudicado a paisagem	Sim	Sim	-	-	Sim	Sim	-	Sim	Sim	Sim	-	Sim	Sim
Queimadas	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	Sim	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Redução da quantidade/diversidade ou perda da qualidade do pescado	-	Sim	-	-	Sim	-	-	Sim	-	-	-	-	Sim
Atividade agrícola prejudicada por problema ambiental	-	-	-	Sim	-	-	-	Sim	Sim	Sim	-	-	Sim
Atividade pecuária prejudicada por problema ambiental	-	-	-	-	-	-	-	Sim	Sim	Sim	-	-	-

Fonte: IBGE, Perfil dos municípios brasileiros, 2008.

As maiores ocorrências impactantes na região são a poluição dos recursos hídricos, a escassez destes recursos, o assoreamento dos corpos d'água nos municípios, a contaminação do solo, a degradação de áreas legalmente protegidas, especialmente das reservas de mata atlântica, o desmatamento, alterações do meio ambiente que prejudicam a paisagem e as queimadas. Os municípios com mais

ocorrências impactantes são Palhoça, Biguaçu, Santo Amaro da Imperatriz, Angelina e Rancho Queimado, sendo que Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz e Rancho Queimado são os três municípios que possuem as atividades agrícolas e pecuárias prejudicadas por problemas ambientais.

5.1.3.2 Percentual de domicílios atendidos por coleta de lixo domiciliar

O volume de resíduos sólidos foi apontado nas Oficinas Temáticas como uma das principais preocupações com relação ao meio ambiente na região. Segundo dados da SDS, Florianópolis produz, em média, 478 toneladas de resíduos sólidos por dia; São José produz aproximadamente 300 toneladas diárias; Palhoça produz uma média de 94 toneladas diárias, e São Pedro de Alcântara produz cerca de 1,6 tonelada diária. Esses resíduos são coletados e descartados de maneiras diferenciadas. Na alta temporada, que dura aproximadamente três meses, o problema se agrava, levando em consideração o aumento da população de veraneio, especialmente nos municípios litorâneos – Florianópolis, São José, Biguaçu, Palhoça e Governador Celso Ramos.

Segundo pesquisa realizada pela SDS no ano de 2001, os municípios de Anitápolis, Florianópolis e Rancho Queimado possuíam programa de coleta seletiva; todos os municípios, exceto Florianópolis, possuíam administração direta dos resíduos; apenas Biguaçu, Florianópolis e Governador Celso Ramos dispunham os resíduos de maneira adequada em aterro sanitário, enquanto os outros municípios depositavam os resíduos em lixões. Com relação aos resíduos de saúde, Antônio Carlos os incinerava, Florianópolis utilizava de valas sépticas, e os demais queimavam ou enterravam sem controle sanitário (SDS, 2001). No ano de 2012, esses dados estão sendo atualizados pela SDS no Plano Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, em que será oferecido um novo diagnóstico.

Na tabela 14 encontra-se descrita a porcentagem de domicílios de cada município que são atendidos por coleta de lixo domiciliar.

Tabela 14: Percentual de domicílios atendidos por coleta de lixo domiciliar

Municípios	%
Águas Mornas	93,73
Angelina	85,49
Anitápolis	90,60
Antônio Carlos	94,37
Biguaçu	99,08
Florianópolis	99,83
Governador Celso Ramos	99,05
Palhoça	99,20
Rancho Queimado	91,94
Santo Amaro da Imperatriz	98,26
São Bonifácio	89,22
São José	99,79
São Pedro de Alcântara	92,58
Grande Florianópolis	94,85

Fonte: Adaptado a partir de FECAM, 2012.

A região da Grande Florianópolis possui 94,85% dos domicílios atendidos por coleta de lixo domiciliar, direta ou indiretamente, o que é considerado um índice alto. Os municípios que possuem menor porcentagem de domicílios atendidos são Angelina, São Bonifácio e Anitápolis, municípios predominantemente rurais. Os municípios com maior porcentagem de domicílios atendidos são: São José, Florianópolis, Palhoça e Biguaçu, municípios predominantemente urbanos. Cabe considerar a destinação dos resíduos coletados e viabilizar soluções alternativas de reaproveitamento e descarte que não prejudiquem o meio ambiente.

5.2 SOCIAL

5.2.1 Saúde

O Estado tem o dever de preservar a vida e promover a saúde. Os serviços de saúde são direito constitucional dos cidadãos, prestados pelo Sistema Único de Saúde – SUS. No ano de 2011 foi aplicado um total de 12,09% da receita líquida de impostos pelo governo estadual, perfazendo um total de R\$ 1,348 bilhão, sendo que o percentual mínimo exigido pela Constituição Federal é de 12% da receita líquida de impostos e transferências constitucionais. No entanto, o sistema apresenta os mesmos tipos de problemas que os de outros estados, e cuja solução depende, essencialmente, do governo federal. Esses problemas se relacionam, principalmente, com a infraestrutura disponível, a valorização dos profissionais de saúde e a gestão das unidades de saúde.

Os profissionais do setor são desestimulados pelas condições de trabalho, pela baixa remuneração, pelo excesso de trabalho, e acabam dividindo-se entre mais de um emprego. Com relação à gestão, o setor precisa aprimorar seus processos de trabalho antes de se pensar em aumento da aplicação de recursos financeiros.

A Grande Florianópolis possui 21 hospitais, 118 unidades de saúde, 3.293 leitos e as 207 equipes de ESF (Estratégia de Saúde da Família), que garantem o atendimento a 80,12% da população regional. Esta infraestrutura é insuficiente para atendimento de toda a população com a qualidade e presteza necessárias, cuja demanda é ampliada pelos pacientes vindos de outras regiões do estado. A iniciativa privada, que poderia participar mais deste sistema, é desestimulada pela baixa remuneração dos procedimentos, tabelados pelo SUS.

A Gerência Regional de Saúde é responsável não por 13, mas por 22 municípios, sendo que, desde a constituição das SDRs no estado, as Regionais constituíram-se como mesorregionais. Esta falta de integração entre fator técnico e administrativo é um complicador para o desenvolvimento de um planejamento específico, sendo que a regional não tem a possibilidade de dividir-se para realizar suas ações.

5.2.1.1 Mortalidade Infantil

A taxa de mortalidade infantil é indicador do desenvolvimento socioeconômico de um lugar. Índices elevados indicam um baixo desenvolvimento socioeconômico e dificuldade de acesso das famílias às condições adequadas de assistência à saúde da criança. O indicador pode ser ainda dividido em três categorias: neonatal precoce (até 6 dias), neonatal tardia (7 a 27 dias) e pós-natal (28 dias até 01 ano). Entre estas, a categoria que mais apresenta óbitos é a neonatal tardia, variando em torno de 62 óbitos a cada mil bebês nascidos vivos.

Na região da Grande Florianópolis, a taxa de mortalidade infantil segue a tendência nacional e tem diminuído gradativamente. Em 2009, a taxa de mortalidade infantil era de 9,93 óbitos para cada mil bebês nascidos vivos para 7,07 óbitos em 2011, uma redução de cerca de 30% nesse período (DATASUS, 2011).

5.2.1.2 Cobertura de Estratégia de Saúde da Família

A Estratégia de Saúde da Família (ESF)³ constitui-se em um importante pilar na organização e fortalecimento da Atenção Básica, atendendo as famílias no seu ambiente. As informações por município são apresentadas na tabela 15.

³ A Estratégia de Saúde da Família (ESF) caracteriza-se por um conjunto de ações de saúde, que abrangem a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde.

Tabela 15: Percentual de cobertura de Estratégia da Saúde da Família (ESF) em 2011

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO 2010	EQUIPE SAÚDE DA FAMÍLIA 2011	% COBERTURA PSF
Águas Mornas	5.548	2	100%
Angelina	5.250	2	100%
Anitápolis	3.214	1	100%
Antônio Carlos	7.458	3	100%
Biguaçu	58.206	16	94,80%
Florianópolis	421.240	109	89,3
Governador Celso Ramos	12.999	5	100%
Palhoça	137.334	26	65,30%
Rancho Queimado	2.748	1	100%
Santo Amaro da Imperatriz	19.823	7	100%
São Bonifácio	3.008	1	100%
São José	209.804	32	52,06%
São Pedro de Alcântara	4.704	2	100%
Grande Florianópolis	891.336	207	80,12%

Fonte: MS/SAS/DAB e IBGE, 2012.

Na tabela 15 podemos constatar que a cobertura de Estratégia da Saúde da Família na região da Grande Florianópolis tem uma abrangência de 80,12%, um percentual superior ao de Santa Catarina (70,46%) e ao nacional (53,41%). Cerca de 69% dos municípios atingiram o índice de 100% de cobertura da ESF, sendo que todos os municípios com menos de 50 mil habitantes obtiveram esse índice. Já dos municípios com mais de 50 mil habitantes, Biguaçu obteve o maior índice com 94,8%, seguido por Florianópolis 89,3% e Palhoça 65,3%. São José obteve o percentual de cobertura mais baixo dentre os municípios da região da Grande Florianópolis, 52,06%. Uma das observações feitas pelos especialistas é a sobrecarga de algumas equipes da saúde atendendo a aproximadamente 5.300 pessoas (Palhoça) ou até 6.600 pessoas (São José), quando o preconizado pelo Ministério da Saúde é uma equipe para cada 3.500 habitantes.

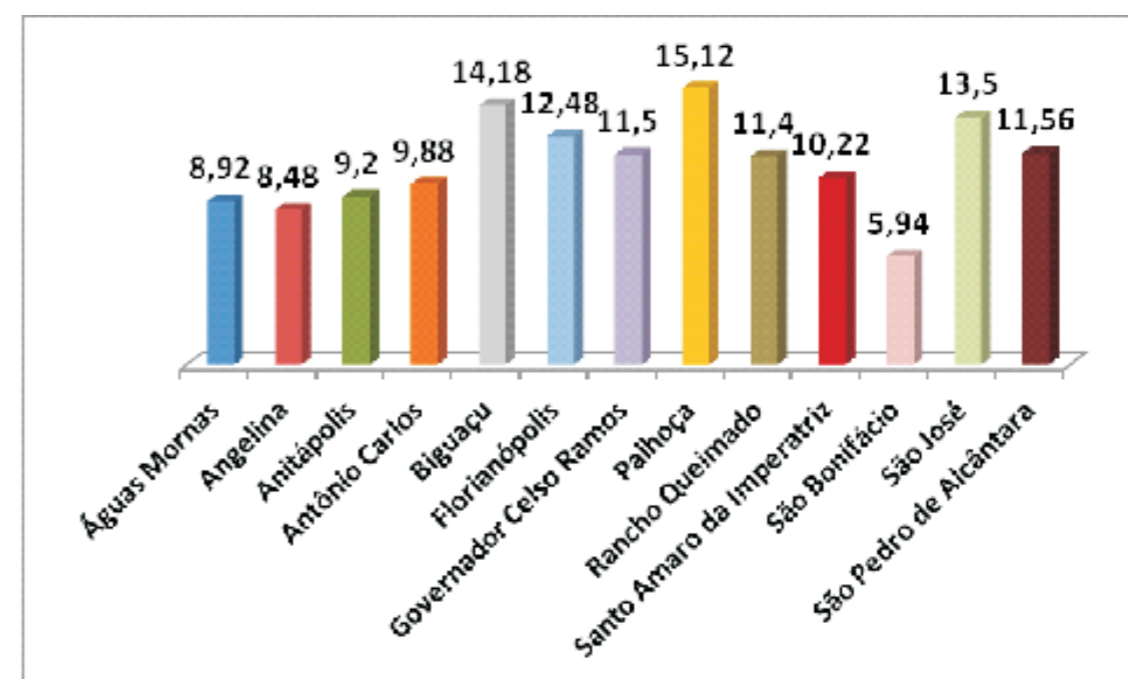
A Estratégia da Saúde da Família na Região da Grande Florianópolis é de grande importância para a melhoria da qualidade de vida da população. A cobertura deste serviço, segundo os dados preliminares do Plano Catarinense de Saúde, deve ser ampliada gradativamente e o objetivo é alcançar, em 2018, uma cobertura acima de 90% das famílias atendidas.

5.2.1.3 Anos Potenciais de Vida Perdidos (APVP)

O índice de Anos Potenciais de Vida Perdidos por Óbito Registrado (APVP) é utilizado para avaliar o número de anos perdidos quando a morte ocorre em idade inferior em relação à expectativa de vida da região, ou seja, 70 anos. O gráfico 11 apresenta a média quinquenal do índice de anos potenciais de vidas perdidos, dividido pelo número de óbitos entre os anos de 2007 até 2011, nos municípios da região.

A região da Grande Florianópolis apresenta uma média quinquenal de 12,9, ou seja, acima da média de Santa Catarina (12,2, média 2007-2011). Dos municípios da região, quatro estão acima da média do estado de Santa Catarina, são eles: Biguaçu, Florianópolis, Palhoça e São José. É possível observar que o município de São Bonifácio obteve menor número de anos de vida perdidos neste período, já o município de Palhoça foi o que obteve maior número.

Gráfico 11: Anos Potenciais de Vida Perdidos por óbitos – 2007 - 2011



FONTE: DATASUS, (2012) adaptada pelo autor.

A região deve buscar índice igual ou inferior ao do estado de Santa Catarina. Assim, é necessário que todos os municípios busquem ações para reduzir os seus índices. Os municípios com maiores índices necessitam de atenção especial para esta redução, com discussões multidisciplinares para resolução, envolvendo Segurança Pública, Educação, Assistência Social, entre outras áreas.

5.2.2 Assistência Social, Trabalho e Habitação

Os índices de assistência social, trabalho e habitação têm profunda influência na qualidade de vida da população da região da Grande Florianópolis. A preocupação social vem se traduzindo em ações do governo federal, que se tornam importante linha condutora das ações do estado, com o intuito de proporcionar não apenas condições de vida para a população, mas dignidade.

5.2.2.1 Assistência Social

Dos treze municípios da Regional da Grande Florianópolis, sete estão com alto desenvolvimento no IDH, ou seja, superior ou igual a 0,800, conforme a tabela 5, e os demais municípios estão com desenvolvimento moderado. A região tem em média um índice de 0,81, permitindo afirmar que a Regional da Grande Florianópolis tem um alto desenvolvimento humano.

Apesar de o resultado do IDH ser positivo, existem casos isolados de pobreza, má distribuição de renda e problemas em saúde e educação mesmo nos municípios com os mais elevados índices de IDH. Esses casos merecem a especial atenção do governo.

Tabela 16: Percentual de Domicílios em Situação de Pobreza

Municípios	(%)	IDMS ⁴
Águas Mornas	4,50	0,771
Angelina	12,30	0,295
Anitápolis	10,23	0,421
Antônio Carlos	2,90	0,868
Biguaçu	4,14	0,793

Florianópolis	3,63	0,824
Governador Celso Ramos	4,54	0,768
Palhoça	3,47	0,834
Rancho Queimado	3,97	0,803
Santo Amaro da Imperatriz	2,37	0,901
São Bonifácio	7,39	0,595
São José	2,48	0,894
São Pedro de Alcântara	3,40	0,838
Grande Florianópolis (média)	5,02	0,739

Fonte: FECAM, 2012.

No indicador do percentual de domicílios em situação de pobreza, considera-se o percentual de domicílios particulares permanentes, em que a renda média mensal *per capita* é igual ou inferior a R\$ 140,00. A média na Grande Florianópolis é 5% de domicílios em situação de pobreza, tendo um IDMS de 0,739, considerado médio-alto. Destaque para os municípios de Santo Amaro da Imperatriz, São José e Antônio Carlos com apenas 2,37%, 2,48% e 2,90% de famílias em situação de pobreza, respectivamente, enquanto os municípios de Angelina e Antônio Carlos estão com um percentual elevado de famílias em situação de pobreza, acima dos 10%. Importante oferecer especial atenção para esses municípios e identificar os motivos desse percentual elevado.

5.2.2.2 Trabalho

A empregabilidade é um dos indicadores do desenvolvimento econômico de uma região. Com relação à situação de empregabilidade na região da Grande Florianópolis, optou-se por analisar a taxa de criação de empregos na região no período de 2004 e 2008 e o número de empregos formais por setor da economia. Com relação à taxa de criação de empregos, os municípios que tiveram aumento da criação de empregos foram Palhoça (61,3%), Antônio Carlos (55,8%) e Santo Amaro da Imperatriz (55%). O município com declínio na taxa de criação de empregos foi Águas Mornas (-2,4%).

Tabela 17: Taxa da criação de empregos 2004-2008 (%)

Município	Taxa de criação de empregos
Águas Mornas	-2,4
Angelina	20,0
Anitápolis	2,4
Antônio Carlos	55,8
Biguaçu	29,7
Florianópolis	24,2
Governador Celso Ramos	26,9
Palhoça	61,3
Rancho Queimado	47,9
Santo Amaro da Imperatriz	55,0
São Bonifácio	32,1
São José	43,7
São Pedro de Alcântara	10,2
Grande Florianópolis	31,3

Fonte: Adaptado a partir de SEBRAE, 2010.

⁴ IDMS – índice máximo: 1,000, sendo que: de 0,000 até 0,500 – índice muito baixo; de 0,500 até 0,625 – índice baixo; de 0,625 até 0,750 – índice médio; de 0,750 até 0,875 – índice bom; de 0,875 até 1,000 – índice muito bom.

Tabela 18: Empregos formais por setor da economia – 2008

Município	Primário	Secundário	Terciário - Comércio	Terciário - Serviços
Águas Mornas	6	219	117	314
Angelina	2	117	117	274
Anitápolis	12	44	72	207
Antônio Carlos	60	648	658	410
Biguaçu	208	3.928	2.232	2.050
Florianópolis	273	14.709	33.900	195.371
Governador Celso Ramos	63	105	375	904
Palhoça	214	7.363	6.169	8.528
Rancho Queimado	26	104	67	192
Santo Amaro da Imperatriz	30	1.259	1.068	1.740
São Bonifácio	16	139	53	187
São José	1.204	17.319	19.545	35.093
São Pedro de Alcântara	3	38	57	421
Grande Florianópolis	2.117	45.992	64.430	245.691

Fonte: Adaptado a partir de SEBRAE, 2010.

Com relação ao número de empregos formais por setor da economia, percebe-se uma grande disparidade entre o setor primário e o terciário, acompanhando o número de empresas por setor da economia (tabela 12 e gráfico 8). A maior diferença entre o número de empregos nesses setores concentra-se nos municípios predominantemente urbanos, com prevalência do setor de serviços – Florianópolis, São José e Palhoça. A menor disparidade foi encontrada em Governador Celso Ramos e em São Bonifácio. O setor secundário também é um setor de importante representação na região em termos de empregabilidade, considerando a necessidade do setor industrial por mão de obra. Há que se considerar que os dados não apresentam os empregos informais, muito comuns no setor primário.

5.2.2.3 Habitação

A região da Grande Florianópolis apresentou um aumento de 18% no déficit habitacional, entre os anos de 2000 e 2006. No ano de 2006, o déficit habitacional representou 2,47% da população da região. Assim, a região ficou com taxa inferior à do estado de Santa Catarina, que, nesse mesmo ano, apresentou uma taxa de 3,04% da população do estado.

O déficit habitacional é um índice que mede o total de famílias em condições de moradia inadequadas. Consideram-se inadequadas as seguintes situações (IBGE):

- Domicílios improvisados: são locais utilizados como moradia, tendo sido construídos com outra finalidade.
- Coabitação familiar: convivência de mais de uma família no mesmo domicílio ou o aluguel de quartos ou cômodos para moradia de outras famílias.
- Cômodo cedido ou alugado: famílias que moram em quartos ou cômodos alugados ou cedidos, usando de forma comum áreas de acesso e equipamentos sanitários, com ausência de privacidade.

Tabela 19: Déficit Habitacional – 2000 – 2006

Municípios	População 2000	Déficit 2000	População 2006	Deficit 2006
Águas Mornas	5.390	136	5.140	130
Angelina	5.776	239	5.412	224
Anitápolis	3.234	146	2.990	135
Antônio Carlos	6.434	118	7.041	129
Biguaçu	48.077	1.067	58.435	1.297
Florianópolis	342.315	9.012	406.564	10.703
Governador Celso Ramos	11.598	283	13.053	318
Palhoça	102.742	1.950	128.102	2.431
Rancho Queimado	2.637	174	2.842	188
Santo Amaro da Imperatriz	15.708	371	18.246	431
São Bonifácio	3.218	127	3.103	123
São Pedro de Alcântara	3.584	142	3.868	153
São José	173.559	4.205	201.103	4.872

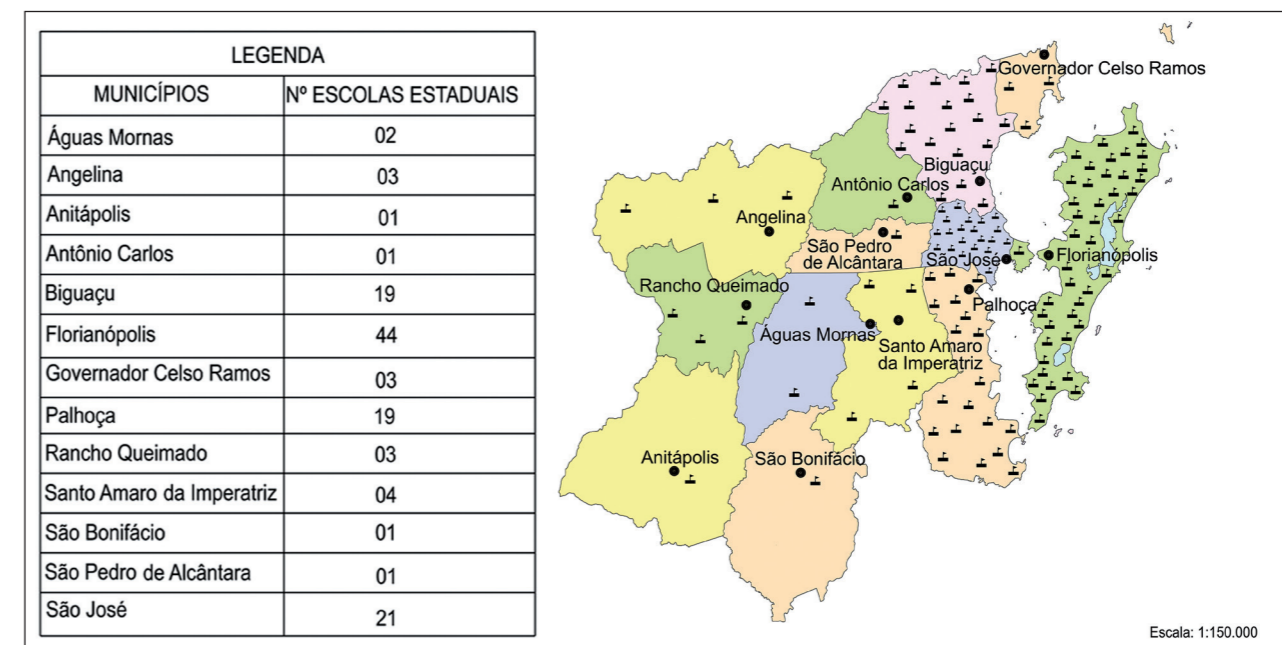
Fonte: COHAB, 2012.

Na tabela 19, analisando a coluna Déficit 2000 e Déficit 2006, pode-se observar uma variação nos municípios da região. É importante destacar que apenas quatro municípios conseguiram uma redução: Águas Mornas (-4%), Angelina (-6%), Anitápolis (-8%) e São Bonifácio (-3%). Já os municípios que obtiveram um aumento mais significativo foram Biguaçu, Florianópolis, Palhoça, São José e Santo Amaro da Imperatriz, respectivamente, 22%, 19%, 25%, 16% e 16%.

5.2.3 Educação

Assim como a saúde, a educação é um direito fundamental do cidadão e dever do Estado. A Gerência Regional de Educação da Grande Florianópolis faz gestão de 118 unidades estaduais de ensino, com 75.799 alunos matriculados. O quadro de funcionários da educação estadual da Grande Florianópolis conta com 4.555 profissionais, entre professores, diretores, secretárias, consultores, integradores, auxiliares e merendeiras. É de fundamental importância considerar a extensão da rede de ensino estadual da Grande Florianópolis na distribuição dos recursos para que haja uma gestão justa para com o cidadão. No mapa 6 demonstra-se a distribuição de escolas na região da Grande Florianópolis.

Mapa 6: Distribuição das escolas na região da Grande Florianópolis



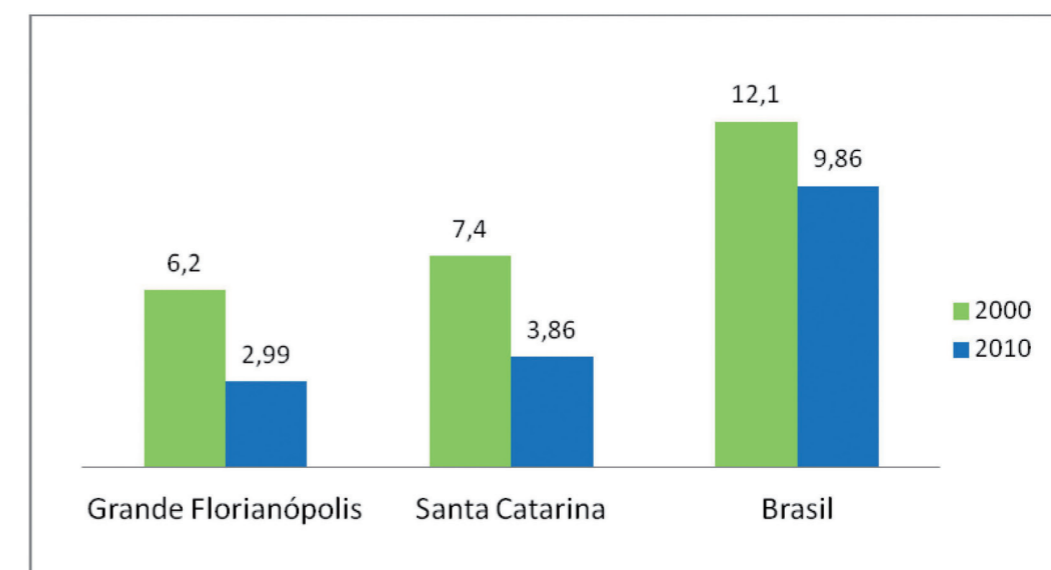
Fonte: SPG, 2011.

5.2.3.1 Analfabetismo

A taxa de analfabetismo é um indicativo da quantidade de pessoas que não aprenderam a ler e escrever em relação à população total de um determinado local. Essa medida é um dos indicadores de desenvolvimento de uma região, que compõem o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

O Ministério de Educação (MEC) criou o Selo de Município Livre do Analfabetismo, que concede tal certificado aos municípios com taxa de alfabetização igual ou inferior a 4%. No gráfico 11, é possível verificar que em 10 anos o índice de analfabetismo foi reduzido pela metade na região da Grande Florianópolis.

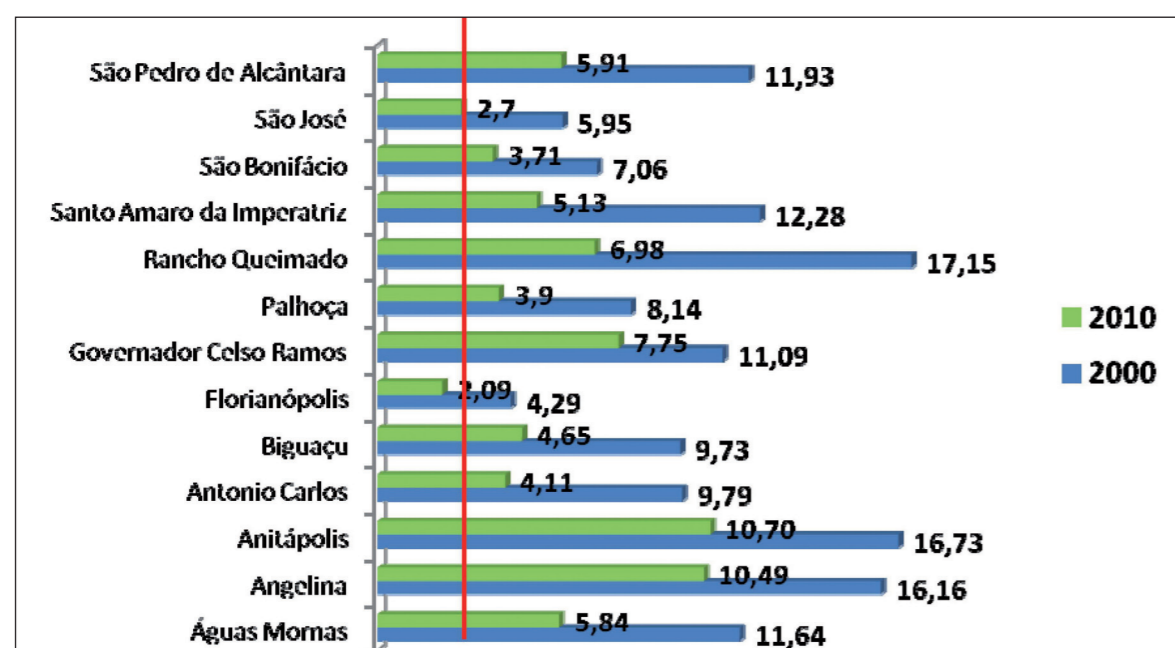
Gráfico 12: Taxa de Analfabetismo na Grande Florianópolis – 2000 e 2010 (%)



Fonte: IBGE, 2010

Observa-se que o índice de analfabetismo na região da Grande Florianópolis está abaixo de 4%, ou seja, considerado pelo MEC um ótimo índice. Comparando com o estado de Santa Catarina e Brasil, a região apresenta o menor índice. No entanto, no Gráfico 12, pode-se observar que, mesmo a região tendo um índice ótimo, apenas quatro municípios que o compõem estão abaixo do esperado pelo MEC – Florianópolis, São José, São Bonifácio e Palhoça.

Gráfico 13: Taxa de Analfabetismo por Município – 2000 e 2010



Fonte: IBGE, 2010.

Observa-se também que os municípios de Anitápolis e Angelina, apresentando uma redução de mais de 35% na taxa de analfabetismo entre os anos de 2000 e 2010, são os que possuem as maiores taxas da região.

As metas para erradicar o analfabetismo na região foram elaboradas a partir da projeção da população para 2018. As ações do governo deverão estar voltadas para uma redução do analfabetismo em, no mínimo, 30% na Região da Grande Florianópolis, até 2018. Assim, de um total de quatro municípios que hoje estão abaixo do índice de 4% da população composta por analfabetos, em 2018 este número deveria saltar para sete municípios.

No entanto, como demonstrado na tabela 20, alguns municípios estarão distantes desse percentual. Recomenda-se, assim, uma ação mais efetiva nestes municípios, com vistas à redução significativa da taxa. Caso a projeção se cumpra, os municípios de Angelina, Anitápolis e Governador Celso Ramos apresentarão um índice de 7,34%, 7,49% e 5,43%, respectivamente, ou seja, índices ainda elevados para a região. Aconselham-se esforços para a redução em 40% nestes municípios, sendo que o percentual ficaria em 6,29%, 6,42% e 4,65%, respectivamente. Seguindo essa projeção, o ideal seria buscar a alfabetização de cerca de 40 pessoas em Angelina, 20 pessoas em Anitápolis e de 50 pessoas em Governador Celso Ramos para que a meta seja alcançada.

Tabela 20: Projeção Populacional e de Analfabetismo

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO (2010)	ANALFABETOS (2010)	POPULAÇÃO (2018)	ANALFABETOS (2018)
Águas Mornas	5.548	324	5.678	232
Angelina	5.250	550	4.868	358
Anitápolis	3.214	343	3.198	240
Antônio Carlos	7.458	306	8.408	242

Biguaçu	58.206	2.705	68.016	2.213
Florianópolis	421.240	8.816	498.938	7.310
Governador Celso Ramos	12.999	1.007	14.255	774
Palhoça	137.334	5.355	174.325	4.759
Rancho Queimado	2.748	191	2.841	139
Santo Amaro da Imperatriz	19.823	1.017	23.977	862
São Bonifácio	3.008	111	2.851	74
São José	209.804	5.659	244.855	4.623
São Pedro de Alcântara	4.704,00	278	5.880	243
Grande Florianópolis	891.336,00	26.669	1.055.816	22.098
Santa Catarina	6.248.436	241.189	7.080.954	191.327

Fonte: Adaptado a partir de IBGE (2012).

Baseado nos planejamentos Catarinenses de Educação e na projeção realizada, na tabela 21 encontra-se descrita a meta de alfabetização da Região da Grande Florianópolis.

Tabela 21: Meta de Alfabetização

MUNICÍPIO	META ALFABETIZAÇÃO (2018)	META POR ANO ALFABETIZAÇÃO
Águas Mornas	92	15
Angelina	193	32
Anitápolis	104	17
Antônio Carlos	65	11
Biguaçu	492	82
Florianópolis	1.507	251
Governador Celso Ramos	234	39
Palhoça	597	99
Rancho Queimado	53	9
Santo Amaro da Imperatriz	156	26
São Bonifácio	38	6
São José	1.036	173
São Pedro de Alcântara	35	6
Grande Florianópolis	4.571	762

Fonte: 18ª GERED, (2012).

5.2.3.2 IDEB

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um indicador calculado com base no desempenho do estudante em avaliações do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) e em taxas de aprovação. O índice, medido a cada dois anos, tem por objetivo atingir o valor 6,0 até o ano de 2022, o qual é correspondente à qualidade do ensino em países desenvolvidos.

O IDEB do estado de Santa Catarina, de acordo com o INEP, atingiu o valor de 5,2 no ano de 2009 para as séries iniciais. Já para as séries finais, o valor foi de 4,5 no mesmo período. Em ambos os casos, os índices superaram a média nacional - 4,6 e 4,0 nas séries iniciais e finais, respectivamente. No geral, as médias municipais foram elevadas; porém, analisando isoladamente cada escola, percebem-se casos ainda críticos. Apesar da necessidade de ações em todas as escolas, os casos críticos devem receber ações localizadas. Nas tabelas 22 e 23, encontram-se as metas projetadas para as séries iniciais e finais nos municípios.

Tabela 22: Metas projetadas IDEB séries iniciais

IDEB - Resultados e Metas – Séries Iniciais								
Município	Atual	Metas Projetadas						
	2009	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Águas Mornas	5,4	5,9	6,2	6,4	6,7	6,9	7,1	7,3
Angelina	5,3	5,4	5,7	5,9	6,2	6,4	6,6	6,9
Anitápolis	4,3	4,4	4,8	5,1	5,4	5,7	5,9	6,2
Antônio Carlos	6,2	6	6,4	6,6	6,8	7	7,2	7,4
Biguaçu	4,7	4,5	5	5,2	5,5	5,8	6	6,3
Florianópolis	4,9	4,4	4,8	5,1	5,3	5,6	5,9	6,1
Governador Celso Ramos	4,6	4,6	5	5,3	5,6	5,8	6,1	6,3
Palhoça	4,7	4,5	4,9	5,2	5,4	5,7	6	6,2
Rancho Queimado	5	4,8	5,1	5,3	5,6	5,9	6,1	6,4
Santo Amaro da Imperatriz	5	5	5,4	5,7	5,9	6,2	6,4	6,7
São Bonifácio	5,7	4,8	5,1	5,4	5,6	5,9	6,1	6,4
São José	4,8	4,3	4,7	5	5,3	5,6	5,8	6,1
São Pedro de Alcântara	5,3	5,5	5,8	6	6,2	6,5	6,7	6,9
Grande Florianópolis	5,1	4,9	5,3	5,6	5,8	6,1	6,3	6,6

Fonte: INEP, 2012.

Tabela 23: Metas projetadas IDEB séries finais

IDEB - Resultados e Metas – Séries Finais								
Município	Atual	Metas Projetadas						
	2009	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Águas Mornas	4,7	5	5,2	5,6	5,9	6,1	6,4	6,6
Angelina	4,1	4,1	4,4	4,8	5,2	5,4	5,7	5,9
Anitápolis	4,7	3	3,4	3,9	4,3	4,6	4,9	5,1
Antônio Carlos	5,1	4,9	5,1	5,5	5,8	6,1	6,3	6,5
Biguaçu	3,9	4	4,2	4,6	5	5,3	5,5	5,8
Florianópolis	4,2	3,9	4,1	4,5	4,9	5,2	5,4	5,7
Governador Celso Ramos	3,9	3,8	4,1	4,5	4,9	5,1	5,4	5,6
Palhoça	3,9	3,7	3,9	4,3	4,7	5	5,2	5,5
Rancho Queimado	3,7	4,1	4,3	4,6	5	5,2	5,5	5,7
Santo Amaro da Imperatriz	4,6	4,5	4,8	5,2	5,5	5,7	6	6,2
São Bonifácio	5,8	4,9	5,1	5,5	5,8	6,1	6,3	6,5
São José	4,2	4,1	4,4	4,8	5,1	5,4	5,6	5,9
São Pedro de Alcântara	4,5	4,5	4,7	5,1	5,5	5,7	6	6,2
Grande Florianópolis	4,4	4,2	4,4	4,8	5,2	5,5	5,7	5,9

Fonte: INEP, 2012.

Conforme tabela 24, constatou-se que 12 escolas estaduais não alcançaram a meta projetada pelo INEP para o ano de 2009. Se observadas por município, ficam assim apresentadas: Águas Mornas – 01 escola; Angelina – 01 escola; Biguaçu – 05 escolas; Palhoça – 02 escolas; Santo Amaro da Imperatriz – 01 escola; São José – 01 escola; e São Pedro de Alcântara – 01 escola.

Tabela 24: Escolas Estaduais Abaixo da Meta do IDEB em 2009

NOME DO MUNICÍPIO	NOME DA ESCOLA	META 2009	IDEB 2009
Santo Amaro Da Imperatriz	EEB Anísio V de Freitas	5,3	4,8
Biguaçu	EEB Profª Maria de Lourdes Scherer	4,2	3,8
Biguaçu	EEF Santo Antonio	4,9	4,5
Angelina	EEB Nossa Senhora	5,6	5,2
Biguaçu	EEB Profª Eloisa Mª Prazeres de Faria	5,3	4,9
Águas Mornas	EEB Cel. Antonio Lehmkuhl	5,9	5,6
Palhoça	EEB Sen. Renato Ramos Da Silva	4,7	4,4
São José	EEB Jose Matias Zimmermann	4,8	4,5
São Pedro de Alcântara	EEB Gama Rosa	5,6	5,3
Biguaçu	EEB Profª Tania Mara F E Silva Locks	4,4	4,2
Biguaçu	EEB Prof. Avelino Muller	5,0	4,9
Palhoça	EEF Venceslau Bueno	5,6	5,5

Fonte: INEP, 2012.

As escolas que apresentam um índice inferior a 3,0 devem ter uma atenção especial para analisarem as causas desse baixo desempenho, e assim proporem ações específicas para resolução. Conforme apresentado na tabela 25, nas séries iniciais, a região apresenta uma escola com índice abaixo de 3,0, já nas séries finais são seis escolas abaixo desse índice.

Tabela 25: Escolas Estaduais com IDEB classificado como baixo

MUNICÍPIO	SERIES	ESCOLAS	IDEB 2005	IDEB 2007	IDEB 2009
Florianópolis	Iniciais	EEB Celso Ramos	2,4	3,3	2,9
Florianópolis	Finais	EEB Prof. Anibal Nunes Pires	2	2,4	2,6
Florianópolis	Finais	EEB Presidente Roosevelt	-	3,1	2,6
Florianópolis	Finais	EEB Celso Ramos	-	2,7	-
Florianópolis	Finais	EEB Lúcia Do Livramento Mayvorne	-	2,6	-
Florianópolis	Finais	EEB Intendente José Fernandes	3,2	3,5	2,9
Palhoça	Finais	EEB Prof. Benonívio João Martins	2,8	2,7	2,7

Fonte: INEP, 2012.

Analisando a média do IDEB séries iniciais (tabela 26), entre os municípios da região, observam-se quatro municípios que não atingiram a meta projetada para o ano de 2009. São eles: Águas Mornas, Angelina, Anitápolis e São Pedro de Alcântara. Mesmo não atingindo a meta, estes municípios apresentam índice elevado, se comparado aos demais municípios brasileiros.

Tabela 26: IDEB e Metas por Município (Séries Iniciais)

Município	IDEB 2009	META 2009	Variação
Águas Mornas	5,4	5,9	0,5
Angelina	5,3	5,4	0,1
Anitápolis	4,3	4,4	0,1
Antônio Carlos	6,2	6,0	-0,2
Biguaçu	4,7	4,5	-0,2
Florianópolis	4,9	4,4	-0,5

Gov. Celso Ramos	4,6	4,6	0
Palhoça	4,7	4,5	-0,2
Rancho Queimado	5	4,8	-0,2
Santo Amaro da Imperatriz	5	5	0
São Bonifácio	5,7	4,8	-0,9
São José	4,8	4,3	-0,5
São Pedro de Alcântara	5,3	5,5	0,2

Fonte: INEP, 2012.

Já nas séries finais, conforme tabela 27, podem-se verificar três municípios da região que não atingiram a meta do IDEB no ano de 2009: Águas Mornas, Biguaçu e Rancho Queimado.

Tabela 27: IDEB e Metas por Município (Séries Finais)

Município	IDEB 2009	Meta 2009	Varição
Águas Mornas	4,7	5	0,3
Angelina	4,1	4,1	0
Anitápolis	4,7	3	-1,7
Antônio Carlos	5,1	4,9	-0,2
Biguaçu	3,9	4	0,1
Florianópolis	4,2	3,9	-0,3
Gov. Celso Ramos	3,9	3,8	-0,1
Palhoça	3,9	3,7	-0,2
Rancho Queimado	3,7	4,1	0,4
Santo Amaro da Imperatriz	4,6	4,5	-0,1
São Bonifácio	5,8	4,9	-0,9
São José	4,2	4,1	-0,1
São Pedro de Alcântara	4,5	4,5	0

Fonte: INEP, 2012.

5.2.3.3 Taxa de Abandono

O abandono escolar traz consequências não só sociais e educacionais, mas também econômicas. Reconhecer as causas do abandono é fundamental para saber quais ações devem ser tomadas. O papel do gestor é essencial no acompanhamento da vida escolar do aluno.

A região da Grande Florianópolis acompanha o panorama nacional, ou seja, os maiores índices de abandono escolar ocorrem no Ensino Médio (tabela 28). O município de Anitápolis apresenta as maiores taxas de abandono, tanto no Ensino Fundamental (4,9) quanto no Ensino Médio (9,1). Destaque também para as altas taxas de abandono no Ensino Médio dos municípios de Florianópolis (8,9), Palhoça (6,4) e Santo Amaro da Imperatriz (6,1).

Tabela 28: Taxa de abandono por nível de ensino e por município

Município	2010	
	Ensino Fundamental Total	Ensino Médio Total
Águas Mornas	2,8	2,7
Angelina	0,5	4,3
Anitápolis	4,9	9,1
Antônio Carlos	0	0
Biguaçu	2,4	4,7
Florianópolis	1,9	8,9
Governador Celso Ramos	1,4	4,9
Palhoça	2	6,4
Rancho Queimado	1,2	2,8
Santo Amaro da Imperatriz	1,7	6,1
São Bonifácio	0,8	0
São José	2	4,4
São Pedro de Alcântara	0	2,8

Fonte: INEP, 2012.

5.2.4 Cultura, Turismo e Esporte

Santa Catarina é um estado privilegiado em termos de diversidade cultural e oportunidades para o lazer e o turismo de negócios, rural e ferroviário. Florianópolis, por sua vez, é cidade considerada como um dos melhores destinos turísticos do Brasil, que atrai visitantes nacionais e internacionais, gerando, também, fluxos turísticos para outros municípios da Grande Florianópolis. No entanto, há um enorme potencial a ser desenvolvido, cabendo ao poder público atuar para acelerar o desenvolvimento do setor, inclusive aproveitando o crescimento da classe C, a maior acessibilidade ao transporte aéreo, e da crescente visibilidade do Brasil no cenário internacional.

Visando aproveitar melhor este potencial, foi elaborado e atualizado o Plano Estadual da Cultura, do Turismo e do Desporto do Estado de Santa Catarina – PDIL, que incluiu o levantamento das necessidades e potencialidades do estado. Cabe à SDR a manutenção do patrimônio histórico e cultural sob sua responsabilidade e atuar para a ampliação da infraestrutura física para a prática do lazer, como a construção e fornecimento de equipamentos para centros de eventos, arenas multiuso, teatros, etc.

Cabe, também, participar do processo de cadastramento e análise dos projetos de captação de recursos através do Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte – SEITEC, articular-se com outros órgãos do governo, incluindo a SSP, na área de segurança, o BADESC, na promoção e financiamento de eventos, e o CIASC, nas ações envolvendo o Sistema Estadual de Informações e Indicadores Culturais – SEIIC, como os estudos e pesquisas objeto do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC do Ministério de Cultura. Outra importante participação é no apoio e divulgação dos projetos e eventos de lazer.

As informações sobre os fluxos turísticos indicam que há um crescimento constante, tanto nos fluxos domésticos quanto nos internacionais. Este crescimento poderia ser mais explorado, especialmente com ações visando ao aumento do turismo de negócios, para reduzir a sazonalidade que causa grande ociosidade da infraestrutura turística na baixa temporada. Para isso é necessário que a SDR atue, principalmente, na melhoria da infraestrutura em geral, na criação de novos centros de eventos, na capacitação do pessoal envolvido com as atividades de lazer, e no aprimoramento da sua capacidade em atuar em articulação com a SOL, órgãos do Governo, iniciativa privada, universidades, agências de intercâmbio, e outras organizações da sociedade civil.

5.2.5 Segurança

A área de Segurança Pública é alvo de atenção e investimentos na região da Grande Florianópolis. As cidades populosas, a presença da capital do estado e a forte presença de turistas fazem com que a preocupação com a segurança da população gere alternativas de solução efetivas para um problema generalizado na sociedade catarinense e brasileira: a violência. A Segurança Pública é influenciada por fatores de Saúde, Educação, Economia, Legislação e Infraestrutura, e quanto maiores os problemas nestas áreas, maior a repercussão na segurança da população. Além da violência, a Segurança Pública de Santa Catarina também busca abranger a defesa do direito dos cidadãos, por meio da municipalização dos PROCON.

5.2.5.1 Taxa de Homicídios

A Taxa de Homicídios é o indicador que mede o número de homicídios ocorridos em relação ao número de habitantes em um determinado período de tempo. O indicador obtido é a taxa de homicídios para cada 100.000 habitantes e está intrinsecamente relacionado com outros indicadores, como o IDH. A tabela 29 apresenta o número e a taxa de homicídios entre os anos de 2000 e 2010 na região da Grande Florianópolis.

Tabela 29: Número de Homicídios na Grande Florianópolis – 2000 e 2010

Nome	População		Homicídios		Taxas (por cem mil hab.)	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Águas Mornas	5.390	5.548	0	0	0,0	0,0
Angelina	5.776	5.250	0	0	0,0	0,0
Antônio Carlos	6.434	7.458	0	0	0,0	0,0
Anitápolis	3.234	3.214	0	0	0,0	0,0
Biguaçu	48.077	58.206	1	16	2,1	27,5
Florianópolis	342.315	421.240	35	84	10,2	19,9
Governador Celso Ramos	11.598	12.999	0	0	0,0	0,0
Rancho Queimado	2.637	2.748	0	12	0,0	8,7
Palhoça	102.742	137.334	7	1	6,8	36,4
São Bonifácio	3.218	3.008	0	0	0,0	0,0
São José	173.559	209.804	20	1	11,5	33,2
Santo Amaro da Imperatriz	15.708	19.823	0	51	0,0	24,3
São Pedro de Alcântara	3.584	4.704	0	0	0,0	0,0
Grande Florianópolis	724.272	891.336	63	165	8,7	18,5
Santa Catarina	5.356.360	6.248.436	423	767	8,1	12,3
Brasil	169.799.170	190.755.799	45.357	49.929	26,7	26,2

Fonte: Adaptado a partir de SSP SC, 2012.

A taxa de homicídios na região da Grande Florianópolis no ano 2000 foi de 8,7, maior que a taxa de Santa Catarina – 8,1. Nesse mesmo ano, Santa Catarina foi o terceiro estado com a menor taxa de homicídios, ficando atrás apenas dos estados de Maranhão (6,2) e Piauí (8,1). No ano de 2009, a região da Grande Florianópolis teve um aumento de 53% da taxa de homicídios: de 8,7 foi para 18,5. Em Santa Catarina, o aumento foi de 34% e obteve uma taxa de 12,3. Mesmo com esse aumento, o estado de Santa Catarina ficou com o segundo lugar no ranking dos estados, perdendo apenas para o estado do Piauí (12,2).

A região da Grande Florianópolis apresenta uma taxa elevada, comparada à de Santa Catarina, demandando políticas proativas e preventivas voltadas para a redução da taxa de homicídios.

5.2.5.2 Ocorrências de furto e roubo

No sistema penal brasileiro, considera-se furto a subtração do patrimônio alheio para si ou para outrem e se difere do roubo por ser praticado sem a utilização de violência ou grave ameaça. Latrocínio é uma forma de roubo em que a violência praticada contra a vítima causa sua morte. No ano de 2011, foram registrados no Sistema Integrado de Segurança Pública do estado de Santa Catarina 25.684 ocorrências por furto nos municípios da região da Grande Florianópolis, 3.122 ocorrências por roubo e 10 ocorrências de latrocínio – tabela 30.

Tabela 30: Registro de ocorrências por furto e roubo – 2011

Município	Furto	Roubo	Latrocínio
Águas Mornas	47	3	-
Angelina	16	-	-
Anitápolis	24	-	-
Antônio Carlos	105	8	-
Biguaçu	1.166	191	1
Florianópolis	15.129	1.555	4
Governador Celso Ramos	320	13	-
Palhoça	2.712	334	5
Rancho Queimado	36	3	-
Santo Amaro da Imperatriz	299	24	-
São Bonifácio	11	3	-
São José	5.770	984	1
São Pedro de Alcântara	49	4	-
Grande Florianópolis	25.684	3.122	10

Fonte: Adaptado de SSP SC, 2012.

Os municípios com menor ocorrência de furto foram São Bonifácio (11 ocorrências), Angelina (16 ocorrências) e Anitápolis (24 ocorrências). Os municípios com maior ocorrência de furtos foram Florianópolis (15.129 ocorrências), São José (5.770 ocorrências) e Palhoça (2.712 ocorrências). O número de ocorrências justifica-se pela população dos municípios. As ocorrências de roubo foram menores, sendo que, em 2011, não foram registradas ocorrências de roubo nos municípios de Angelina e Anitápolis. As ocorrências de latrocínio foram registradas nos municípios de Biguaçu, Florianópolis, Palhoça e São José.

5.2.5.3 Ocorrências relacionadas a tóxicos

As proporções que a dependência química tem tomado na sociedade brasileira a transformaram em um problema de saúde pública, pois os usuários de drogas têm, por direito, acesso a tratamentos especializados pagos pela saúde pública. É um problema de segurança pública, pois o transporte, venda e porte de drogas para consumo ou venda são considerados crime, e sua comercialização generalizada e ilegal é fator gerador de violência. A legislação brasileira confunde o conceito de tráfico e de porte de drogas, já que o armazenamento de drogas pode ter fins de consumo ou de comercialização e seus registros dependem do intérprete.

Tabela 31: Ocorrências por tráfico e porte de drogas

Município	Tráfico de drogas	Posse de drogas
Águas Mornas	-	-
Angelina	-	-
Anitápolis	1	1

Antônio Carlos	-	4
Biguaçu	49	76
Florianópolis	618	735
Governador Celso Ramos	6	3
Palhoça	172	136
Rancho Queimado	-	-
Santo Amaro da Imperatriz	6	15
São Bonifácio	-	-
São José	195	201
São Pedro de Alcântara	-	7
Grande Florianópolis	1.047	1.178

Fonte: Adaptado de SSP SC, 2012.

Na região da Grande Florianópolis, percebe-se pouca disparidade entre ocorrências de tráfico de drogas e de posse de drogas, sendo que os maiores registros de ocorrências foram nos municípios de Florianópolis (618 ocorrências de tráfico e 735 ocorrências de posse de drogas), São José (195 ocorrências de tráfico e 201 ocorrências de posse de drogas) e Palhoça (172 ocorrências de tráfico e 136 ocorrências de posse de drogas), que estão entre os municípios mais populosos da região. Chama a atenção o número de ocorrências em São Pedro de Alcântara (7 ocorrências), levando em consideração o número de habitantes do município (tabela 31).

Com relação a esta problemática, é necessária uma atenção especial à prevenção ao uso de drogas e à disponibilização de tratamentos adequados para os dependentes químicos, assim como o desenvolvimento de estratégias para a diminuição do poder de destruição das drogas na sociedade brasileira. Alguns programas já vêm sendo desenvolvidos pela Secretaria de Segurança Pública do estado de Santa Catarina, sendo o PRO-ERD uma importante estratégia da prevenção ao uso de drogas na juventude e adolescência, com a participação da sociedade através de ações de organizações não governamentais e pela sociedade civil organizada.

5.3 TECNOLOGIA

5.3.1 Ciência, Tecnologia e Inovação

A região da Grande Florianópolis é considerada como um dos maiores polos de Ciência, Tecnologia e Inovação do país. O grande número de empresas de tecnologia e incubadoras, principalmente em Florianópolis, e a presença de diversas universidades, fazem com que o desenvolvimento tecnológico seja característica marcante da região.

Santa Catarina, no entanto, ainda necessita de um melhor sistema de informações e de integração entre as diversas instituições atuantes no setor em questão.

O Governo do Estado tem incentivado o setor com diversos programas como o Geração Tec, Inova SC e Sinapse da Inovação, num processo contínuo de aumento de atividades e apoio ao desenvolvimento de uma base de conhecimento e de inovação tecnológica, especialmente na área de Tecnologia da Informação.

5.4 POLÍTICA PÚBLICA

5.4.1 Gestão Pública

A SDR da Grande Florianópolis atua sobre a região em que se concentram a maior população e a maior economia do estado. Isso requer um apoio do governo do estado em termos proporcionais às necessidades, visando aproveitar melhor as potencialidades da região. Por outro lado, o êxodo da população do estado para a Grande Florianópolis gera uma demanda de estratégias para minimizá-lo. Como os recursos são escassos, cabe à SDR a iniciativa de buscar recursos de outras fontes (instituições do estado, governo federal, organismos financeiros nacionais e internacionais de desenvolvimento, e agências de cooperação), com o objetivo de disseminar a atratividade para outros municípios da região. Esse processo sobre-

carrega a infraestrutura local, especialmente na parte de mobilidade urbana e de preservação ambiental, deteriorando a qualidade de vida da população e comprometendo as belezas e recursos naturais.

Atualmente, com a maior consciência de responsabilidade social das pessoas, existe um potencial crescente de participação da iniciativa privada e de organizações que constituem o capital social da região, cabendo à SDR agir proativamente para aproveitar essas oportunidades.

A institucionalização de uma Região Metropolitana, cujo processo está em andamento, terá um grande impacto para a região, sendo imprescindível para melhoria da mobilidade urbana. Caberá à SDR participar do processo político de formalização dessa figura jurídica, e de articulação com as organizações que serão responsáveis pelo planejamento, deliberação e execução dos projetos e ações metropolitanas.

Neste contexto, o principal desafio da SDR é melhorar seu desempenho como agência de desenvolvimento regional, cumprindo a sua atribuição de motivar a participação da sociedade organizada, visando elevar os padrões de vida da população da região. Para isso, necessita desenvolver a sua infraestrutura, capacitar continuamente seus servidores e ter uma maior participação na elaboração de projetos e ações. Em termos de infraestrutura é imprescindível a mudança da SDR para uma nova sede, onde possa concentrar todo o seu pessoal, acomodando-o em um ambiente mais adequado para exercer as suas atribuições.

A melhoria da infraestrutura de TI e a participação efetiva na implementação da solução SIGEOR do Sistema de Informação da Gestão Estratégica do Governo do Estado possibilitarão o monitoramento e avaliação dos projetos e ações prioritários. Aspecto importante é a ação fiscalizadora e motivadora do Secretário da SDR, realizando programas de visitas para uma aproximação com as comunidades, maior conhecimento das suas demandas e fiscalização dos serviços e obras.

A gestão de uma região de dimensão metropolitana é uma tarefa complexa e multidisciplinar, exigindo uma capacitação contínua dos servidores, prejudicada pela rotatividade significativa do pessoal comissionado, o que facilitará a melhoria contínua dos processos de trabalho, exigência de qualidade de qualquer organização que vise à excelência.

A descentralização do governo, que não é um produto acabado, mas em processo de aperfeiçoamento e de mudança cultural, ainda se limita à aprovação de projetos no CDR, em sua maioria pontuais, o que provoca uma dispersão de recursos e o desvio das prioridades definidas nos planejamentos estaduais (PCD, Plano Diretor, Masterplan, etc.) e programas de governo.

Sendo os gerentes da SDR os articuladores dos Comitês Temáticos, cabe à SDR não somente cumprir este papel, mas assumir uma participação maior na formação de um banco de projetos, para evitar o que vem ocorrendo com a apresentação de propostas às vésperas das reuniões do CDR, onde são aprovados todos os projetos apresentados pelos municípios. Isso seria um incentivo para obtenção de uma maior adesão de técnicos qualificados e representantes da sociedade civil nos Comitês Temáticos, o que contribuiria para uma melhor qualidade dos projetos e uma maior facilidade de obtenção de recursos.

5.4.1.1 Índices de Recursos Humanos

Com relação aos recursos humanos da administração pública da região da Grande Florianópolis e levando em consideração uma análise localizada municipal visando à diminuição de disparidades na regional, é necessário considerar as características dos servidores públicos municipais. O IDMS traz como medidas o percentual de servidores municipais com curso superior concluído, em que o percentual de servidores com curso superior depende da demanda de cada indivíduo, do cargo que ocupa e das exigências da instituição em que trabalha. Conforme tabela 32, percebe-se na região da Grande Florianópolis um percentual médio de 33,47% do total de servidores que possuem ensino superior completo, obtendo um índice médio de 0,600, considerado um índice baixo. Analisando o percentual dos municípios, o município com o percentual mais alto foi Biguaçu, com 55,65% dos servidores com ensino superior completo, atingindo índice máximo do IDMS. O município com menor percentual de servidores com ensino superior completo foi Governador Celso Ramos, com 13,70%, atingindo um índice de 0,274, considerado muito baixo. Os dados de Palhoça não estavam disponíveis para consulta.

O incentivo para capacitação do servidor público encontra entraves, já que os requisitos para funções

operacionais e administrativas independem de ensino superior. A incorporação de salário por ensino superior completo nem sempre é atrativa, diminuindo a atratividade quando se refere à pós-graduação. Logo, estratégias diferenciadas precisam ser pensadas, já que a melhoria do número de graduados é prioridade nos governos e no mercado de trabalho atual.

Tabela 32: Percentual de Servidores com Curso Superior Completo – 2010

Município	(%)	IDMS ⁵
Águas Mornas	27,12	0,542
Angelina	22,44	0,449
Anitápolis	36,81	0,736
Antônio Carlos	32,62	0,652
Biguaçu	55,65	1,000
Florianópolis	46,17	0,923
Governador Celso Ramos	13,70	0,274
Palhoça	-	-
Rancho Queimado	26,25	0,525
Santo Amaro da Imperatriz	34,86	0,697
São Bonifácio	26,19	0,524
São José	39,83	0,797
São Pedro de Alcântara	40,00	0,800
Grande Florianópolis	33,47	0,600

Fonte: Adaptado a partir de FECAM, 2012.

Todas as prefeituras, com exceção de Anitápolis e Biguaçu, indicaram a existência de um Plano de Cargos e Salários, e as únicas prefeituras que possuem um Plano de Capacitação de Funcionários são Anitápolis e Florianópolis.

5.4.1.2 Arrecadação e Investimento *per capita*

O diagnóstico da saúde financeira do município é determinado basicamente por uma arrecadação maior do que seus custos. O índice de receita corrente líquida *per capita* foi calculado considerando a receita orçamentária total do município em um ano (ano-base 2010), dividida pelo número de habitantes. Já o investimento público *per capita* foi calculado com base no total de despesas classificadas como "Investimento" dividido pela população do município no ano-base. Leia-se como investimento o tipo de despesa pública que produz um aumento patrimonial equivalente. São os recursos aplicados, por exemplo, no planejamento e execução de obras públicas, aquisições de imóveis, equipamentos, material permanente, além de ser aplicado na constituição ou aumento de capital de instituições que não sejam de caráter comercial ou financeiro (FECAM, 2010). As despesas que não são consideradas investimentos são consideradas despesas correntes. Na tabela 33, encontram-se a receita corrente líquida *per capita* e o investimento público *per capita* dos municípios da região.

Tabela 33: Receita corrente líquida *per capita* e investimento público *per capita* – 2010

Município	Receita líquida <i>per capita</i> (R\$)	Investimento público <i>per capita</i> (%)
Águas Mornas	2.149,62	25,68
Angelina	2.149,45	14,09
Anitápolis	3.035,85	20,26
Antônio Carlos	2.771,19	20,82

⁵ IDMS – índice máximo: 1,000, sendo que: de 0,000 até 0,500 – índice muito baixo; de 0,500 até 0,625 – índice baixo; de 0,625 até 0,750 – índice médio; de 0,750 até 0,875 – índice bom; de 0,875 até 1,000 – índice muito bom.

Biguaçu	1.638,28	17,21
Florianópolis	2.183,76	11,22
Governador Celso Ramos	1.670,76	5,14
Palhoça	1.230,85	9,59
Rancho Queimado	3.440,67	14,21
Santo Amaro da Imperatriz	1.412,18	11,26
São Bonifácio	2.402,18	19,73
São José	1.370,49	9,70
São Pedro de Alcântara	2.357,06	38,14

Fonte: Adaptado a partir de FECAM, 2012.

Os municípios com maior receita líquida *per capita* no ano de 2010 foram Rancho Queimado (R\$ 3.440,67), Anitápolis (R\$ 3.035,85), Antônio Carlos (R\$ 2.771,19) e São Bonifácio (R\$ 2.402,18). Os que tiveram menor receita líquida *per capita* foram Palhoça (R\$ 1.230,85), Santo Amaro da Imperatriz (R\$ 1.412,18) e São José (R\$ 1.370,49). Já com relação ao investimento público *per capita*, os municípios com menor investimento foram Governador Celso Ramos, Palhoça e São José, respectivamente com investimentos de 5,14%, 9,59% e 9,70% sobre a receita líquida *per capita*; os maiores investimentos públicos *per capita* foram realizados nos municípios de São Pedro de Alcântara, Águas Mornas, Antônio Carlos e Anitápolis, respectivamente com investimentos de 38,14%, 25,68%, 20,82% e 20,26%.

6 ANÁLISE DO CENÁRIO REGIONAL

6.1 EIXO: ECONOMIA E MEIO AMBIENTE

6.1.1 Infraestrutura

	Auxilia na conquista dos objetivos	Atrapalha na conquista dos objetivos
Fatores Internos (de organização)	FORÇAS (Strengths) - Apoio do Conselho de Desenvolvimento Regional na aprovação de projetos. - Proximidade com órgãos setoriais e entidades executoras. - Mão de obra qualificada.	FRAQUEZAS (Weakness) - Falta de planos diretores setoriais para adoção de soluções sistêmicas (não pontuais). - Falta de qualidade nos projetos socioambientais. - Pessoal técnico especializado insuficiente nos órgãos setoriais para análise de projetos e realização de licitações. - Pessoal técnico especializado insuficiente, e consequente lentidão na obtenção dos licenciamentos ambientais. - Insuficiência de recursos para investimentos. - Descontinuidade na liberação de recursos financeiros. - Transporte coletivo insuficiente, de baixa qualidade e não integrado.
Fatores externos (do ambiente)	OPORTUNIDADES (Opportunities) - Disponibilidade de recursos financeiros não orçamentários, para programas nacionais e de organismos financeiros internacionais de desenvolvimento (OFID). - Parcerias com a iniciativa privada (concessão, PPP, Administração por Organização Social ou privatização). - Mobilização de grupos de interessados (stakeholders) e mídia a favor dos projetos.	AMEAÇAS (Threats) - Mobilização de grupos de interessados (stakeholders) e mídia contra os projetos. - Paralisação de obras por eventos climáticos. - Inadimplência contratual de contratados para projetos e obras. - Aumento do número de veículos. - Ausência de transporte metropolitano.

6.1.2 Iniciativas Empreendedoras

	Auxilia na conquista dos objetivos	Atrapalha na conquista dos objetivos
Fatores Internos (de organização)	<p>FORÇAS (Strenghts)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pessoal interno trabalhando alinhado com os objetivos de longo prazo definidos pelo Governo. - Políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo. 	<p>FRAQUEZAS (Weakness)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Falta de cultura empreendedora do servidor público. - Falta de continuidade nas políticas e programas governamentais. - Falta de articulação com os diversos atores que podem colaborar nos processos empreendedores. - Falta de integração entre as ações Setoriais e Regionais. - Falta de divulgação de programas e ações. - Ausência de levantamento de dados atualizados. - Falta de política de divulgação das informações.
Fatores externos (do ambiente)	<p>OPORTUNIDADES (Oportunities)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Região privilegiada, em termos de infraestrutura, mercado, facilidades logísticas e outras condições para atração de investimentos. - Expansão e facilidade de obtenção de crédito. - Disponibilidade de cursos de capacitação de potenciais empreendedores. - Expansão das incubadoras e empresas de "private equity". - Participação de universidades e centros de pesquisa no esforço empreendedor. 	<p>AMEAÇAS (Threats)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Falta de incentivo ao empreendedorismo. - Conjuntura econômica desfavorável. - Ambiente desfavorável de negócios (tributação, excesso de burocracia, dificuldade de abertura e fechamento de empresas, especulação imobiliária, excesso de informalidade, falta de crédito) para micro e pequenos empreendedores e os microempreendedores individuais.

6.1.3 Agricultura e Meio ambiente

	Auxilia na conquista dos objetivos	Atrapalha na conquista dos objetivos
Fatores Internos (de organização)	<p>FORÇAS (Strenghts)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Experiência do pessoal técnico da SDR e dos órgãos setoriais. - Rigor técnico nos órgãos setoriais. - Proximidade com órgãos setoriais e entidades executoras. 	<p>FRAQUEZAS (Weakness)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Falta de autonomia da SDR para gerir alternativas. - Falta de integração entre as ações Setoriais e Regionais. - Menor expressão regional para a atividade agrícola.
Fatores externos (do ambiente)	<p>OPORTUNIDADES (Oportunities)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Expansão do mercado externo. - Atuação das ONGs ambientais nacionais e internacionais. - Crescente conscientização da importância e urgência de enfrentamento dos problemas ambientais. - Ampliação do mercado de carbono. 	<p>AMEAÇAS (Threats)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ocorrência de fenômenos climáticos desfavoráveis. - Tendência de restrições ambientais na concessão de créditos por organismos financeiros. - Aumento das barreiras não tarifárias para exportação de <i>commodities</i> agropecuárias, incluindo barreiras sanitárias. - Poluição dos corpos d'água. - Tendência à escassez de água.

6.2 EIXO: SOCIAL

6.2.1 Saúde

	Auxilia na conquista dos objetivos	Atrapalha na conquista dos objetivos
Fatores Internos (de organização)	<p>FORÇAS (Strenghts)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sistema de referência em notificação, captação e distribuição de órgãos para transplantes. - Grande quantidade de instituições de saúde. - Acesso a exames de alta complexidade. - Sistema Único de Saúde bem estruturado 	<p>FRAQUEZAS (Weakness)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Alta rotatividade dos profissionais da saúde. - Falta de manutenção predial e de atualização tecnológica dos hospitais e postos de saúde. - Dificuldade no controle dos leitos nos hospitais. - Falta de programas de qualidade para os serviços médicos.
Fatores externos (do ambiente)	<p>OPORTUNIDADES (Oportunities)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Interesse de profissionais da área em trabalhar na região. 	<p>AMEAÇAS (Threats)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aumento contínuo dos custos dos serviços de saúde. - Disparidade de salários dos profissionais de saúde dos municípios, com consequente insuficiência de profissionais em alguns municípios da região. - Subdivisão regional dos municípios é diferente dos órgãos setoriais.

6.2.2 Assistência Social, Trabalho e Habitação

	Auxilia na conquista dos objetivos	Atrapalha na conquista dos objetivos
Fatores Internos (de organização)	<p>FORÇAS (Strenghts)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Políticas públicas favoráveis à questão social. - Instituição do SUAS. - Realização de Conferências de Assistência Social na região. - Maior oferta de cursos para capacitação profissional. 	<p>FRAQUEZAS (Weakness)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Falta de renovação de pessoal. - Falta de orçamento para fazer frente a todas as atribuições do setor e dispersão dos recursos disponíveis. - Falta de fundo para erradicação da pobreza e da segurança alimentar do pessoal mais vulnerável. - Imaturidade do SUAS. - Falta de bons projetos para obtenção de recursos, em especial do FAT.
Fatores externos (do ambiente)	<p>OPORTUNIDADES (Oportunities)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Acesso à informação pela população. - Disponibilidade de crédito para pessoas físicas, sobretudo na habitação. 	<p>AMEAÇAS (Threats)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Falta de fiscalização para utilização da quantidade regulamentar de portador de necessidades especiais. - Disparidade de renda entre população rural e urbana. - Êxodo rural. - Ocupação urbana acelerada e sem planejamento.

6.2.3 Educação e Cultura

	Auxilia na conquista dos objetivos	Atrapalha na conquista dos objetivos
Fatores Internos (de organização)	<p>FORÇAS (Strengths)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elevados indicadores educacionais. - Oportunidade aos alunos de novas estratégias de aprendizado – Ensino Médio Inovador, Ensino Médio Integral. - Maior oferta de cursos para capacitação profissional – técnicos, graduação, pós-graduação. - Diversidade cultural e infraestrutura disponível para expressões culturais. 	<p>FRAQUEZAS (Weakness)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Quantidade insuficiente de capacitação para professores e gestores de escolas. - Existência de alta porcentagem de professores temporários. (ACTs). - Falta de segurança nas escolas. - Falta de adequação das escolas às necessidades especiais. - Falta de divulgação de patrimônios e eventos culturais. - Condições de trabalho precárias que provocam alto índice de afastamentos. - Infraestrutura inadequada para implantação do ensino médio inovador. - Orçamento desproporcional ao número de unidades escolares. - Pouca divulgação dos eventos culturais.
Fatores externos (do ambiente)	<p>OPORTUNIDADES (Opportunities)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Melhor utilização de equipamentos de informática na pedagogia adotada. - Possibilidade de parcerias com associações empresariais para capacitação técnica. - Parcerias com IES. - Investimentos de instituições privadas em eventos culturais. 	<p>AMEAÇAS (Threats)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Falta de participação dos pais no acompanhamento do ensino e da administração das escolas. - Inversão de valores, aumento da dependência química, violência. - Foco no desenvolvimento de indicadores educacionais ao invés da questão pedagógica. - Falta de atualização do Projeto Político Pedagógico e do Currículo de cada escola. - Tendência a determinar patologias no processo educacional das crianças, estimulando a medicação e psicoterapia em situações onde não há a necessidade das mesmas. - População em geral não tem hábito/acesso a expressões culturais.

6.2.4 Segurança

	Auxilia na conquista dos objetivos	Atrapalha na conquista dos objetivos
Fatores Internos (de organização)	<p>FORÇAS (Strengths)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sistema de referência na área de Defesa Civil. - Ampliação do Sistema de Vigilância e Monitoramento. - PROERD. - Força Tur. 	<p>FRAQUEZAS (Weakness)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Falta de infraestrutura (presídios, centros de triagem, número de vagas) - Insuficiência de efetivos e pessoal de segurança. - Veículos e equipamentos insuficientes e/ou defasados - Falta de municipalização do sistema de proteção e defesa do consumidor. - Ausência de programas de ressocialização do apenado.

Fatores externos (do ambiente)	<p>OPORTUNIDADES (Opportunities)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Acesso ao recurso do Fundo Penitenciário Nacional. - CONSEGS. 	<p>AMEAÇAS (Threats)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Falta de apoio efetivo do Governo Federal, principalmente no que se refere ao tráfico e drogas e armas. - Falta de recursos e agilidade do Governo Federal no atendimento de populações de regiões submetidas a desastres naturais. - Falta de recursos para manter os desabrigados de desastres naturais até conseguirem voltar para o mercado de trabalho.
---------------------------------------	--	--

6.3 EIXO: CIÊNCIA, TECNOLOGIA INOVAÇÃO

6.3.1 Ciência, Tecnologia e Inovação

	Auxilia na conquista dos objetivos	Atrapalha na conquista dos objetivos
Fatores Internos (de organização)	<p>FORÇAS (Strengths)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aumento da consciência da importância da ciência, tecnologia e inovação para o ambiente competitivo atual. - Existência de programas para a capacitação tecnológica e de incentivo ao empreendedor da área – Geração Tec, Inova SC, Sinapse da Inovação. 	<p>FRAQUEZAS (Weakness)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Falta de pessoal técnico especializado nos municípios e de Secretarias Municipais de Ciência, Tecnologia e Inovação. - Falta de pessoal especializado para preencher as vagas disponíveis. - Falta de integração entre as ações Setoriais e Regionais. - Falta de sistema de integração das informações da área.
Fatores externos (do ambiente)	<p>OPORTUNIDADES (Opportunities)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Investimento do setor privado. - Capacidade de absorção de mão de obra na área tecnológica. - Forte articulação com associações empresariais. - Demanda de serviços, produtos e ferramentas em tecnologia. 	<p>AMEAÇAS (Threats)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Falta de cultura de inovação. - Descontinuidade de programas e ações. - Falta de incentivos e recursos para pesquisa e desenvolvimento de tecnologias nas empresas privadas. - Investimentos insuficientes nos órgãos públicos que apoiam a pesquisa, o desenvolvimento de tecnologias e a inovação.

6.4 EIXO: POLÍTICA PÚBLICA

6.4.1 Gestão Pública

	Auxilia na conquista dos objetivos	Atrapalha na conquista dos objetivos
Fatores Internos (de organização)	<p>FORÇAS (Strengths)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Descentralização do governo estadual. - Instituição do Colegiado de Administração Pública Regional. - Readequação do funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Regional. - Aprimoramento dos processos de trabalho na SDR Grande Florianópolis. 	<p>FRAQUEZAS (Weakness)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Orçamento desproporcional à demanda da região. - Falta de um plano de metas de longo prazo. - Falta um sistema de gerenciamento de programas e ações. - Equipamentos defasados nas instituições públicas. - Falta de funcionários públicos e de capacitação. - Alta rotatividade dos cargos comissionados e terceirizados. - Falta de um sistema integrado de informações para acesso do público interno e externo (transparência pública).

Fatores externos (do ambiente)

OPORTUNIDADES (Opportunities)

- Utilização do SIGEOR (sistema de monitoramento das ações de governo).
- Institucionalização da Região Metropolitana.

AMEAÇAS (Threats)

- Diminuição contínua do orçamento da SDR Grande Florianópolis.
- Falta de continuidade dos programas e ações.
- Falta de visibilidade da SDR Grande Florianópolis.

7 DETALHAMENTO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos estratégicos estão relacionados às diretrizes de atuação das organizações. São objetivos abrangentes de médio e longo prazo que impactam no planejamento da SDR, já que são os norteadores dos projetos e planos de ação e, conseqüentemente, das condutas adotadas pela Regional no que diz respeito ao seu compromisso com a comunidade e lideranças políticas, e à articulação de políticas públicas.

7.1 EIXO: ECONOMIA E MEIO AMBIENTE**7.1.1 Infraestrutura**

Objetivos Estratégicos:

Priorizar a implantação de soluções para melhoria da mobilidade urbana.

Ampliar o acesso da população aos serviços de saneamento básico, especialmente o esgotamento sanitário.

Melhorar o desempenho dos serviços de fornecimento de energia elétrica, especialmente o atendimento da demanda no período de verão.

7.1.2 Iniciativas Empreendedoras

Objetivos Estratégicos:

Implementar políticas de apoio ao micro e pequeno empreendimento.

Promover a integração de programas e ações de fomento do empreendedorismo das diversas esferas e proporcionar a informação e os recursos necessários para o empreendedor, agregando valor aos empreendimentos.

Estimular o ensino técnico-profissionalizante em parceria com a iniciativa privada, entidades de classe e municípios.

Apoiar a participação de empresas da região em feiras e exposições nacionais e internacionais.

Desburocratizar os processos empresariais e a concessão de créditos para as MPE e MEI⁶.

⁶ MPE: Micro e Pequenas Empresas; MEI: Microempreendedor Individual.

7.1.3 Agricultura e Meio Ambiente

Objetivos Estratégicos:

Fomentar o desenvolvimento econômico agropecuário em consonância com a proteção ambiental.

Melhoria da qualidade de vida e atratividade das áreas rurais para reduzir o êxodo e processo de litoralização da população.

Implementar projetos de regularização fundiária na região.

Fortalecer a gestão dos recursos naturais por meio da articulação institucional das entidades responsáveis, criando processos unificados de licenciamento, monitoramento, controle e fiscalização.

7.2 EIXO: SOCIAL**7.2.1 Saúde**

Objetivos Estratégicos:

Garantir o acesso equitativo, integral e de qualidade da população aos serviços de saúde.

Promover a gestão participativa e favorecer as ações estratégicas na Gerência de Saúde.

Fortalecer o controle social com o apoio aos Conselhos Municipais e Estaduais de Saúde.

Reduzir a mortalidade infantil e os anos potenciais de vida perdidos (APVP) e apoiar a ampliação da cobertura da Estratégia de Saúde da Família.

7.2.2 Assistência Social, Trabalho e Habitação

Objetivos estratégicos:

Apoiar a implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS em todos os municípios.

Promover e apoiar a implantação de projetos e empreendimentos produtivos de geração de renda e de economia mista.

Apoiar e fomentar o desenvolvimento de ações nos municípios para melhorar a geração de emprego e renda.

Diminuir o *déficit* habitacional.

7.2.3 Educação e Cultura

Objetivos estratégicos:

Promover formação continuada dos profissionais da educação.

Melhorar a infraestrutura das escolas, espaços culturais e ginásios de esportes e criar novas vagas na educação infantil e em localidades com falta de vagas.

Promover articulações que fomentem o processo de municipalização e facilitem a instalação de Escolas Inovadoras e Escolas em Tempo Integral.

Melhoria dos índices com o objetivo de atingir as metas em educação.

7.2.4 Segurança

Objetivos estratégicos:

Promover melhorias no policiamento com interoperabilidade entre as polícias.

Apoiar ações que estimulem a diminuição da criminalidade e a melhoria da qualidade de vida da população.

Ampliar os centros de monitoramento e inteligência e modernizar a investigação criminal e o sistema prisional.

Incentivar políticas de aumento e valorização do efetivo e sua capacitação contínua.

Municipalização do sistema de proteção e defesa do consumidor.

7.3 EIXO: CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

7.3.1 Ciência, Tecnologia e Inovação

Objetivos estratégicos:

Fortalecer as incubadoras, centros tecnológicos e condomínios empresariais.

Apoiar, por meio de bolsas de estudos para pesquisas, a interiorização de professores e pesquisadores regionais nas universidades e empresas.

Promover a articulação entre as empresas privadas, as associações, os membros da sociedade civil organizada e os órgãos de governo para a formação de mão de obra especializada.

Estimular os alunos do ensino básico, com ações voltadas à ciência, tecnologia e inovação, promovendo a estimulação de novas ideias e o empreendedorismo inovador.

Aumentar o número de alunos concluintes em cursos superiores de tecnologia.

7.4 EIXO: POLÍTICA PÚBLICA

7.4.1 Gestão Pública

Objetivos estratégicos:

Instituir a Região Metropolitana.

Capacitar continuamente o quadro de servidores da SDR.

Criar um sistema eletrônico integrado de informação e controle de políticas públicas no âmbito regional.

Informatizar os processos administrativos.

Melhorar os processos nas Gerências de responsabilidade da SDR, tornando o serviço mais eficaz e ágil.

8 DETALHAMENTO DOS PROJETOS

8.1 EIXO: ECONOMIA E MEIO AMBIENTE

8.1.1 Infraestrutura

AMPLIAÇÃO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA		
Origem dos Recursos: DEINFRA, BNDES e outros		
Monitoramento: Gerência de Infraestrutura – SDR Grande Florianópolis		
AÇÃO	EXECUÇÃO	RESPONSÁVEL
Diagnóstico do setor rodoviário	2012 - 2013	DEINFRA
Elaboração do Plano Diretor Rodoviário (expansão e conservação)	2013 - 2014	DEINFRA
Conservação, sinalização e segurança viária e melhoria das pontes Pedro Ivo Campos e Colombo Salles	2012	DEINFRA
Reforma da ponte Hercílio Luz (em andamento)	2012 – 2014	DEINFRA
Construção do sistema de acesso ao novo terminal de passageiros do Aeroporto Internacional de Florianópolis (ligação sul da Ilha)	2012 – 2014	DEINFRA
Duplicação da SC-401 até Ingleses (SC-403)	2012 – 2013	DEINFRA
Revitalização de rodovias - SC-408 (Antonio Carlos a Biguaçu) - Trecho Morro das Pedras a Pântano do Sul - Trecho Rio Tavares até trevo da SC-405 - Trecho Ingleses a Lagoa da Conceição - SC-400, 401, 402, 403, 404, 406	2013	DEINFRA
Acompanhamento das obras do contorno viário BR-101	Até 2018	Concessionária
Articulação para implantação da nova ligação rodoviária continente-ilha e triplicação da Via Expressa (BR-282)	Até 2018	DEINFRA

IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSPORTE METROPOLITANO		
Origem dos Recursos: SDR Grande Florianópolis		
Monitoramento: Gerência de Infraestrutura – SDR Grande Florianópolis		
AÇÃO	EXECUÇÃO	RESPONSÁVEL
Projeto e implantação de sistemas de transporte urbano inovadores (VLT, VLP, Monotrilho, Metrô de superfície, etc.)	2012 – 2013	SDR Grande Florianópolis
Elaboração do Plano Integrado de Transportes da Região Metropolitana de Florianópolis	2015	SDR Grande Florianópolis

PLANO DE SANEAMENTO PARA OS MUNICÍPIOS		
Origem dos Recursos: SDS		
Monitoramento: Gerência de Infraestrutura – SDR Grande Florianópolis		
AÇÃO	EXECUÇÃO	RESPONSÁVEL
Elaboração do Plano de saneamento básico (água e esgoto)	2012	SDS
Elaboração do Plano de resíduos sólidos	2012	SDS

PROGRAMA DE ATENDIMENTO DA DEMANDA DE ENERGIA ELÉTRICA

Origem dos Recursos: CELESC Distribuição

Monitoramento: Gerência de Infraestrutura – SDR Grande Florianópolis

AÇÃO	EXECUÇÃO	RESPONSÁVEL
Ampliação das redes de distribuição para atendimento do aumento de unidades consumidoras	2012 – 2018	CELESC
Construção de linhas de transmissão em 138 kV, e construção, ampliação da capacidade transformadora e obras de melhoria de subestações em 138 kV	2012 – 2018	CELESC

AMPLIAÇÃO DA REDE DE GÁS NATURAL

Origem dos Recursos: SC Gás

Monitoramento: Gerência de Infraestrutura – SDR Grande Florianópolis

AÇÃO	EXECUÇÃO	RESPONSÁVEL
Ampliação da rede de distribuição de gás natural para atendimento do crescimento da demanda.	2012 – 2018	SC GÁS

APOIO AO SISTEMA VIÁRIO RURAL

Origem dos Recursos: SIE

Monitoramento: Gerência de Infraestrutura – SDR Grande Florianópolis

AÇÃO	EXECUÇÃO	RESPONSÁVEL
Convênios com os municípios da região para apoio viário	2012 – 2018	SIE

8.1.2 Iniciativas Empreendedoras

BANCO DE DADOS INTEGRADO

Origem dos Recursos: SDR, SEBRAE e Prefeituras Municipais

Monitoramento: Gerência de Projetos Especiais I e II – SDR Grande Florianópolis

AÇÃO	EXECUÇÃO	RESPONSÁVEL
Articular ação junto ao SEBRAE, municípios e entidades empresariais, buscando aproximar e discutir dificuldades e sugestões.	2012	SDR Grande Florianópolis
Designação de responsáveis municipais pelo projeto	2012	Prefeituras Municipais
Pesquisas nos municípios sobre trabalhadores informais e formais – ramo de atuação, porte, empreendedores individuais formalizados	Início 2013 – Atualização anual	Prefeituras Municipais
Disponibilização informações em via eletrônica e divulgação dos resultados	2013	SEBRAE

CAPACITAÇÃO DOS EMPREENDEDORES DA REGIÃO

Origem dos Recursos: SEBRAE

Monitoramento: Gerência de Projetos Especiais I e II – SDR Grande Florianópolis

AÇÃO	EXECUÇÃO	RESPONSÁVEL
Articulação com SEBRAE e prefeituras municipais	2012	SDR Grande Florianópolis
Montagem de turmas nos municípios para capacitar empreendedores e potenciais empreendedores para os negócios – pesquisa de mercado, plano de negócios, informações financeiras, estratégias de marketing.	2012 – 2018	SEBRAE
Capacitação para reestruturação e organização dos arranjos produtivos locais	2012 – 2018	Secretaria do Estado da Agricultura e Pesca
Oferecimento de acompanhamento contábil	2012 – 2018	SEBRAE

8.1.3 Agricultura e Meio Ambiente

USO CONSCIENTE DE AGROTÓXICO

Origem dos Recursos: CIDASC, EPAGRI e FATMA

Monitoramento: Gerência de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Agricultura – SDR Grande Florianópolis

AÇÃO	EXECUÇÃO	RESPONSÁVEL
Sensibilização dos agricultores e da comunidade local para a questão	2012	EPAGRI
Palestras, cursos e treinamentos	2012 – 2013	EPAGRI e FATMA
Fiscalização de equipamentos	2012 – 2018	CIDASC
Fiscalização nas propriedades	2013 – 2018	CIDASC

PROGRAMA SC RURAL

Origem dos Recursos: SDS, EPAGRI E FATMA.

Monitoramento: Gerência de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Agricultura – SDR Grande Florianópolis

AÇÃO	EXECUÇÃO	RESPONSÁVEL
Capacitação dos beneficiários do programa SC Rural	2012 – 2016	EPAGRI
Gestão socioambiental – gestão de bacias hidrográficas	2012 – 2018	SDS

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Origem dos Recursos: Secretaria do Estado de Agricultura e Pesca, SDS

Monitoramento: Gerência de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Agricultura – SDR Grande Florianópolis

AÇÃO	EXECUÇÃO	RESPONSÁVEL
Levantamento das áreas a regularizar (questão da posse)	2012	Sec. do Estado da Agricultura e Pesca - Funditerras
Captação de recursos para pagamentos de indenizações	2013	Sec. do Estado da Agricultura e Pesca
Regularização e quitação dos processos pendentes (Parque Estadual da Serra do Tabuleiro)	2013 – 2018	SDS

AGREGAÇÃO DE VALOR À PRODUÇÃO LOCAL

Origem dos Recursos: SDS, EPAGRI e CEASA

Monitoramento: Gerência de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Agricultura – SDR Grande Florianópolis

AÇÃO	EXECUÇÃO	RESPONSÁVEL
Campanhas de estímulo ao consumo da produção local	2012 – 2013	EPAGRI e CEASA
Sensibilização do produtor para a produção agro-ecológica	2013 – 2014	EPAGRI
Apoio à criação de marcas e embalagens para a produção	2013	SDS

PLANO DE MEIO AMBIENTE

Origem dos Recursos: SDS

Monitoramento: Gerência de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Agricultura – SDR Grande Florianópolis

AÇÃO	EXECUÇÃO	RESPONSÁVEL
Plano de Educação Ambiental	2012 – 2018	SDS

INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

Origem dos Recursos: CIDASC

Monitoramento: Gerência de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Agricultura – SDR Grande Florianópolis

AÇÃO	EXECUÇÃO	RESPONSÁVEL
Inspeção de produtos de origem animal	2012 – 2018	CIDASC

8.2 EIXO: SOCIAL**8.2.1 Saúde**

MONITORAMENTO DOS CONVÊNIOS Origem dos Recursos: SES Monitoramento: Gerência de Saúde – SDR Grande Florianópolis		
AÇÃO	EXECUÇÃO	RESPONSÁVEL
Acompanhamento e monitoramento dos Convênios que passam pela GERSA.	2012	GERSA – SDR Grande Florianópolis

CAPACITAÇÃO Origem dos Recursos: SES Monitoramento: Gerência de Saúde – SDR Grande Florianópolis		
AÇÃO	EXECUÇÃO	RESPONSÁVEL
Organização e incentivo à capacitação dos funcionários da Gerência de Saúde	2012 – 2018	SDR Grande Florianópolis

VIGILÂNCIA EM SAÚDE Origem dos Recursos: SES e SDR – Grande Florianópolis Monitoramento: Gerência de Saúde – SDR Grande Florianópolis		
AÇÃO	EXECUÇÃO	RESPONSÁVEL
Incentivo ao aumento da cobertura vacinal nos municípios.	2012 – 2018	GERSA
Criação de material informativo para o comitê de mortalidade materna infantil e para as campanhas de promoção da saúde nos municípios.	2012 – 2018	GERSA
Discutir com os municípios formas de redução do índice de mordeduras caninas nos municípios.	2012	GERSA
Incentivar estratégias de promoção da saúde do homem nos municípios.	2012 – 2018	GERSA
Fiscalização de ambientes para emissão dos alvarás sanitários.	2012 – 2018	GERSA

FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DO SUS Origem dos Recursos: SDR Grande Florianópolis. Monitoramento: Gerência de Saúde – SDR Grande Florianópolis		
AÇÃO	EXECUÇÃO	RESPONSÁVEL
Fórum de integração das áreas de Saúde, Assistência Social e Educação na região da Grande Florianópolis, para definição de ações conjuntas.	2012	SDR Grande Florianópolis
Articulação com a SSP e a GERED para definição de ações conjuntas.	2012	GERSA
Articulação entre GERSA e GERAS para integração de programa de combate à violência contra a mulher.		
Divulgação de estratégias de captação de recursos disponíveis no SUS.	2012	GERSA

MEDICAMENTOS Origem dos Recursos: SES e SDR Grande Florianópolis Monitoramento: Gerência de Saúde – SDR Grande Florianópolis		
AÇÃO	EXECUÇÃO	RESPONSÁVEL
Controle dos medicamentos judiciais, visando diminuir a demanda.	2012 – 2018	SDR Grande Florianópolis
Implantar o programa “Medicamento em casa”.	2012 – 2013	SDR Grande Florianópolis
Execução do programa “Medicamento em casa”.	2013 – 2018	SDR Grande Florianópolis

AÇÕES PARA FORTALECIMENTO DA GERÊNCIA DE SAÚDE Origem dos Recursos: SDR Grande Florianópolis Monitoramento: Gerência de Saúde – SDR Grande Florianópolis		
AÇÃO	EXECUÇÃO	RESPONSÁVEL
Instalação de equipamentos de informática para atualização dos dados.	2012	SDR Grande Florianópolis
Contratação de mais funcionários para abrangência da demanda.	Até 2013	SDR Grande Florianópolis

8.2.2 Assistência Social, Trabalho e Habitação

CONSTRUÇÕES, REFORMAS E MANUTENÇÃO Origem dos Recursos: Governo Federal Monitoramento: Gerência de Assistência Social, Trabalho e Habitação – SDR Grande Florianópolis		
AÇÃO	EXECUÇÃO	RESPONSÁVEL
Levantamento de demanda e recursos e elaboração de projeto para Centro Dia para Idosos.	2012 – 2013	SDR Grande Florianópolis
Incentivo à realização de convênios com os municípios para construção de CRAS.	2012 – 2018	SDR Grande Florianópolis

ERRADICAÇÃO DA FOME Origem dos Recursos: SST Monitoramento: Gerência de Assistência Social, Trabalho e Habitação – SDR Grande Florianópolis		
AÇÃO	EXECUÇÃO	RESPONSÁVEL
Reduzir e prevenir a insegurança alimentar dos indivíduos, principalmente os em condições mais vulneráveis.	2012 – 2018	Secretaria de Combate à Fome

PROGRAMA NOVA CASA Origem dos Recursos: COHAB/SC Monitoramento: Gerência de Assistência Social, Trabalho e Habitação – SDR Grande Florianópolis		
AÇÃO	EXECUÇÃO	RESPONSÁVEL
Reduzir o déficit de moradia na área rural em 50%.	2012 – 2018	COHAB/SC
Reduzir o déficit de moradia na área urbana em 13%.	2012 – 2018	COHAB/SC
Realocar famílias de baixa renda residentes em áreas de risco.	2012 – 2018	COHAB/SC

PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PLHIS) Origem dos Recursos: Municípios Monitoramento: Gerência de Assistência Social, Trabalho e Habitação – SDR Grande Florianópolis		
AÇÃO	EXECUÇÃO	RESPONSÁVEL
Elaboração do PLHIS dos 13 municípios que compõem a SDR Grande Florianópolis.	2012 – 2013	Prefeituras Municipais
Execução do PLHIS.	2013 – 2018	Prefeituras Municipais

PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO MORADIA EM DIA Origem dos Recursos: COHAB/SC Monitoramento: Gerência de Assistência Social, Trabalho e Habitação – SDR Grande Florianópolis		
AÇÃO	EXECUÇÃO	RESPONSÁVEL
Renegociação dos débitos de financiamento habitacionais em atraso de 6 mil mutuários (quitação sem juros).	2012 – 2018	COHAB/SC

SINE/SC Origem dos Recursos: SST Monitoramento: Gerência de Assistência Social, Trabalho e Habitação – SDR Grande Florianópolis		
AÇÃO	EXECUÇÃO	RESPONSÁVEL
Levantamento da demanda do SINE na região	2012 – 2013	SDR Grande Florianópolis
Expansão e divulgação da área de atuação do SINE	2012 – 2018	SINE
SINE enviar oportunidades de emprego para os CRAS	2012 – 2018	SINE

CONFERÊNCIA REGIONAL Origem dos Recursos: SDR Grande Florianópolis e parceiros Monitoramento: Gerência de Assistência Social, Trabalho e Habitação – SDR Grande Florianópolis		
AÇÃO	EXECUÇÃO	RESPONSÁVEL
Conferência Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente	2012	SDR Grande Florianópolis e parceiros
Conferência Regional dos Direitos da Pessoa com Deficiência	2012	SDR Grande Florianópolis e parceiros
Conferência Regional dos Direitos da Pessoa Idosa	2013	SDR Grande Florianópolis e parceiros
Conferência Regional dos Direitos da Mulher	2013	SDR Grande Florianópolis e parceiros
Conferência Regional de Juventude	2013	SDR Grande Florianópolis e parceiros
Conferência Regional de LGBT	2013	SDR Grande Florianópolis e parceiros

8.2.3 Educação e Cultura

ANALFABETISMO Origem dos Recursos: SED Monitoramento: SDR/ Gerência de Educação e municípios		
AÇÃO	EXECUÇÃO	RESPONSÁVEL
- Ampliar número de vagas na EJA – Educação de Jovens e Adultos.	2012/2018	SDR Grande Florianópolis
- Parcerias entre Estado, Municípios, Associações de moradores, Conselho Comunitário, etc.	2012/2018	SDR Grande Florianópolis

IDEB Origem dos Recursos: SED Monitoramento: SDR/ Gerência de Educação e municípios		
AÇÃO	EXECUÇÃO	RESPONSÁVEL
- Promover formação continuada para gestores e professores.	2012/2018	SDR Grande Florianópolis
- Interceder junto a SED para formação de quadro de professores efetivos através de concurso público.	2012/2018	SDR Grande Florianópolis
- Reivindicar junto s autoridades competentes plano de cargos e salários para valorização dos profissionais do magistério.	2012/2018	SDR Grande Florianópolis
- Acompanhamento da GERED no processo de ensino aprendizagem nas Unidades Escolares.	2012/2018	SDR Grande Florianópolis
- Revitalizar e humanizar os espaços escolares.	2012/2018	SDR Grande Florianópolis
- Promover atividades culturais, esportivas e artísticas nas escolas.	2012/2018	SDR Grande Florianópolis

FALTA DE VAGAS Origem dos Recursos: SED Monitoramento: SDR/ Gerência de Educação e municípios		
AÇÃO	EXECUÇÃO	RESPONSÁVEL
- Ampliação da EEB Maria Clementina de Souza, EEB Maria do Carmo de Souza, EEB Senador Renato Ramos da Silva, EEB Venceslau no município de Palhoça	2012	SDR Grande Florianópolis
- Ampliação da EEB Intendente José Fernandes, EEM Jacó Anderle no município de Florianópolis	2012	SDR Grande Florianópolis
Ampliação da EEB Emérita Duarte Silva e Souza, EEB Avelino Muller e EEB Alexandre Sérgio Godinho no município de Biguaçu	2012	SDR Grande Florianópolis
- Ampliação da EEB Marcília de Oliveira, São José	2012	SDR Grande Florianópolis

EVASÃO ESCOLAR Origem dos Recursos: SED Monitoramento: SDR/ Gerência de Educação e municípios		
AÇÃO	EXECUÇÃO	RESPONSÁVEL
- Combater as violências dentro das Unidades Escolares através de projetos interdisciplinares.	2012/2018	SDR Grande Florianópolis
- Formação continuada com os profissionais da educação para entendimento das temáticas: diversidade cultural, gênero, étnico racial, religiosa, direitos humanos, sexualidade, tipos de violências, drogas, etc.	2012/2018	SDR Grande Florianópolis
- Colocar em prática a legislação que assegura o acesso e permanência do aluno na escola (LDB 9394/96, ECA, Constituição Federal).	2012/2018	SDR Grande Florianópolis
- Busca de parcerias em projetos para a construção de uma escola atrativa e prazerosa.	2012/2018	SDR Grande Florianópolis
- Reestruturação do Projeto Político Pedagógico das Unidades Escolares de acordo com a legislação vigente.	2012/2018	SDR Grande Florianópolis

FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO Origem dos Recursos: SED. Monitoramento: SDR - Gerência de Educação.		
AÇÃO	EXECUÇÃO	RESPONSÁVEL
Formação Continuada de 250 Gestores de Escolas por ano	2012/2018	SDR Grande Florianópolis
Formação Continuada de 450 professores do 1º, 2º e 5º anos do ensino fundamental	2º semestre de 2012	SDR Grande Florianópolis
Formação Continuada de 455 professores sobre as atuais políticas educacionais do ensino médio	2012/2018	SDR Grande Florianópolis
Formação Continuada de 303 educadores da Educação Básica com educandos incluídos	2012/2018	SDR Grande Florianópolis
Formação Continuada de 30 educadores do serviço de atendimento educacional especializado SAEDE	2012/2018	SDR Grande Florianópolis
Formação Continuada para educadores de educação básica com foco no Núcleo de Educação e Prevenção/NEPRE	2012/2018	SDR Grande Florianópolis
Formação continuada para educadores do Ensino Médio Inovador e Integral	2013/2018	SDR Grande Florianópolis
Formação continuada para os professores do Ensino Fundamental	2013/2018	SDR Grande Florianópolis
Formação Continuada para educadores do Núcleo de Educação e Tecnologia	2013/2018	SDR Grande Florianópolis

CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESCOLAS		
Origem dos Recursos: SDR Grande Florianópolis e SED		
Monitoramento: SDR - Gerência de Educação e Gerência de Infraestrutura/SED		
AÇÃO	EXECUÇÃO	RESPONSÁVEL
EEB Aderbal Ramos da Silva	2012	SDR Grande Florianópolis
EEB Irineu Bornhausen	2012	SDR Grande Florianópolis
EEB Getúlio Vargas	2012	SDR Grande Florianópolis
EEB Anibal Nunes Pires	2012	SDR Grande Florianópolis
EEB Marcília de Oliveira	2012	SDR Grande Florianópolis
EEB Senador Renato Ramos da Silva	2012	SDR Grande Florianópolis
EEB Maria do Carmo de Souza	2012	SDR Grande Florianópolis
EEB Laura Lima	2012	SDR Grande Florianópolis
EEB América Dutra Machado	2012	SDR Grande Florianópolis
EEB Intendente José Fernandes	2012	SDR Grande Florianópolis
EEB Professor Osvaldo Rodrigues Cabral	2012	SDR Grande Florianópolis
EEB Jurema Cavalazzi	2012	SDR Grande Florianópolis
EEB José Boiteux	2012	SDR Grande Florianópolis
EEB Simão José Hess	2012	SDR Grande Florianópolis
EEB Clementina de S. Lopes	2012	SDR Grande Florianópolis
EEM Jacó Anderle	2012	SDR Grande Florianópolis
EEB Venceslau Bueno	2012	SDR Grande Florianópolis
EEB Emérita Duarte S. E. Souza	2012	SDR Grande Florianópolis
EEB Prof. Alexandre Sérgio Godinho	2012	SDR Grande Florianópolis
EEB Avelino Muller	2012	SDR Grande Florianópolis
EEB Juscelino Kubistchek	2013	SDR Grande Florianópolis
EEB Anísio Vicente de Freitas	2013	SDR Grande Florianópolis
EIEF Whera Tupa Poty Dja	2013	SDR Grande Florianópolis
EEB Nossa Senhora da Conceição	2013	SDR Grande Florianópolis
EEB Itaty	2013	SDR Grande Florianópolis
EIEF Kaacupé	2013	SDR Grande Florianópolis
EIEF Taguató	2013	SDR Grande Florianópolis
EIEF Pirá Rupá	2013	SDR Grande Florianópolis
EEB Dom Jaime de Barros Câmara	2013	SDR Grande Florianópolis
EEB Roberto Schutz	2013	SDR Grande Florianópolis
EEB Profª Eloisa Maria Prazeres	2014	SDR Grande Florianópolis
EEB Profª Tania Mara de Faria e Silva Locks	2014	SDR Grande Florianópolis
EEB Emérita Duarte S. E. Souza	2013	SDR Grande Florianópolis
EEB Norberto Theodoro De Melo	2014	SDR Grande Florianópolis
EEB Profª Claudete Hoffman Domingos	2014	SDR Grande Florianópolis
EEB Benonívio João Martins	2014	SDR Grande Florianópolis
EEB Profª Zulma Becker	2014	SDR Grande Florianópolis
EEB Deyse Werner Salles	2014	SDR Grande Florianópolis
EEB Padre Anchieta	2014	SDR Grande Florianópolis
EEB Governador Ivo Silveira	2014	SDR Grande Florianópolis
EEB Henrique Estéfano Koerich	2014	SDR Grande Florianópolis
EEB Ildelfonso Linhares	2015	SDR Grande Florianópolis
EEB Leonor de Barros	2015	SDR Grande Florianópolis
EEB Pero Vaz de Caminha	2015	SDR Grande Florianópolis

EEB Governador Pedro Ivo Campos	2015	SDR Grande Florianópolis
EEB Irmã Maria Teresa	2015	SDR Grande Florianópolis
EEB Profª Nicolina Tancredo	2015	SDR Grande Florianópolis
EEB Nereu Ramos	2015	SDR Grande Florianópolis
EEB Tenente Almachio	2015	SDR Grande Florianópolis
EEB Rosa Torres de Miranda	2015	SDR Grande Florianópolis
EEB Prof. Alexandre Sérgio Godinho	2015	SDR Grande Florianópolis
EEB em Forquilhas (Lisboa)	2015	SDR Grande Florianópolis

MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		
Origem dos Recursos: SED		
Monitoramento: SED, SDR Grande Florianópolis e municípios		
AÇÃO	EXECUÇÃO	RESPONSÁVEL
Municipalização de 02 escolas	2012	SDR Grande Florianópolis
Articulação entre SDR /SED e Municípios da viabilização ou não da municipalização	2013 – 2018	SDR Grande Florianópolis

ENSINO MÉDIO INOVADOR/INTEGRAL		
Origem dos Recursos: SED e MEC		
Monitoramento: Gerência de Educação/SDR Grande Florianópolis		
AÇÃO	EXECUÇÃO	RESPONSÁVEL
Implantação do Programa nas escolas: EEB Laércio Caldeira de Andrada EEB Cecília Rosa Lopes EEB Wanderlei Júnior EEB Getúlio Vargas EEB Dom Jaime Barros Câmara EEB Nereu Ramos EEB Anibal Nunes Pires	2012	SDR Grande Florianópolis
- Avaliação do programa nas escolas para análise de possíveis implantações em mais Unidades Escolares	2013 – 2018	SDR Grande Florianópolis
- Incentivo à iniciação científica e pesquisa	2012 – 2018	SDR Grande Florianópolis
- Acompanhamento pedagógico pela GERED	2012 – 2018	SDR Grande Florianópolis

ENSINO PROFISSIONALIZANTE		
Responsável: Governo Federal – MEC/SDR Grande Florianópolis		
Monitoramento: SDR Grande Florianópolis e Instituições de Ensino Técnico		
AÇÃO	EXECUÇÃO	RESPONSÁVEL
- Curso de formação profissional via PRONATEC	2012 – 2018	SDR Grande Florianópolis
- Cursos Técnicos pós-médio	2012 – 2018	SDR Grande Florianópolis
- Cursos de qualificação profissional	2012 – 2018	SDR Grande Florianópolis
- Acompanhamento pedagógico pela GERED	2012 – 2018	SDR Grande Florianópolis

8.2.4 Segurança

REDUÇÃO DO NÚMERO DE HOMICÍDIOS

Origem dos Recursos:

Responsável: Secretaria de Segurança Pública

Monitoramento: Gerência de Projetos Especiais II

AÇÃO	EXECUÇÃO	RESPONSÁVEL
Identificar e diagnosticar os locais em que ocorrem maior número de homicídio.	2012	SSP
Planejar operações que visem coibir a incidência destes crimes.	2012	SSP
Realizar operações específicas nos locais com maior probabilidade de ocorrência.	2013 – 2017	SSP
Avaliar as ações desenvolvidas, identificando os aspectos positivos, negativos e de repercussão social, adequando novos procedimentos e resposta imediata através da intervenção de Segurança Pública.	2018	SSP

COMBATE FURTO E ROUBO

Origem dos Recursos:

Monitoramento: Gerência de Projetos Especiais II

AÇÃO	EXECUÇÃO	RESPONSÁVEL
Identificar padrões e locais de maior incidência.	2012	SSP
Ações de inteligência objetivando identificar autores e envolver órgãos afins para que haja o ciclo completo de polícia.	2012	SSP
Realizar orientações para a população em geral e parcerias para utilização de tecnologia.	2013 – 2018	SSP
Organizar operações preventivas e integradas, nos logradouros com maior incidência do crime.	2013 – 2018	SSP
Maior integração entre polícias.	2012	SSP

COMBATE TRÁFICO DE DROGAS

Origem dos Recursos:

Monitoramento: Gerência de Projetos Especiais III

AÇÃO	EXECUÇÃO	RESPONSÁVEL
Identificar locais de maior incidência.	2012	SSP
Identificar traficantes de cada localidade.	2012	SSP
Atuar na prevenção em áreas previamente identificadas bem como a realização de operações policiais visando a apreensão de entorpecentes.	2013 – 2018	SSP
Desenvolver ações integradas com os demais órgãos Federais, Estaduais e Municipais.	2013 – 2018	SSP

PROGRAMAS DE CONSCIENTIZAÇÃO E EDUCAÇÃO

Origem dos Recursos:

Monitoramento: Gerência de Projetos Especiais II

AÇÃO	EXECUÇÃO	RESPONSÁVEL
Segurança Mirim	2012	SSP
De olho na rua	2012	SSP
PROERD	2012	SSP
Município Seguro	2012	SSP

SERVIÇOS DE INTELIGÊNCIA

Origem dos Recursos: Secretaria de Segurança Pública

Monitoramento: Gerência de Projetos Especiais II

AÇÃO	EXECUÇÃO	RESPONSÁVEL
Ampliação de sistema de vídeo monitoramento	2012 – 2018	SSP

8.3 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

8.3.1 Ciência, Tecnologia e Inovação

PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO TECNOLÓGICA REGIONAL

Origem dos Recursos: SDR Grande Florianópolis

Monitoramento: Gerência de Tecnologia da Informação e Governança Eletrônica

AÇÃO	EXECUÇÃO	RESPONSÁVEL
Incentivo ao aumento do número de incubadoras na região	2012 – 2013	GETIN – SDR Grande Florianópolis
Capacitação e ensino de tecnologia a alunos do ensino médio	2013 – 2018	GERED – SDR Grande Florianópolis

MAPEAMENTO REGIONAL DE CT&I

Origem dos Recursos: FAPESC

Monitoramento: Gerência de Tecnologia da Informação e Governança Eletrônica

AÇÃO	EXECUÇÃO	RESPONSÁVEL
Elaboração projeto para captar recursos junto à FAPESC para elaboração de mapeamento de empresas e empregos em Ciência, Tecnologia e Inovação – tipo de produtos e/ou serviços oferecidos, área de atuação, porte da empresa, número de funcionários, cargos com vagas em aberto, cargos preenchidos – em nível regional; mapeamento de investimentos em cada esfera e em cada área de Ciência, Tecnologia e Inovação, para evitar investimentos duplicados.	2012	GETIN e GEPES I e II – SDR Grande Florianópolis

FÓRUM REGIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Origem dos Recursos: SDR Grande Florianópolis

Monitoramento: Gerência de Tecnologia da Informação e Governança Eletrônica – SDR Grande Florianópolis

AÇÃO	EXECUÇÃO	RESPONSÁVEL
Movimentação junto às prefeituras para saber o que é necessário e o que está sendo desenvolvido.	2012	GETIN e GEPES I e II – SDR Grande Florianópolis
Realização do Fórum, com participação das Prefeituras, associações empresariais e SDS, que relatarão o que está sendo desenvolvido no momento – exposição de cases, relatório de atividades por parte dos envolvidos.	2013	GETIN e GEPES I e II – SDR Grande Florianópolis

8.4 POLÍTICA PÚBLICA

8.4.1 Gestão Pública

ACOMPANHAMENTO DO PDR

Origem dos Recursos: SDR Grande Florianópolis

Monitoramento: Diretor Geral e Gerência de Planejamento – SDR Grande Florianópolis

AÇÃO	EXECUÇÃO	RESPONSÁVEL
Nomeação dos membros do Comitê de Monitoramento	2012	SDR Grande Florianópolis
Elaboração de regimento interno do Comitê de Monitoramento	2012	SDR Grande Florianópolis
Implantação de Sistema de Monitoramento de Projetos	2012	SDR Grande Florianópolis
Acompanhamento e monitoramento na implementação dos projetos	2012 – 2018	SDR Grande Florianópolis
Avaliação da execução dos projetos do PDR	2012 – 2018	SDR Grande Florianópolis

CAPACITAÇÃO

Origem dos Recursos: SDR Grande Florianópolis
 Monitoramento: Gerência de Planejamento e Gerência de Recursos Humanos – SDR Grande Florianópolis

AÇÃO	EXECUÇÃO	RESPONSÁVEL
Capacitação dos membros do Conselho de Desenvolvimento Regional	2012	GEPLA
Capacitação do quadro de funcionários da SDR da Grande Florianópolis	2012 - 2018	GERH

SAÚDE OCUPACIONAL

Recursos Necessários: R\$ 19.700,00 por ano
 Origem dos Recursos: SDR Grande Florianópolis
 Monitoramento: Gerência de Recursos Humanos – SDR Grande Florianópolis

AÇÃO	EXECUÇÃO	RESPONSÁVEL
Ginástica Laboral e ergonomia no trabalho	2012 – 2018	GERH

GESTÃO VOLTADA AO CIDADÃO

Origem dos Recursos: SDR Grande Florianópolis
 Monitoramento: Gerência de Projetos Especiais I e II – SDR Grande Florianópolis

AÇÃO	EXECUÇÃO	RESPONSÁVEL
Instituição da Região Metropolitana da Grande Florianópolis	2012 – 2013	GEPES – SDR Grande Florianópolis
Elaboração da Carta de Serviços ao Cidadão, para melhoria do acesso a serviços e maior transparência e controle das ações da SDR	2012	GEPES – SDR Grande Florianópolis
Instalação da nova sede da SDR	2012	SDR Grande Florianópolis
Monitoramento das ações do planejamento estadual em todas as áreas	2012 – 2018	Gerências da SDR Grande Florianópolis
Força Tarefa em todos os municípios da região	2012 – 2018	SDR Grande Florianópolis

OFICINA TEMÁTICA I

DATA: 23/02/2012



Educação



Saúde



Assistência Social, Trabalho e Habitação



Segurança Pública



Iniciativas Empreendedoras



Agricultura, Meio Ambiente e Resíduos Sólidos



Cultura, Turismo e Esporte



Infraestrutura



Ciência, Tecnologia e Inovação

OFICINA TEMÁTICA II

DATA: 11/04/2012



Iniciativas
Empreendedoras
e Ciência,
Tecnologia e
Inovação



Cultura, Turismo e Esporte



Educação



Assistência Social, Trabalho e Habitação



Infraestrutura



Agricultura,
Meio
Ambiente
e Resíduos
Sólidos

9 REFERÊNCIAS

BRASIL. Departamento de Informática do SUS – DATASUS. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php>>. 2012.

COHAB/SC – COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Disponível em: <<http://www.cohab.sc.gov.br/>>. 2012.

DETRAN/SC – Departamento Estadual de Trânsito. Disponível em: <<http://www.detran.sc.gov.br/>>. 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. 2012.

IBGE Censo 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/censo2010/>>. 2012.

IBGE Cidades@. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. 2012.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. 2012.

Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda. Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_isper/index.php>. 2012.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA – JUCESC. Disponível em: <<http://www.jucesc.sc.gov.br/index.pfm?codpagina=00001309>>. 2012.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/home/>>. 2012.

RAIS – RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS. Disponível em <<http://www.rais.gov.br/>>. 2012.

SANTA CATARINA. Lei n. 15.530, de 8 de agosto de 2011. **LDO.** Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2012 e adota outras providências. Disponível em: <http://200.192.66.20/alesc/docs/2011/15530_2011_Lei.doc>. Acessado em: novembro de 2011.

SANTA CATARINA. Lei n. 15.723, de 22 de dezembro de 2011. **LOA.** Estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2012. Disponível em: <http://www.alesc.sc.gov.br/portal/administracao/coordenadoria_orcamento/docs/15723-Texto.pdf>. Janeiro de 2012.

SANTA CATARINA. Secretaria do Planejamento. Instituto Celso Ramos. **Plano Catarinense de Desenvolvimento: SC 2015.** s/a.

SANTA CATARINA. Secretaria de Segurança Pública. **Segurança em Números.** Disponível em: <http://www.ssp.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=533:seguranca-em-numeros&catid=92&Itemid=241>. Acessado em: fevereiro de 2012.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Fazenda. Diretoria de Planejamento Orçamentário. **Plano Plurianual 2012-2015:** estado de Santa Catarina – o contexto socioeconômico e as estratégias de desenvolvimento. Florianópolis, 2011.

SANTA CATARINA. Secretaria do Planejamento. **Plano Desenvolvimento Regional:** Região da Grande Florianópolis. 2005.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Planejamento. **Mensagem à Assembleia Legislativa.** Governador Raimundo Colombo. Santa Catarina 2011/2014. Florianópolis: DIOESC. 2011.

SEBRAE. Santa Catarina em Números. Florianópolis: SEBRAE, 2010.

SEBRAE. Sensor das MPE Catarinenses. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/uf/santa-catarina/acesse/estudos-e-pesquisas/estudo_sesquisas/Relatorio%20Sensor%20das%20MPE%201%20sem2011.pdf>. Acessado em: abril de 2012.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO. **Plano de Desenvolvimento Regional - PDR: Objetivos, Estrutura e Metodologia de Elaboração e Revisão.** Florianópolis: DIOESC, 2011.

SIDRA – SISTEMA IBGE DE RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. 2012.

SISTEMA DE INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL SUSTENTÁVEL. IDMS. Disponível em: <<http://indicadores.fecam.org.br/>>. 2012.

SISTEMA FIRJAN. Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – IFDM. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/IFDM/>>. 2012.

UOL NOTÍCIAS. População Brasileira. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/censo-2010/populacao/sc?null=null>>. Acessado em: abril de 2012.

NOTAS DE RODAPÉ

¹ FIRJAN – Federação das Indústrias do Rio de Janeiro

² IDMS – índice máximo: 1,000, sendo que: de 0,000 até 0,500 – índice muito baixo; de 0,500 até 0,625 – índice baixo; de 0,625 até 0,750 – índice médio; de 0,750 até 0,875 – índice bom; de 0,875 até 1,000 – índice muito bom.

³ A Estratégia da Saúde da Família (ESF) caracteriza-se por um conjunto de ações de saúde, que abrangem a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde.

⁴ IDMS – índice máximo: 1,000, sendo que: de 0,000 até 0,500 – índice muito baixo; de 0,500 até 0,625 – índice baixo; de 0,625 até 0,750 – índice médio; de 0,750 até 0,875 – índice bom; de 0,875 até 1,000 – índice muito bom.

⁵ IDMS – índice máximo: 1,000, sendo que: de 0,000 até 0,500 – índice muito baixo; de 0,500 até 0,625 – índice baixo; de 0,625 até 0,750 – índice médio; de 0,750 até 0,875 – índice bom; de 0,875 até 1,000 – índice muito bom.

⁶ MPE: Micro e Pequenas Empresas; MEI: Microempreendedor Individual.

